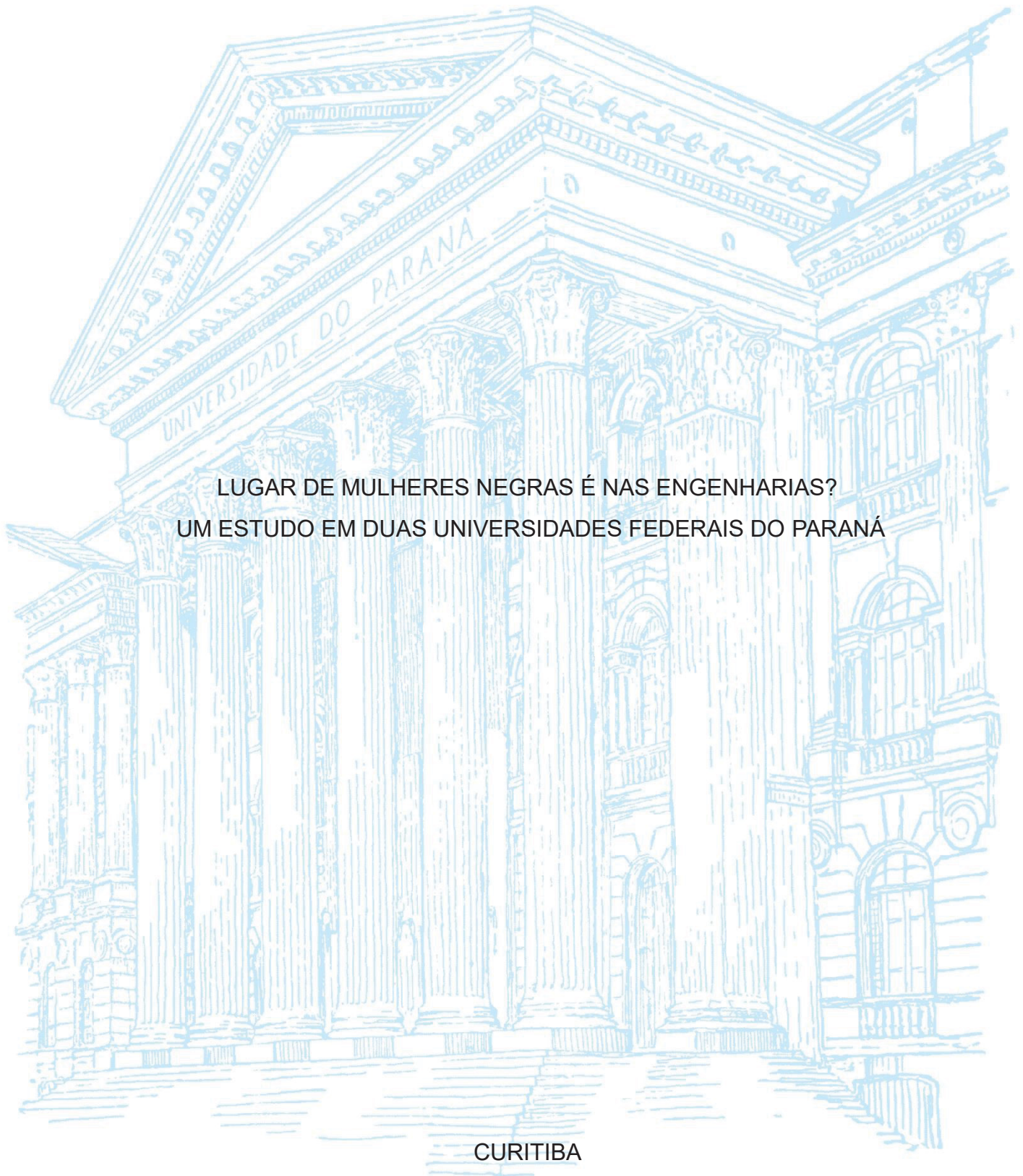


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS



LUGAR DE MULHERES NEGRAS É NAS ENGENHARIAS?
UM ESTUDO EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ

CURITIBA

2023

JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS

LUGAR DE MULHERES NEGRAS É NAS ENGENHARIAS?
UM ESTUDO EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ

Tese apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação, setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Educação. Área de Concentração: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação.

Orientador: Profº. Drº. Paulo Vinicius Baptista da Silva

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Medeiros, Jussara Marques de.

Lugar de mulheres negras é nas engenharias? : um estudo nas duas
Universidades Federais do Paraná / Jussara Marques de Medeiros –
Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Relações étnicas 3. Relações
raciais. 4. Discriminação de sexo contra as mulheres. 4. Engenharias. 5.
Mulheres negras. I. Silva, Paulo Vinicius Baptista da. II. Universidade
Federal do Paraná. III. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV.
Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

ATA Nº571

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM EDUCAÇÃO

No dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três às 08:00 horas, na sala 232-B, modalidade híbrida, link para acesso: <https://meet.jit.si/orientandesProfPaulo>, 2º pavimento, Edifício Teixeira Soares, Campus Rebouças da UFPR, Rua Rockefeller nº 57, Curitiba/Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS**, intitulada: **LUGAR DE MULHERES NEGRAS E NAS ENGENHARIAS? UM ESTUDO EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANA**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANNY OCORÓ LOANGO (UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE FEBRERO), WILKER SOLIDADE DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ADILSON PEREIRA DOS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO), ANDREA MAILA VOSS KOMINEK (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca destaca a contribuição que traz ao campo; a análise do cruzamento das variáveis raça e gênero e o estudo na área de formação das engenharias. A banca recomenda a publicação dos resultados em artigos.

CURITIBA, 22 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

17/10/2023 18:15:08.0

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

08/11/2023 10:59:45.0

ANNY OCORÓ LOANGO

Avaliador Externo (UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE FEBRERO)

Assinatura Eletrônica

10/11/2023 10:34:12.0

WILKER SOLIDADE DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/11/2023 16:10:32.0

ADILSON PEREIRA DOS SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)

Assinatura Eletrônica

17/10/2023 22:32:46.0

ANDREA MAILA VOSS KOMINEK

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 322164

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 322164



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS** intitulada: **LUGAR DE MULHERES NEGRAS E NAS ENGENHARIAS? UM ESTUDO EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 22 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

17/10/2023 18:15:08.0

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

08/11/2023 10:59:45.0

ANNY OCORÓ LOANGO

Avaliador Externo (UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRES DE
FEBRERO)

Assinatura Eletrônica

10/11/2023 10:34:12.0

WILKER SOLIDADE DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/11/2023 16:10:32.0

ADILSON PEREIRA DOS SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)

Assinatura Eletrônica

17/10/2023 22:32:46.0

ANDREA MAILA VOSS KOMINEK

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 322164

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 322164

Dedico este trabalho a meus pais, hoje no plano espiritual, Lucia da Silva Marques Medeiros e Adauto de Jesus Medeiros, cuja luta incansável me trouxe até aqui e os bons exemplos me fazem a cada dia buscar ser uma mulher melhor, meus irmãos Juarez, Jairo e Jurandir, meu companheiro Pedro que muito me apoiou e meus queridos filhos Luana e Clóvis. Também dedico a dois amigos e parceiros essenciais para o meu trabalho, que hoje também se encontram em outro plano: Valdeslei Sviercoski (in memoriam) e Dorival da Costa (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Eu vou contar para vocês como essa história começou. Com um graduando **DE PSICOLOGIA PARDO, NO ÚLTIMO ANO DA UNIVERSIDADE PEDINDO VAGA DE ESTÁGIO A UMA** enfermeira negra que chefiava o RH do Hospital de Clínicas. Era 1991 e esse foi o início de sua jornada até a Universidade Federal do Paraná. Este graduando se tornou professor na área de Educação. E além dessa enfermeira Luci, conheceu um psicólogo que atuava sempre no HC.

Esse professor se torna superintendente na SIPAD (Superintendência)...E começa uma grande luta para acolher estudantes negros e negras na Universidade Federal do Paraná. Acolhe uma mestranda chamada Silvia, outra chamada Tânia e mais outra, e outro e outros...

Enquanto isto eu, uma mulher negra ingresso na UTFPR como Assistente Social. Faço mestrado com a Nanci, aprendo muito sobre gênero, me dedico ao magistério, entro na discussão das políticas afirmativas. E conheço a Silvia, que passa a ser professora no lugar onde leciono. E fala daquele professor voltado às políticas afirmativas. Que é o mesmo professor, que é um psicólogo, que conhece outro que é meu irmão. E também minha tia que o acolheu no último ano da universidade.

E ele me acolhe no doutorado, com a Silvia agora doutoranda. E conheço a Marlina, da minha turma, que se torna vereadora em Brusque. A Adriana que uma negra que veio da Bahia e um dia será secretária da educação na sua cidade. E a Cleo, a Paola, a Cintia, a Márcia, a Camila, a Clarice, a Karina, a Francieli. Uma turma de mulheres, que lutam e se apoiam. E vem a pandemia. E a depressão. E o Wilker, que fazia parte do grupo de pesquisa, termina e vai para o Mato Grosso do Sul. A Maysa também termina e depois a Tânia. Vejo pessoas indo, mas agregando na minha vida.

E o medo das perdas. A perda do emprego no Centro Universitário, momentos difíceis, com o apoio das amigas de adolescência Kelly e Valzinha, das leituras de mapa astral com o Barone, dos filhos, dos choros e abraços. Das caminhadas com a

Luciane, no parque de máscara, se pesando, se cuidando, trocando as mágoas e os momentos tristes.

As conversas com a Elo, os encontros e desabafos com a minha amiga Andréa Kominek, a benção da YAGUNÃ, que também fez mestrado na UTFPR e trouxe luz e apoio em momentos de desesperança. E a Flavia, ah, a Flavia com aquele jeito tranquilo e acolhedor do Norte. A Flavia me incluiu na revista da UFAC “a Favor da Igualdade Racial” e comemorávamos pequenos momentos juntas. E além da Flavia lá do Acre, conheci o Pedro lá de Angola, com cidadania portuguesa.

Então a Nathalia me acolhe no Prépós, para contribuir para que as pessoas que estão à margem desta sociedade possam ingressar na pós graduação.

Entre músicas, caril e vinhos, o Pedro me fez amar de novo, voltar para um local que já era conhecido de infância: Pontal do Paraná. Com nossas culturas diferentes, aprendemos a nos respeitar e construir uma história juntos. E ele também me estimulou a ir para a frente.

O isolamento, o medo constante, e os momentos de tristeza com um governo da direita conservadora, que cuidava dos privilégios de poucos já privilegiados. Neste período minha mãe foi para o universo espiritual, tranquila, dormindo, encontrar com as pessoas que ela tanto amava e foram antes. Acredito que ela está muito feliz, onde está, por tantas coisas boas que propiciou a tantas pessoas.

Os anos passaram, foram muitos os aprendizados nos encontros do grupo de pesquisa, nas conversas jogadas fora. A Tânia voltou para o doutorado, e nos encontramos na CONAPE e depois na praia. Trabalhando, mas também festejando a vida.

A história que começou com um graduando de psicologia pardo, no último ano da universidade pedindo vaga de estágio a uma enfermeira negra que chefiava o RH do Hospital de Clínica continua. Esta história nos mostra que estamos *todes* em um grande espaço cósmico onde nossas ações têm consequências. Acredito que existe e construir um mundo melhor. Agradeço a *todes* que fizeram parte desta história e me ajudaram a chegar aqui. Aos membros da minha banca que concordaram em ler carinhosamente meu trabalho e agregaram muito na minha caminhada: professores Wilker, Adilson, Andréa e Anny Loango. Agradeço à *todes* que ainda vão se agregar. Porque a história continua....

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos das políticas afirmativas (lei de cotas) nos recortes de raça e gênero nos cursos de engenharia em duas universidades federais do paraná. A metodologia utilizada foi uma análise cognitiva e também a produ o de dados quantitativos relativos às cotas raciais, de acesso de estudantes negros e negras, homens e mulheres nas engenharias, além de uma pesquisa comparativa. Optou-se por utilizar o termo “política afirmativa” em referência a política pública de estado e “a o es afirmativas” em referência a iniciativas da sociedade civil, organizada ou não, ambas voltadas a justiça social envolvendo grupos raciais discriminados. Este trabalho se propõe a pensar na importância das pesquisas de gênero e raça para a contraposi o da hegemonia política pelas mulheres negras, considerando o acesso nas diversas áreas de conhecimento, por isso foi utilizado na análise um referencial teórico de mulheres negras feministas pesquisadoras de referência. Para analisar os processos de implementa o destas políticas, foram selecionadas as duas universidades federais do paraná, (UTFPR e UFPR). Foi utilizada a abordagem cognitiva de política pública, proposta por Pierre Muller e Yves Surel, com as categorias “rela o es de poder” e “implementa o das políticas afirmativas”. Os autores problematizam o fato de, por incontáveis vezes, uma política pública não ser explicitada pelos tomadores de decisão governamentais, argumentando que muitas vezes, outros atores interv m na sua determina o. Conclui-se que as duas universidades possuem processos distintos de implementa o das políticas afirmativas, devido as suas histórias: a UFPR inicia como universidade voltada ao ensino, pesquisa e extensão e a UTFPR inicia como um lócus de ensino profissionalizante para meninos. Quando as meninas são incluídas nos cursos na UTFPR possuem papéis definidos de gênero, com cursos voltados a bordado ou economia doméstica, vistos como atividades femininas. Em rela o aos dados quantitativos, nas engenharias, os homens ainda são maioria, mas na UFPR a equidade de gênero   maior, ou seja, o número de mulheres embora menor, é mais próximo ao número de homens. Há maior ingresso de mulheres negras cotistas na UFPR, mas ainda é um número muito menor que o de mulheres brancas, que   maior que de homens negros nas duas universidades. Na UTFPR, os homens negros já se aproximam mais do número de mulheres brancas, mostrando que os homens estão em número muito mais elevado nas engenharias na UTFPR que na UFPR. De forma geral, as duas universidades têm muito a avançar em a o es que motivem o ingresso de mais mulheres nas engenharias, principalmente mulheres negras.

Palavras-chave: Políticas afirmativas; rela o es étnico-raciais; gênero; feminismo decolonial; Engenharias.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effects of affirmative action policies (quota law) on race and gender in engineering courses at two federal universities in Paraná. The methodology used was a cognitive analysis and also the production of quantitative data related to racial quotas, access of black students, men and women in engineering, in addition to a comparative research. We chose to use the term "affirmative policy" in reference to state public policy and "affirmative actions" in reference to civil society initiatives, organized or not, both aimed at social justice involving discriminated racial groups. This work proposes to think about the importance of gender and race research for the counter position of political hegemony by black women, considering access to the various areas of knowledge, so a theoretical framework of black feminist women researchers of reference was used in the analysis. To analyze the processes of implementation of these policies, the two federal universities of Paraná (UTFPR and UFPR) were selected. The cognitive approach to public policy, proposed by Pierre Muller and Yves Surel, was used, with the categories "power relations" and "implementation of affirmative policies". The authors problematize the fact that, countless times, a public policy is not made explicit by government decision-makers, arguing that other actors often intervene in its determination. It is concluded that the two universities have different processes of implementation of affirmative policies, due to their histories: UFPR begins as a university focused on teaching, research and extension and UTFPR begins as a locus of vocational education for boys. When girls are included in courses at UTFPR, they have defined gender roles, with courses focused on embroidery or home economics seen as feminine activities. Regarding quantitative data, in engineering, men are still the majority, but at UFPR gender equality is greater, that is, the number of women, although smaller, is closer to the number of men. There is a greater number of black women in the UFPR, but it is still a much smaller number than the number of white women, which is greater than the number of black men in the two universities. At UTFPR, black men are already closer to the number of white women, showing that men are in much higher numbers in engineering at UTFPR than at UFPR. In general, the two universities have a long way to go in actions that motivate the entry of more women into engineering, especially black women.

Keywords: affirmative policies; ethnic-racial relations; gender; decolonial feminism; engineering.

LISTA DE FIGURAS

FOTOGRAFIA 1-SUELI CARNEIRO.....	24
GRÁFICO 1 - ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS.....	68
QUADRO 1 - RESUMO DE PUBLICAÇÕES COM GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	69
FOTOGRAFIA 2 - LÉLIA GONZALEZ.....	71
FOTOGRAFIA 3 - ENEDINA ALVES MARQUES.....	83
TABELA 1 - INSCRITOS POR COTAS NOS VESTIBULARES DA UFPR ENTRE 2005 E 2012.....	104
TABELA 2 - ESTUDANTES MATRICULADOS DE 1988 A 2002 NA UTFPR, POR CURSO E SEXO.....	113
TABELA 3 - MULHERES MATRICULADAS POR CURSO NA UTFPR DE 1988 A 2003.....	114
GRÁFICO 2 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E ANO DE INGRESSO ANTES DE 2012.....	124
GRÁFICO 3 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E ANO DE INGRESSO.....	125
GRÁFICO 4 – CRUZAMENTO GÊNERO E RAÇA/COR.....	126
GRÁFICO 5 – CRUZAMENTO GÊNERO E RAÇA/COR DEPOIS DE 2012.....	125
GRÁFICO 6 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E CURSO.....	128
GRÁFICO 7 – CRUZAMENTO GÊNERO E CURSO.....	129
GRÁFICO 8 - GÊNERO E CONCORRÊNCIA DE 2004 A 2011.....	130
GRÁFICO 9 - GÊNERO E CONCORRÊNCIA DE 2012 A 2019.....	131
GRÁFICO 10- RAÇA/COR E ANO DE INGRESSO DE 2004 A 2019.....	134
GRÁFICO 11 - GÊNERO E RAÇA/COR.....	135
GRÁFICO 12- RAÇA/ COR E ANO DE INGRESSO.....	136
GRÁFICO 13- GÊNERO E CURSO.....	137
GRÁFICO 14- CURSOS E RAÇA/COR	138
GRÁFICO 15- GÊNERO E CONCORRÊNCIA.....	138
GRÁFICO 16- FORMAS DE INGRESSO E GÊNERO NAS DUAS UNIVERSIDADES.....	141

LISTA DE SIGLAS

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

COPLAD - Conselho De Planejamento e Administração

COVID 19 - SARS-CoV-2

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

GETEC - Grupo de Pesquisa Núcleo de Gênero e Tecnologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, e demais orientações sexuais e identidades de gênero

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

PPI - Preto(a), Pardo(a), Indígena

PROGRAD - Pró Reitoria de Graduação e Educação Profissional

PROPPG- Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

PROREC- Pró Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias

PRAE - Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –

SM - Salário-Mínimo

SIPAD - Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade

UFPR - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS E O CENÁRIO ATUAL: UMA APROXIMAÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO E RAÇA	25
2.1	AS TEORIAS RACISTAS E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL ..	26
2.1.1	A “Tentativa” do Golpe e a Morte de Anderson e Marielle.....	37
2.2	MOVIMENTOS ANTIDEMOCRÁTICOS: “PINTOU UM CLIMA” COM O FASCISMO ...	49
2.3	REVISÃO SISTEMÁTICA E REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA	53
3	DECOLONIALIDADE E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	72
3.1	EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL E SUAS PERSPECTIVAS.....	73
3.1.1	Lélia Gonzalez e Kimberlé Crenshaw e o conceito de Interseccionalidade	76
3.1.2	Maria Lugones e Oyèrónkẹ Oyěwùmí : o sistema moderno-colonial de gênero	80
4	POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM DUAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ ..	84
4.1	REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL E AS MULHERES NAS ENGENHARIAS	85
4.2	DE “COISA DE PRETO” PARA “COISA DE PRET@”: ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DO FEMINISMO DECOLONIAL	92
4.3	HISTÓRICO E PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UTFPR E NA UFPR.....	101
4.3.1	Universidade Federal do Paraná.....	102
4.3.2	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	110
5	ANÁLISE DE DADOS DE ACESSO ÀS ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DE HOMENS E MULHERES NEGRAS(OS) E BRANCAS(OS)	118
5.1	REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DE PESQUISA	118
5.2	A POLÍTICA DE COTAS E SUA TERMINOLOGIA	122
5.2.1	A Universidade Federal do Paraná e as Engenharias.....	124
5.2.2	De Escolas de Aprendizes Artífices a Universidade Tecnológica Federal do Paraná ..	134
5.2.3	Análise UFPR-UTFPR e seus dados em comum	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	156

1 INTRODUÇÃO

Pensar na minha trajetória de mulher e negra é uma construção gradativa, que me levou a desafios e escolhas, mas sobretudo a descobertas que definiram a pessoa que sou. Nasci em uma família de negros, na cidade de Curitiba. Meu pai era funcionário público estadual e minha mãe funcionária pública federal. Ambos realizaram percursos difíceis para chegar na condição em que se encontravam.

Meu pai era de Palmas, no interior do Paraná. Veio aos sete anos com vários irmãos e a mãe, que trabalhava muito para sustentá-los. Começou a trabalhar desde criança, em vários locais que o expuseram a risco, como barraca de cachorro-quente e venda de produtos nas ruas. Continuou o estudo com muitas dificuldades, até que iniciou o trabalho de *office boy* no Departamento de Estatística do Estado. Foi ascendendo neste espaço, estudando e começando a realizar trabalhos técnicos, que exigiram conhecimento na área. Quando surgiu a profissão de Estatística, ele se tornou profissional graduado, por já exercer a profissão anteriormente a sua regulamentação.

Minha mãe nasceu em Caxias do Sul e sua família mudava constantemente, pois seu pai era militar. Em um momento de sua vida, seus pais se separaram, e ela iniciou um trabalho como funcionária pública federal em uma função administrativa, na área de recursos humanos. Foi minha mãe que me contou histórias de segregação racial no Rio Grande do Sul, dos preconceitos que sofria quando criança. Com 50 anos, conquistou seu grande sonho que foi fazer uma faculdade de Serviço Social.

Assim, eu cresci no meio de livros, sempre com acesso a contos clássicos, obras historiográficas e com uma certa proximidade com o universo gramatical. Aos 11 anos, saí da escola pública e fui estudar no Colégio Marista. Neste espaço, fiz amizades que foram fundamentais para a minha vida, mas sempre fui a única negra nas turmas que passei. Ao contrário dos percursos que li de famílias negras, não fui a primeira na família a me formar; ingressei em uma escola particular e tinha boas condições materiais, porém, nunca tive representatividade em se tratando da minha condição de negra. A branquitude sempre foi hegemônica na sociedade e no lugar onde eu estava. Nesta época, aprendi a fazer críticas às questões de classe, mas não problematizava as questões raciais.

Quando ingressei no curso de graduação de Serviço Social influenciada pela trajetória da minha mãe, comecei a conviver com colegas negras que tiveram outros percursos e dependiam de bolsa para viver. Que tinham dificuldades de escrita por educação precária e que me falavam mais do racismo existente na nossa sociedade. Ao ingressar no movimento estudantil, no centro acadêmico do meu curso, passei a me reconhecer mais nas reflexões de raça e racismo, embora me envolvesse na militância com as questões de classe desde bem jovem.

O meu interesse com a temática racial teve origem na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em 2012, quando iniciei meu trabalho na Pró Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD). Esta é uma Universidade repleta de figuras históricas, estátuas, fotos de reitores nas paredes que exibem toda a história de uma instituição referência no tocante ao ensino superior e que se tornava Universidade aos poucos. Entre as figuras históricas, existe a estátua branca de Nilo Peçanha que foi considerado o primeiro presidente negro do Brasil, que assumiu em 1909 e é o patrono da educação profissional e tecnológica no Brasil porque criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, precursoras dos atuais Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFETs, colocada no hall de entrada, para todos verem. A Universidade como um todo não exibia rostos pretos; nem de estudantes; nem de professores ou antigos reitores; nem de mulheres em posições estratégicas, nas fotos de ex-reitores exibidas nas paredes.

Porém, a minha maior surpresa foi constatar que não havia cotas raciais. Eu sabia que existia na UFPR e considerava que as universidades seguiam uniformidade de gestão nesse quesito. E a justificativa de todos a quem eu perguntava era que as cotas sociais eram justas e as raciais acabavam reproduzindo mais racismo, ao não considerar o mérito dos estudantes. Outro fato que eu observava eram o pequeno número de mulheres, principalmente nas engenharias.

Assim, entrei para o grupo de pesquisa da Universidade de “Gênero e Tecnologia”, onde aprendi que as mulheres nas engenharias representam um número exíguo, porém seu coeficiente é maior que os demais, talvez por estar sempre tendo que provar sua capacidade. Constatei – analisando alguns dados, que baixamos do sistema acadêmico – que os cotistas de escola pública, também iniciavam os cursos com o coeficiente menor, mas logo conseguiam ultrapassar as notas dos não cotistas.

Em agosto de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, conhecida como lei das cotas, que garantia 50% das vagas para estudantes de escola pública,

considerando dentre estes, 50% para os de renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e 50% para os de renda igual ou superior a 1,5 salários-mínimos. Em ambos os casos, deveria ser realizado um recorte do percentual mínimo correspondente a soma de pardos, pretos e indígenas no Estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir daí, inicia-se a organização de uma forma de seleção diferenciada nos cursos de graduação, considerando a lei. Ingressei no Mestrado em Tecnologia e Sociedade estudando o tema de mulheres nas engenharias, mas a vontade de pensar em outras possibilidades de pesquisa foi ficando forte. Então, conversando com minha orientadora, optamos por acrescentar raça à temática; um grande desafio, pois esta perspectiva foi pioneira no programa. Revi o projeto de pesquisa e as primeiras indagações no grupo eram referentes a temática da raça. Sempre era questionada sobre a validade de falar em raça, visto que era uma discussão que remetia à biologia, para quem não conhecia a temática.

Sou professora em Centro Universitário e já encontrei algumas estudantes negras que se emocionavam por eu ser a primeira professora negra que haviam tido em toda a trajetória escolar. Aprendi que a representatividade é muito importante. E pensando nisso, a primeira professora negra que tive em toda minha vida foi a professora Lucimar Dias na disciplina do doutorado.

Também lembrei das histórias da minha mãe, dos antepassados escravizados, de ela ser considerada a “negrinha orgulhosa, que não levava desaforo para casa”. Entendia, enfim, a sede do meu pai pelo acúmulo de livros, pela leitura, pela luta por uma ascensão profissional; os conselhos para que eu estudasse, assim como as histórias que se materializavam e faziam sentido. As políticas afirmativas são importantes para que o “lugar de negro ou de negra” seja também nas universidades, na docência e todo e qualquer espaço onde hoje eles e elas não estão presentes a não ser timidamente.

Por estar em uma universidade tecnológica, busquei conhecer as políticas afirmativas tardiamente, quando comecei a investigar a presença de mulheres negras na engenharia. Na minha pesquisa de mestrado, os dados levantados, consideraram além do ingresso e permanência destes (as) estudantes, seu coeficiente de rendimento, destacando os anos de 2013 e 2014, por serem estes os dois primeiros anos de implantação das cotas raciais. Desta forma, objetivei, a partir da interseccionalidade de gênero e raça, analisar a inclusão de estudantes (as) pretos

(as) e pardos (as) (de acordo com a terminologia utilizada pela lei de cotas) nas engenharias, na UTFPR.

A pesquisa realizada concluiu que as mulheres não cotistas de forma geral apresentam os melhores desempenhos, considerando tal realidade um resultado das lutas feministas para a inclusão das mulheres nas ciências, apesar de seu número ainda ser deveras restrito nas engenharias. Assim, a UTFPR, nos dois primeiros anos de cotas raciais, apresentou um processo de inclusão de alunos e alunas negras(os) nos cursos de engenharias, mas este número que corresponde a um universo de 30% em relação ao percentual de cotistas, ainda é baixo e com poucas mulheres negras. Os homens negros têm aumentado gradativamente nas engenharias, melhorando seus índices de forma geral, mas as mulheres negras têm diminuído, além de apresentar os coeficientes de rendimento mais baixos. (MEDEIROS, 2015).

Atualmente, há um grande debate sobre as cotas raciais no Brasil, principalmente no que concerne as ações afirmativas, que ganham destaque na mídia, particularmente após a constatação de que chegara o momento de revisar a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Esta lei dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais, determinando que estes deverão reservar 50% de suas vagas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, conforme ressaltado anteriormente.

Ainda existem atividades profissionais que relacionam o trabalho da mulher com determinados atributos (como paciência, docilidade, cuidado) e do homem com outros atributos (força, objetividade, pensamento matemático). Muitas atividades continuam sendo identificadas como masculinas e femininas, seja pelo saber ou pelo perfil de gênero (NANCI STANCKI DA LUZ e LEDA GITAHY¹, 2016, p. 57). O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese) divulgou em abril de 2022 que as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Grande parte das mulheres negras ainda executam o trabalho doméstico, herança colonial ainda muito forte no Brasil.

Em relação as formações profissionais, Luz e Gitahy (2016) problematizam as questões inerentes as mulheres nas áreas exatas:

¹ Por uma questão de identificação dos autores em relação ao seu gênero e sua obra, assim como Megg Rayara Gomes de Oliveira na sua tese (2017), a primeira vez que um autor ou autora for utilizado, será transcrito seu nome todo para dar visibilidade aos pesquisadorxs. (OLIVEIRA, 2017, p.14)

A aceitação social de uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres têm suas atividades desvalorizadas socialmente, decorre de processos que naturalizam e reforçam essa dicotomia entre o feminino e o masculino. Discursos que associam a mulher ao espaço privado e ao cuidado são transferidos para o espaço público e para o mercado de trabalho, favorecendo uma maior concentração feminina em profissões associadas a esse âmbito, bem como contribuindo para o afastamento das mulheres de outras atividades identificadas com o masculino e mais valorizadas socialmente, dentre as quais as do âmbito político. (LUZ e GITAHY, 2016, p.64)

Assim, há uma maior concentração feminina em algumas áreas, o que tem impacto nos cursos escolhidos por homens e mulheres. Nas áreas de exatas e tecnológicas, há um maior número de homens. Esta questão se reproduz na entrada de homens e mulheres na universidade e, mesmo com as políticas afirmativas o ingresso de mulheres nas áreas exatas é minoritária, inclusive de mulheres negras. Portanto, é importante um recorte por áreas nos estudos de políticas afirmativas, assim como por gênero.

Para um melhor entendimento das políticas afirmativas, meu trabalho situado na linha de pesquisa de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação, encontra-se no campo das relações étnico- raciais e de gênero, dialogando com as políticas afirmativas a partir do seguinte conceito de Paulo Vinicius Baptista Silva, José Antônio Marçal e Rosa Amália Espejo Trigo:

Política de ação afirmativa se caracteriza como política pública específica ou política preferencial (WEISSKOPF, 2008), ou seja, uma ação pública do Estado em favor de grupos sociais específicos (SILVA, MARÇAL, TRIGO, 2019, p.159).

Neste trabalho será utilizado o termo “política afirmativa” em referência a política pública de Estado e “ações afirmativas” em referência a iniciativas da sociedade civil, organizada ou não, ambos voltadas a justiça social envolvendo grupos raciais discriminados.

Me proponho a realizar uma pesquisa das políticas afirmativas entre duas universidades públicas federais do Paraná, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), tanto na forma de implantação da política como nos seus dados, referentes ao acesso e permanência de estudantes negras e negros nas Universidades nos cursos de Engenharia, haja visto que nestas áreas historicamente há um menor percentual de mulheres.

Para problematizar as relações classe/raça/gênero ao destacar a presença de mulheres e homens negros nas universidades, utilizarei uma reflexão empregando a epistemologia feminista de pesquisadoras negras com perspectiva decolonial. O feminismo decolonial foi um conceito proposto pela feminista argentina Maria Lugones a partir das seguintes fontes: as críticas do Black Feminism (mulheres de cor, chicanas, mulheres pobres, feministas indígenas...) e o feminismo materialista francês em reação ao feminismo hegemônico em sua universalização do conceito de mulher). (CURIEL, 2020, p. 125).

Dentro desta perspectiva, o marcador “mulher negra” será destacado em relação a outros, entendendo sua condição histórica de discriminação e subalternidade, visto que a maioria das mulheres negras ainda se encontram em ocupações domésticas:

A ocupação de empregada doméstica tem marcas de raça e gênero. A grande participação da população feminina e negra nesta categoria está relacionada não apenas a tradicionais concepções de gênero ou estereótipos femininos, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres, mas também a uma herança escravista que contribuiu para a construção de um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras tiveram menos acesso à educação e outros direitos sociais, colaborando para que elas estivessem entre as que detêm maior nível de pobreza e tendo, historicamente no trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários uma das poucas opções de emprego (MEDEIROS e LUZ, 2016, p.138).

Partindo do princípio de que há uma divisão sexual de trabalho no acesso a determinadas áreas do conhecimento, meu recorte analítico foram as Engenharias, por serem cursos históricos, tanto na UTFPR como na UFPR. Na UTFPR são cursos antigos e considerados de qualidade, desde a época de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), e por não terem uma participação equitativa de mulheres e com pouca participação de homens negros.

Na Universidade Federal do Paraná, o sistema de cotas raciais e sociais iniciou a partir do vestibular de 2005, com a aprovação do Plano de Metas pelo Conselho Universitário (Resolução 37, de 10 de maio de 2004). Há um processo diferenciado de inserção de cotas raciais entre as duas universidades. Vários estudos têm mostrado a ampliação do percentual de pretos e pardos nas instituições de ensino superior por totalidade, mas é necessário observar como tem sido o ingresso de pretos e pardos especificamente nas exatas, e comparar o processo das duas universidades

para conhecer suas diferentes realidades. Pontua-se desta forma as seguintes questões de pesquisa:

Qual foi o efeito das políticas afirmativas com recorte de raça e gênero em duas Universidades Públicas Federais no Paraná? Em que medida se propiciou o acesso da população negra ao ensino superior a partir das políticas afirmativas, considerando homens e mulheres nas engenharias?

Nos últimos anos, de 2019 a 2022, vivemos um contexto de ascensão da extrema direita no Brasil, com combate às políticas afirmativas e as pautas de defesa aos direitos de pessoas indígenas, negras, LGBTQI+ e aos Movimentos Sociais, de forma geral tornando-se ainda mais emergente pensar na importância das pesquisas de gênero e raça para conquista da hegemonia política das mulheres negras, considerando o acesso e permanência nas diversas áreas de conhecimento.

É importante pontuar o sentido da palavra “implementação” na pesquisa. Para Myriam Veras Baptista (2002) implementar significa “tomar providências concretas para a realização de algo planejado” (2002). Em seu livro onde ela trata de planejamento social, ela considera a implementação como uma fase da pesquisa que considera como “busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizem o projeto” (2002). Para José Roberto Rus Perez (2007) há uma diversidade de estudos, com graus de complexidade analítica e metodológica distintos em relação a avaliação de implementação. Este autor aponta três dimensões de análise do processo de implementação de políticas educacionais, ressaltando que este modelo pode acompanhar o processo de implementação, identificando obstáculos e elementos facilitadores como “o grau de adesão e a resistência dos agentes implementadores (PEREZ, 2007, p. 71). Isso significa que, no âmbito da ação de uma política pública ou lei, implantar é o início. Uma lei deve ser promulgada, sancionada (implantada), para só em seguida ser executada (implementada). Nesta pesquisa, “implementar” se refere a execução da política afirmativa, pois ela já foi implantada nas duas universidades em tempos e contextos diferentes.

Assim, este trabalho se propõe a pensar na importância das pesquisas de gênero e raça para a contraposição da hegemonia política pelas mulheres negras, considerando o acesso nas diversas áreas de conhecimento. Para tanto, foi definido o seguinte objetivo geral:

Analisar os efeitos das políticas afirmativas (Lei de Cotas) nos recortes de raça e gênero nos cursos de engenharia de duas universidades federais do Paraná.

Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS da pesquisa são:

- 1 – Realizar uma revisão sistemática com análise das produções de artigos de ações afirmativas nas universidades entre 2012 e 2022, que apontam o recorte de raça e gênero;
- 2 – Apresentar as discussões decoloniais, a partir de epistemologias do feminismo negro problematizando o lugar civilizatório dos povos colonizados e, posteriormente, a resistência das mulheres negras;
- 3 - Discutir o processo de implementação das ações afirmativas raciais nas universidades;
- 4 – Apreender as matrizes cognitivas e normativas dos processos de implementação e execução de acesso as políticas afirmativas raciais na UFPR e UTFPR;
- 5- Refletir sobre o processo de implementação das políticas afirmativas raciais nas universidades, destacando os dados relativos as mulheres negras nas engenharias e o processo de formação das universidades no Brasil.

A turma do doutorado de 2019, na qual ingressei, selecionou o nome de Sojo Truth, diminutivo de Sojourner Truth, que realizou um discurso em 1851 na convenção de mulheres em Akron, Ohio. Sojo foi uma militante negra, escravizada, que representou a solidariedade das mulheres negras e a participação da luta, não só contra o racismo, mas também contra o sexismo. Ela enfrentou sozinha o escárnio dos homens hostis, em uma época em que as mulheres não se manifestavam em reuniões. Quando os homens fazem referência às mulheres como “sexo frágil”, dizendo o líder que era ridículo as mulheres terem pretensão de votar, se nem entravam em uma carruagem sozinhas, ela responde:

Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher? (DAVIS,2016, p. 71)

Pensar em políticas afirmativas para mulheres negras, pode iniciar com a indagação de Truth: E não sou eu mulher? Faz-se indispensável compreender que a

trajetória das mulheres negras se diferencia das mulheres de outros grupos étnico-raciais. Pensar na mulher negra na nossa sociedade recai sobre os processos de educação e a distribuição desigual de poder, sendo que as relações de gênero, raça e etnia se apresentam como desigualdades e estão evidenciadas nas discussões das cotas raciais. Ainda assim, estas desigualdades não se referem apenas a classe. Em um contexto de políticas públicas afirmativas, elas se apresentam como um reflexo direto da conjuntura política.

Neste trabalho, para ressaltar a importância da epistemologia de mulheres negras brasileiras, que a academia invisibiliza, no início de cada capítulo será apresentada uma pesquisadora negra fundamental para a pesquisa brasileira, a partir do trabalho da LITERAFRO- Portal da Literatura Afro Brasileira. Este portal foi criado em 2004, sediado no NEIA-Núcleo dos Estudos interdisciplinares da Alteridade-da Faculdade de Letras da UFMG. Nos dois últimos capítulos, de análise de dados, será destacada a primeira engenheira negra do Paraná (e do Brasil), uma mulher negra que anteriormente foi professora e empregada doméstica, como uma forma de atingir seus objetivos de se tornar engenheira. Como os capítulos analisam engenheiros e engenheiras, destacando as mulheres negras, compreende-se que a história de Enedina Alves Marques é importante para entender a história das mulheres negras que ousam buscar formação nas áreas exatas. Assim, esta tese está distribuída nos seguintes capítulos após o capítulo introdutório:

No capítulo II será apresentada a história das políticas afirmativas no Brasil, destacando a construção do racismo estrutural e em seguida, os grandes retrocessos que ocorreram no momento político de 2019 a 2022, principalmente na área da Educação. Em seguida uma revisão sistemática de publicações das pesquisas representativas sobre políticas afirmativas raciais nas instituições públicas de ensino superior, posteriores a implantação da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com destaque nas publicações que realizam análises relativas à raça e gênero.

No capítulo III, será apresentada a epistemologia decolonial feminista, e algumas teóricas que apresentam o conceito de interseccionalidade e problematizam a relação do feminismo branco e do feminismo negro;

No capítulo IV, a partir do processo histórico das universidades no Brasil e das mulheres nas engenharias, será apresentado o método cognitivo de avaliação das políticas públicas, na partir de duas categorias de análise;

No capítulo V, será apresentado os dados quantitativos das universidades, relativos a ingresso, raça e gênero e o estudo comparativo a partir das variáveis similares.

Ao final, as considerações finais com conclusão da pesquisa.

2 AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS E O CENÁRIO ATUAL: UMA APROXIMAÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO E RAÇA

FOTOGRAFIA 1 - SUELI CARNEIRO



Fonte: Portal LiterAfro

Aparecida Sueli Carneiro é uma filósofa, escritora e ativista antirracismo, criadora e diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Uma de suas frases que mais ilustram o momento que vivemos é “de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros desse país?”.

Em 1983, o governo de São Paulo criou o Conselho da Condição Feminina e Sueli Carneiro se engajou pela abertura de uma vaga para uma mulher negra. Em 1988 fundou o Geledés (Instituto da Mulher Negra), primeira organização negra e feminista da cidade de São Paulo. Ela utiliza a expressão “Enegrecendo o Feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no Movimento Feminista Brasileiro. A autora é um grande ícone nas lutas políticas antirracistas e conquistas de direitos de mulheres negras, a partir de políticas públicas, principalmente na área de saúde. O capítulo inicia com Sueli Carneiro como uma forma de lembrar que tivemos avanços nas políticas direcionadas aos direitos das mulheres negras. Será apresentada a história das políticas afirmativas no Brasil, destacando a construção do racismo estrutural e, em seguida, os grandes retrocessos que ocorreram no momento político

de 2019 a 2022, principalmente na área da Educação. O capítulo encerra com uma revisão sistemática de publicações das pesquisas representativas sobre políticas afirmativas raciais nas instituições públicas de Ensino Superior, posteriores a implantação da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com destaque no quesito raça e gênero.

2.1 AS TEORIAS RACISTAS E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

Para compreender o racismo no Brasil e a necessidade de implementação das políticas afirmativas, será realizado um breve histórico, resgatando teóricos que debatem este tema. Um aspecto crucial da história das políticas afirmativas no Brasil é o conceito de racismo científico, que surgiu durante o final do século XIX e início do século XX. Influenciada pelas ideologias europeias, essa teoria pseudocientífica tentou justificar as desigualdades raciais sugerindo diferenças intelectuais, morais e culturais inerentes às raças. Havia, no século XIX, duas concepções distintas em relação a humanidade: a monogenista e a poligenista. A primeira acreditava que a humanidade tinha a mesma origem e poderia ser fruto de maior perfeição e degeneração divina e, a segunda, difundia a existência de vários centros de criação, responsáveis pelas diferenças raciais (SCHWARCZ, 1993).

Entre os autores de destaque que propagaram o racismo científico e desenvolveram esta visão no Brasil se encontram teóricos como Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Arthur Ramos. Raimundo Nina Rodrigues, um médico maranhense radicado na Bahia, assumiu a visão darwinista que realizava uma associação entre raça, etnia e cultura. Marcelo Paixão (2013) afirma que, para o teórico, essas raças seriam hierarquizáveis e a relação entre elas de competição pelo usufruto dos recursos naturais. Então, os mestiços ou “híbridos” seriam os mais degenerados e cada raça deveria se manter apartada em locais mais apropriados às suas distintas naturezas (PAIXÃO, 2013, p.117).

A população brasileira, com muitos mestiços, caminharia para uma degenerescência biológica, moral e psicológica. A proposta deste autor motiva a aproximação da Medicina e Criminologia. Uma propensa ciência brasileira, a partir de estudos de crânios humanos, desenvolvia teorias chamadas científicas apontando a inferioridade dos negros e das mulheres, por ter crânios menores.

O jurista sergipano Silvio Romero, por outro lado, apresentava uma tese mais otimista, mais influenciada por uma visão poligenista. Ele propugnava que, com o fim do tráfico de escravizados, com a extinção dos silvícolas e com a mestiçagem, os brancos, que seriam racialmente mais fortes, progressivamente prevaleceriam em relação aos indígenas e negros. Ao contrário de Nina Rodrigues, para ele, os descendentes de europeus incorporariam o legado de outros grupos raciais com suas qualidades, que seriam o intelecto e a moral dos brancos e a resistência física de ameríndios e negros (PAIXÃO, 2013, p.121).

Ao longo do século XX, outra interpretação é realizada, por uma tradição conhecida como culturalista, com uma nova concepção do médico e antropólogo Arthur Ramos. Este teórico propõe “a mudança do conceito de raça para cultura como matriz explicativa básica do nosso modo de ser coletivo” (PAIXÃO, 2013, p.118).

Arthur Ramos considerava que as coletividades indígenas e negras teriam uma mentalidade pré-lógica. A religião destes povos era questionada, porque para eles, era impregnada de elementos pré-místicos. Os traços formadores dos nossos hábitos eram originários de culturas inferiores e seriam desprezíveis no processo de formação do Brasil.

Estas teorias se fortalecem no século XIX e a visão evolucionista do darwinismo, assim como a visão poligenista, reforçam a superioridade de povos sobre os outros e a necessidade de civilizá-los. Sílvia Almeida, teórico negro (2019), afirma que a raça opera a partir de dois registros básicos:

Como característica biológica em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico como a cor da pele, por exemplo;
Como característica étnico cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir” (ALMEIDA, 2019, p. 31)

Estas características determinam o conceito de racismo estrutural que é para o autor:

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p.32)

O autor afirma que o racismo institucional foi um grande avanço no estudo das relações raciais, porque demonstrou que o racismo transcende o âmbito da ação individual e destaca a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais; seja o poder de um indivíduo sobre o outro, seja de um grupo sobre o outro. Porém, a regra e o padrão racista da instituição estão vinculados à ordem social que resguarda, ou seja, “a instituição é racista porque a sociedade é racista”. As instituições reproduzem o racismo presente na sociedade (ALMEIDA, 2019).

Assim, o autor considera que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social relacionado às relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. Desta forma, o racismo estrutural culmina em desvantagens, por isso não existe racismo reverso, pois as populações brancas não enfrentarão barreiras devido ao quesito “raça”. Este racismo no Brasil opera a partir das características físicas das pessoas. Quanto mais negra for a pele, maior as desvantagens enfrentadas na vida cotidiana.

Ainda na década de 50, o sociólogo Oracy Nogueira afirmou que o preconceito no Brasil é “de marca”, já que é definido pelo critério de aparência, de cor da pele. Ele apontava que existia uma tendência do pesquisador brasileiro em negar ou subestimar o preconceito no Brasil e a incapacidade do observador norte americano em percebê-lo:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; Quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 2007, p.292)

No Brasil, o racismo opera pelas aparências e existe uma visão no imaginário popular de boa convivência, porque todos possuem herança negra. Carlos Hasenbalg (2022) afirma que podem ser identificadas no Brasil três linhas de pesquisa que apresentam a relação entre raça, classe e desigualdades sociais. Uma delas seria a do etnólogo Gilberto Freyre, que no início da década de 30 destaca as contribuições positivas do africano e do ameríndio para a cultura racista, subvertendo as premissas racistas presentes, mas simultaneamente, criando “a mais formidável arma ideológica contra o negro” (HASENBALG, 2022, p.106). Quando ele enfatizou a flexibilidade

cultural do colonizador português, que cria o avançado grau de mistura racial (a partir de relações cordiais) formula a noção de democracia racial. A consequência implícita seria uma suposta presença de iguais oportunidades para negros e brancos.

Para Hasenbalg (2022) a obra de Gilberto Freyre influenciou os teóricos das relações raciais no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Apesar da visibilidade e evidência da relação cor/posição social os autores propugnaram que não havia discriminação racial no Brasil. Suas conclusões foram as de que: o preconceito seria mais de classe que de raça; a consciência em relação as diferenças de cor não estavam relacionadas a discriminação; estereótipos contra o negro são manifestados mais verbalmente que no comportamento; outras características como ocupação, riqueza e educação são mais importantes que a raça nos relacionamentos interpessoais (HASENBALG, 2022, p.106).

Outra linha de pesquisa apresentada por Hasenbalg (2022) é a tradição teórica que incorpora classe na questão racial que foi desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 pela Escola de São Paulo por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Estes trabalhos chegam a conclusões comuns que seria: “o sistema de relações raciais é focado a partir da análise do processo de desagregação do sistema escravista de classes e da constituição de uma sociedade de classes” (HASENBALG, 2022, p.107).

Ele afirma que estes intelectuais defendiam, no geral, a seguinte posição em relação ao racismo:

Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração (HASENBALG, 2022, p.108)

Este diagnóstico, dentro desta análise, se relacionaria basicamente a região sul do país, pois ali a população negra saiu da condição servil no final da escravidão. O mesmo não se relacionaria principalmente ao Nordeste e Minas Gerais onde a transição das condições de escravizado a homem livre foi mais gradual, apesar da população negra ter ficado imobilizada por um sistema semiservil das relações de trabalho. Hasenbalg (2022) evoca a importância do trabalho de Florestan Fernandes, mas afirma que em seus escritos ele defende de forma implícita que o racismo tende a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo (HASENBALG, 2022, p.109).

Gonzalez (2020) faz uma referência as pesquisas que têm como foco a população negra, dizendo que apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, muitos não conseguem escapar das "astúcias da razão ocidental". Aqui e ali, podemos constatar os "efeitos do neocolonialismo cultural" (GONZALEZ, 2020, p.31).

Esta visão de relações cordiais entre brancos e negros no Brasil persistiu nos discursos inerentes a políticas para negros e negras. Porém, a promotora de justiça negra Livia Vaz (2022) apresenta algumas ações afirmativas realizadas na história do Brasil que não são recentes e não se referem a questão racial: o decreto nº 20.291, de 19 de agosto de 1931- regulamentador do artigo 3º do decreto nº 19482 de 12 de dezembro de 1930, conhecido como Lei de Nacionalização do Trabalho. Esta legislação previa a reserva de 2/3 das vagas de empresas multinacionais no Brasil para trabalhadores brasileiros. Em 1960, outra conhecida "Lei do Boi", Lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968, previa a reserva de 50% de vagas dos estabelecimentos de ensino médio agrícola e das escolas superiores de Agricultura e Veterinária para agricultores ou filhos destes proprietários ou não de terras, residentes na área rural. Se os candidatos fossem residentes em vilas que não possuíam ensino médio, a reserva era 30% (VAZ, 2022, p.89). Estas cotas existiram na história do Brasil e nunca houve questionamento de mérito de quem as recebia, pois eram direcionadas a um grupo hegemônico no Brasil.

Um dos intelectuais ativistas acadêmico e político negro brasileiro que denunciava o racismo foi Abdias Nascimento. Ele foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e defendeu diversas causas que visavam enfrentar os séculos de racismo sistêmico e discriminação vivenciados pelos negros e negras. Um dos principais temas defendidos por Nascimento foram as ações afirmativas. Ele acreditava firmemente que, para superar as desigualdades profundamente enraizadas, era necessário implementar políticas que proporcionassem oportunidades iguais para todos os brasileiros. Além das ações afirmativas, ele sempre se manifestou contra a brutalidade policial contra negros e defendeu a implementação de penas mais rígidas para crimes com motivação racial. Outra causa defendida por ele foi o reconhecimento e a preservação da cultura afro-brasileira, ou seja, que a rica herança africana do Brasil deveria ser celebrada e promovida, em vez de ser marginalizada e ignorada. Como artista, Nascimento incentivou ativamente a valorização da arte, da música e da literatura africanas, acreditando que esta desempenhava um papel crucial na promoção da identidade afro-brasileira. Lutou pelo reconhecimento dos quilombos,

ressaltando o direito de negros às terras ancestrais. Acreditava firmemente que dar aos negros a propriedade e o controle sobre suas terras era um passo fundamental para enfrentar injustiças históricas e criar oportunidades econômicas para comunidades marginalizadas.

No início dos anos 1980, o deputado apresentou um projeto de lei no Congresso conhecido como projeto de lei Abdias Nascimento, que visava estabelecer políticas de ação afirmativa no Brasil. Embora o projeto de lei tenha enfrentado resistência e não tenha sido aprovado, serviu como catalisador para debates em torno da desigualdade racial e discriminação.

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, as elites intelectuais negras foram desarticuladas. Abdias Nascimento se torna exilado político e Lélia Gonzalez afirma que ele enriquece sua militância no exterior, pois exilados brasileiros voltam com outra compreensão da questão negra. A repressão isolou as lideranças negras que se mantiveram em uma semiclandestinidade. É no início dos anos 70, ao final da ditadura que existe a retomada do teatro negro no Centro de Cultura e Arte Negra em São Paulo e o grupo Palmares no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Existe um fenômeno novo, que é o grupo soul, batizado posteriormente de Black Rio (GONZALEZ, 2020, p.41).

A Constituição de 1988 consagra a igualdade na dimensão material apresentando como objetivos fundamentais “a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, quaisquer outras formas de discriminação”. Duas leis de cotas são aprovadas logo após o novo regime constitucional: a Lei nº 8.112, de 1990, com reserva de 20% em concursos públicos federais para deficientes físicos e a Lei nº 9.504, de 1997, com reserva de 30% para candidatura de mulheres em cada partido político e coligação (VAZ, 2022, p.89).

A partir do início do século XXI, com a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e outras formas de Intolerância, através de dados relativos à população negra, o Brasil se reconhece como um país racista e se propõe a implantar ações afirmativas.

As políticas afirmativas no Brasil ganharam força significativa com a introdução de políticas afirmativas no Ensino Superior. Implantadas inicialmente por algumas universidades públicas no início dos anos 2000, essas políticas visavam ampliar o

acesso ao Ensino Superior para grupos historicamente marginalizados, particularmente negros e indígenas.

Em 2009, o Partido Democratas ajuizou a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186-2, questionando os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (CEPE/UnB), os quais determinavam a reserva de 20% das vagas oferecidas pela instituição para estudantes negras/os, além de uma reserva para indígenas. O julgamento da ADPF nº 186-2 considera as cotas raciais mecanismos constitucionais, não apenas pelo seu resultado, mas também por ter proporcionado um amplo debate envolvendo a sociedade civil organizada, movimentos sociais, pesquisadoras/es e acadêmicas/os, num processo de democratização do próprio sistema de justiça.

Dentre as legislações importantes de destacar temos o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta:

[...] O procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2004)

Em relação as relações étnico raciais, também foi criada a Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina:

"Art. 26-a. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2003).

A Resolução CNE/CP Nº 01/2004 ampliou os segmentos para atendimento da lei anterior:

Art. 1º A presente resolução institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. § 1º As instituições de ensino superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no parecer cne/cp 3/2004. § 2º O cumprimento das referidas diretrizes curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. (BRASIL, 2004).

O sistema de cotas foi posteriormente ampliado para incluir oportunidades de emprego no setor público. A Lei de Cotas, sancionada em 2012, estabeleceu uma política nacional determinando que as universidades públicas e instituições federais reservem um determinado percentual de suas matrículas para estudantes negros, indígenas e socialmente desfavorecidos. Essa lei foi um marco significativo na jornada da política afirmativa do Brasil, reforçando os esforços para enfrentar desigualdades históricas e promover a inclusão social.

Em seguida, foi instituída a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva vagas para candidatas/os negras/os, 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Por fim, em 2023, foi aprovado o Decreto nº 11.443 que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal. Este decreto foi instituído para minimizar as diferenças raciais e de gênero em cargos de confiança no serviço público.

Em 2022, era prevista a revisão da Lei nº 12.711/2012, a conhecida “Lei das Cotas”. Num contexto político conturbado, como veremos adiante, e com o fato de que, apesar das políticas afirmativas terem sido consideradas constitucionais, o parlamento brasileiro se faz ainda muito conservador em relação a existência das políticas afirmativas, principalmente por ter muitos expoentes da extrema direita. É frequente que cidadãos e pessoas do parlamento se coloquem a favor das políticas afirmativas para pessoas vulneráveis (baixa renda, escolas públicas, pessoas com deficiência), mas questionem as voltadas a pretos e pardos.

A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, compila uma rede de entidades que, articuladas, atuam no combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação racial, com vistas a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e defesa de direitos. É uma associação que produz conhecimentos científicos acerca dos temas, além da luta pelos direitos da população negra.

Assim, a Associação cria boletins informando a sociedade sobre os projetos de lei referentes as cotas nas universidades e como está sendo a revisão. A partir do texto dos professores Cleber Santos Vieira e Paulo Vinicius Baptista da Silva (2022) foi possível compreender a reflexão sobre a revisão.

Há muitos projetos de lei que tramitam no congresso federal e os autores destacam o Projeto de Lei (PL 3.422/202), que estabelece a avaliação para 50 anos. Para compreender a importância da adesão a este, os autores apresentam os seguintes conceitos: vigência, avaliação e revisão, que seriam:

Vigência - ao criar o programa de reservas de cotas para estudantes de escolas públicas pretos, pardos e indígenas, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 não estabeleceu prazo para seu término.

Avaliação - a responsabilidade dos órgãos públicos na avaliação da lei foi criada no artigo 6º:

O ministério da educação e a secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial, da presidência da república, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta lei, ouvida a fundação nacional do índio, FUNAI (BRASIL, 2012).

Ainda no governo Dilma , cria-se a portaria 803/2013

O MEC criou a comissão consultiva da sociedade civil sobre a política de reserva de vagas nas instituições federais de educação superior com a finalidade de contribuir com o debate acerca do processo de implementação da lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e elaborar propostas de ações que promovam a concretização efetiva da reserva de vagas junto às instituições federais de educação superior. A comissão consultiva era composta por representantes de instituições públicas e entidades da sociedade civil, inclusive a associação brasileira de pesquisadores/as negros/as. Esta comissão, porém, teve vida curta sendo completamente esvaziada após 2016. (SILVA e VIEIRA, 2022)

Os autores propugnam que os órgãos públicos mencionados no artigo 6º afirmam que cumpriram a lei, utilizando o SIMOPE - Sistema de Monitoramento de Política Étnico-Raciais – plataforma criada em 2015, ainda no governo da Presidenta

Dilma Roussef e Pesquisa de avaliação da política de cotas no serviço público e elaboração de metodologia para avaliação da lei de cotas raciais e sociais nas Universidades e Institutos Federais”, elaborada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e associada ao Termo de Execução Descentralizada Nº 2/2019 firmado com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPIR/MMFDH). Vários pareceres foram realizados pela ABPN e pelo NEAB da UFPR, em relação a ineficiência do SIMOPE, e o Grupo de Trabalho da Defensoria Pública da União emitiu nota técnica afirmando que os mecanismos citados realmente não monitoraram a política de cotas.

Silva e Vieira (2022) entendem que a revisão poderia ser um momento de aprimorar a política, melhorando as bolsas de iniciação científica e construindo uma política de assistência estudantil que atenda realmente ao perfil destes estudantes. Porém, o que se observa é que se aproveita da ideia de revisão para a sugestão da supressão de política afirmativa.

Como pudemos perceber anteriormente, o governo vigente no ano de 2022 era contrário as políticas afirmativas, não houve efetivamente avanços na educação de forma geral, além do ministro da educação se colocar veementemente contra as cotas raciais:

Basta lembrar a declaração do ministro da educação durante audiência pública na câmara dos deputados realizada no dia 17/11/2021. Ao ser indagado sobre qual é a posição do mec em relação a revisão da lei de cotas afirmou categoricamente “a cota pra mim tinha que ser social, e não racial”. Independentemente do pl 3422/2021, existem outros em tramitação, inclusive que se coadunam com a posição do defendida pelo atual ministro da educação. (SILVA e VIEIRA, 2022)

Novamente, com a revisão e numa sociedade conservadora e com um governo conservador, projetos societários se colocaram em disputa e os discursos conservadores acerca das cotas raciais começam a reverter em projetos de lei que traziam diversos retrocessos.

Com o governo Lula, já um ano após o período de revisão, foi aprovado na Câmara de Deputados em agosto de 2023 o PL 5.384/2020 da deputada Maria do Rosario, do Partido dos Trabalhadores PT/RS, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para tornar permanente a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de Ensino Técnico de Nível Médio. A relatora foi a

deputada Dandara Tonantzin do PT/MG, que realizou no plenário um discurso emocionado, sendo a própria egressa de cotas raciais na pós-graduação.

O texto aprovado na câmara prevê mudanças na Lei, tais como:

a) Inicialmente, os(as) candidatos(as) vão concorrer a vaga da concorrência geral. Se não alcançarem as notas nesta modalidade, vão concorrer as vagas reservadas.

b) O critério socioeconômico será atualizado, sendo que a renda percapita para o critério de renda, ao invés de 1,5 salário mínimo será de 1 salário mínimo

c) Será incluída uma subcota de quilombolas

d) Se as vagas de subcotas não forem preenchidas, será dado prioridade primeiramente para outras subcotas, para só depois se voltar para as cotas de escola pública, de forma geral.

e) Previsão na pós-graduação referente cotas para inclusão de pardos, pretos, quilombolas e pessoas com deficiência.

f) Será avaliada a Lei de Cotas a cada 10 anos.

g) O poder executivo deve adotar metodologia para atualizar anualmente a proporção de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em cada Estado, após três anos de divulgação do resultado do Censo.

h) Finalmente, os cotistas deverão ter prioridade no Auxílio Estudantil, criado a partir do Decreto nº 7.234/10 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).²

Muitas questões que foram acrescentadas foram um avanço nas políticas, mas é necessário ir além das políticas de Auxílio Estudantil para garantia de permanência destes (as) estudantes, pensando também em ações de extensão e metodologias que elenquem as questões relativas a estes públicos em diferentes cursos, com recorte não apenas racial, mas também de gênero.

Para entender o retrocesso na educação e principalmente em relação as políticas afirmativas, será apresentado as ações realizadas pelo governo de 2019 a 2022 em relação a Educação.

² No período de revisão desta tese, o PL 5.384/2020 foi aprovado no senado, com o mesmo texto da Câmara dos Deputados, sendo encaminhado para a sanção do Presidente da República.

2.1.1 A “Tentativa” do Golpe e a Morte de Anderson e Marielle

Bolsonaro ainda era deputado federal quando proferiu uma palestra no Clube Hebraica, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, em abril de 2017. Na ocasião, ele falou: “Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”. Uma plateia composta por judeus, povo perseguido no repugnante holocausto da Segunda Guerra Mundial, em sua maioria caiu na risada com a “piada” (NEXO JORNAL, 2020).

Esta narrativa se iniciou a partir de um trecho de um artigo publicado pelo jornal. Um relato sobre o ex-presidente da república do Brasil (referente gestão 2018-2022) que evidencia a conjuntura racista e retrógrada na qual vivemos. Esta situação ocorreu em 2017, antes da eleição presidencial, quando Bolsonaro era deputado federal. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra o então deputado por danos morais à comunidade quilombola e à população negra. Em 2019, quando já presidente, o TRF-2 (Tribunal Região Federal da 2ª Região) declarou-o inocente, porque era “apenas piada”. E assim, falar de políticas afirmativas no momento deste governo, tornou-se um desafio em uma realidade política onde pretos, mulheres, população LGBTQIAP+, indígenas e tantos outros grupos vistos como minoritários são atacados a todo momento em nome do direito à liberdade de expressão.

Assim, a história será contada “ao inverso”, retratando os principais acontecimentos do momento, com enfoque na educação e nas relações étnico raciais, iniciando pelo golpe de 2023 e depois retomando o período de 2019 a 2023 do governo Bolsonaro.

No dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília, ocorreu um fato que abalou a opinião pública e o início da gestão do governo Lula, eleito para início da gestão no mesmo ano. Este evento, aliado a posterior cumplicidade de militares do exército e da polícia, foi o ápice da constante agitação no país, iniciada no governo anterior a partir de constantes ataques a segurança das urnas, a instabilidade que poderia ser criada por um governo “comunista” e considerado corrupto, visto que o candidato eleito Luís Inácio Lula da Silva havia sido preso, por uma operação hoje considerada ilegal, que ocorreu no Paraná tendo como protagonista o juiz considerado suspeito e atual senador Sérgio Moro.

Foram organizados acampamentos em frente aos quartéis em todo o país, de forma gradativa, para abrigar indivíduos apoiadores do governo de Jair Bolsonaro, que

organizaram um movimento antigoverno de esquerda, e pediam veementemente que militares assumissem o poder, compreendendo que uma suposta ordem seria restabelecida no país.

Os acontecimentos de 8 de janeiro foram marcados por ônibus que foram a Brasília para protestos em relação a assunção do novo governo, tendo os quartéis como ponto simbólico, aumentando os manifestantes nestes locais que em seguida foram para as ruas de Brasília. De acordo com relatórios da inteligência, emitidos pela investigação da Polícia Federal, houve 100 ônibus com 3.900 pessoas que chegaram na capital federal.

Um dos manifestantes foi preso com um carro bomba no aeroporto de Brasília. Os manifestantes saíram do quartel e foram até a Esplanada (área que abriga os Ministérios e prédios públicos federais), entraram nos prédios públicos do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, que representavam as instituições de apoio ao presidente eleito, e conseguiram entrar nos prédios. Os prédios governamentais tiveram seus salões saqueados, sendo quebradas vidraças e móveis, assim como artefatos valiosos e históricos, que foram vandalizados, documentos rasgados e roubo de armas e munições de defesa do presidente. O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, muito visado pelos golpistas pela atitude adotada de enfrentamento ao ex-presidente pelos ataques às urnas, teve depredação ostensiva no seu gabinete.

Depois dos prédios tomados, a polícia militar aumentou seu efetivo e passou a utilizar bombas de gás lacrimogênio, cavalaria e tropa de choque. Alguns policiais foram atacados.

Posteriormente, as câmeras mostraram policiais ostensivamente apoiando os golpistas para deixá-los entrar e sair dos salões onde objetos foram depredados. O secretário de segurança pública do Distrito Federal estava no exterior. Houve uma ação imediata do Supremo Tribunal Federal afastando o governador, e o presidente eleito Lula assinou um decreto de intervenção para que o governo federal pudesse assumir a segurança do Distrito Federal.

Então, o Ministro da Justiça que assumiu no governo Lula começou a investigar as ações do golpe e hoje provas apontam para o envolvimento de policiais, militares, políticos, empresários responsáveis pelo financiamento e até pastores de igrejas evangélicas.

Ainda em 2023 (ano em que esta tese é redigida), junto com a tentativa de golpe, vem sendo investigado um processo de destruição de terras indígenas para apoio ao garimpo, com destaque nas aldeias yanomami, com extração ilegal de ouro nas suas terras, apoiados por mineradores de grande capital financeiro, grifes internacionais, funcionários públicos, donos de aeronaves e narcotráfico. Os indígenas foram encontrados doentes, desnutridos, com muitas adolescentes estupradas como moeda de troca por comida. Constatou-se que o governo de Jair Bolsonaro foi alertado sobre o que ocorria, mas nada foi feito para coibir.

Outro fato foi que em julho de 2023, após 6 meses de mandato do governo Lula, foi realizada uma delação do ex-policial militar Élcio Queiroz e sua participação na morte de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Ele assume que foi o motorista no ato ilegal e a execução foi realizada pelo policial reformado Ronnie Lessa com a participação do ex-bombeiro Maxwell Simões Correia. Conta que a arma foi extraviada no quartel do Bope na Polícia Militar do Rio de Janeiro após um incêndio. Neste trecho do depoimento ele fala sobre a motivação:

[...] Ele falou 'vai em direção ao centro, vamos pegar o alto da boa vista'. No caminho, fui perguntando qual é a situação, aí ele falou que era a vereadora, falou o nome, mas eu não sabia quem era; mas aí eu falei 'o que é a situação?'. Ele falou que era pessoal. 'mas tem dinheiro nisso aí, o que é?'. Aí ele falou 'não, é pessoal'. Aí fomos seguindo, ele foi me orientando (DEPOIMENTO POLÍCIA FEDERAL, relatório 2/2023, p.18)

Nesta parte do relatório, Queiroz, que afirma ser compadre do executor, diz não conhecer qual a motivação do crime e que Lessa teria afirmado que seria "pessoal". A Polícia Federal, que assumiu o caso, tem investigado as motivações, mas acredita-se que o crime foi direcionado à Marielle, com Anderson sendo atingido apenas por estar com ela. O Instituto Marielle Franco, fundado pela família da vereadora, incluindo sua irmã Aniele Franco, hoje ministra da Igualdade Racial, realiza uma linha de tempo das investigações. Esta linha de tempo mostra que no período de governo de Jair Messias Bolsonaro, houve denúncias que delegados eram afastados do caso quando se aproximavam dos mandantes e, em 2021, promotoras de justiça do caso pedem afastamento após "interferências externas" além de, em 2022, o caso já ter o quinto delegado da polícia civil.

Ronnie Lessa já havia sido preso pelo crime, mas com a delação de Queiroz foi possível, de acordo com a Polícia Federal, avançar em outros aspectos que podem

levar aos mandantes do caso. Conforme observa-se no relato dos acusados e executores, todos são homens envolvidos com comando militar de alguma autoridade pública. Pessoas pertencentes a milícia relacionada com autoridades públicas.

Marielle Franco, por outro lado, é uma mulher negra que nasceu perto do complexo da Maré onde passou a maior parte de sua vida, teve uma filha (Luyara Franco) fruto da relação com o primeiro namorado e foi doméstica, professora em escola infantil, vendedora ambulante e dançarina, acumulando dessa forma dinheiro para investir nos seus estudos. Se formou em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com uma bolsa integral do Programa Universidade para todos (PROUNI) depois de frequentar o Pré-Vestibular Comunitário da Maré (GOMES LAURIANO e SCHWARCZ, 2021).

A partir de sua vivência vendo inúmeras mortes, sobretudo de uma amiga próxima com bala perdida, ela passa a realizar militância em prol dos direitos humanos, fazendo uma crítica implacável a militares por abuso de poder. Ela realizou campanha para o deputado federal Marcelo Freixo, seu padrinho político. Em 2014 defendeu sua dissertação no mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF) que abordava a atuação das Unidades de Polícia Pacificadora apresentando uma análise da política de segurança pública do Estado. (GOMES LAURIANO; SCHWARCZ, 2021).

Em 2016, Marielle se elegeu como vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a quinta mais votada do estado do Rio. Pouco antes de ser assassinada, a vereadora assumiu a Comissão de Monitoramento à intervenção Militar em defesa dos Direitos Humanos e denúncias de abusos cometidos pela polícia militar. A vereadora defendia pautas como o projeto do dia da visibilidade Lésbica, que deixou de ser aprovado por 2 votos. No ano de 2000 iniciou um relacionamento com Mônica Tereza Benício e mudou com esta e sua filha para o bairro carioca da Tijuca, com foco sempre nas suas origens (GOMES LAURIANO e SCHWARCZ, 2021).

Quando Marielle foi assassinada em 2018 com Anderson Pedro Gomes, seu motorista, por uma execução com 18 tiros no carro onde estava, ela voltava de um evento realizado na Casa das Pretas, um espaço coletivo de mulheres negras. Logo em seguida, várias fake news foram noticiadas em relação a vereadora, para que a opinião pública ficasse contra o que ela representava. Por ser uma mulher negra periférica, foi acusada de ter um relacionamento com Marcinho VP, um traficante do Morro do Alemão no Rio de Janeiro, e engravidar dele com 16 anos. Foi acusada de

fazer parte de facção criminosa e receber votos destas facções, além de ser usuária de drogas. A família foi às redes sociais para contar sua trajetória e desmentir tudo que foi noticiado de forma falsa sobre a vereadora.

Continuando a narrativa anterior ao governo Bolsonaro, no ano seguinte ao assassinato de Marielle e Anderson, em 2019, aconteceu a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo juiz Sergio Moro, alegando-se que ele teria participado de um esquema criminoso deflagrado pela Operação “Lava Jato”³. Esta condenação contribuiu para que o candidato Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema direita e visto como uma pessoa “honesta” e “pela pátria e pela família” ganhasse a eleição.

Luiz Augusto Campos (2021) destaca que o bolsonarismo é uma articulação política conservadora e reacionária que se opõe as forças partidárias da nova república, tanto com pendores liberais de centro-direita e vieses social democratas de centro esquerda, o que este movimento entende como ameaças “globalistas” e “comunistas”. O bolsonarismo propõe um retorno as bases fundamentais judaico cristãs da cultura cristã calcados em três eixos: autoritarismo familista (base família patriarcal), militarista (forças armadas como guardiãs do espírito nacional) e neoliberal (livre mercado como princípio de organização espontânea do social) (CAMPOS, p.361, 2021).

Fernando Luiz Abrucio (2021) afirma que o presidente Bolsonaro não só admira a ditadura, como orienta-se pela destruição do modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988. Ele abandona a lógica da coalizão e negociação com os políticos e a sociedade e segue a linha dos populistas de extrema direita. O autor afirma que ele faz políticas públicas de “forma schmittiana”, o que seria construir estratégias de mobilização e ataques permanentes para destruir ideias inimigas, grupos sociais e líderes políticos de oposição (ABRUCIO, 2021, p.263).

O jurista alemão Carl Schmitt compreendia o judiciário como um reprodutor das normas, e quem deveria determinar a constitucionalidade destas era o chefe do executivo. A decisão acerca do controle da constitucionalidade tem um caráter

³ De acordo com o TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª região) pela sentença da 13ª Vara Federal de Curitiba, o ex-presidente teria participado do esquema criminoso deflagrado pela Operação Lava Jato, inclusive tendo ciência de que os diretores da Petrobras utilizavam seus cargos para recebimento de vantagens indevidas em favor de partidos e de agentes políticos.

Como parte de acordos de propinas destinadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) em contratos da estatal, os Grupos Odebrecht e OAS teriam pagado vantagem indevida à Lula na forma de custeio de reformas no Sítio de Atibaia utilizado por ele e por sua família.

eminentemente político, não jurídico. Assim, a partir desta visão, Abrucio afirma que o governo Bolsonaro se colocava contra a agenda, as instituições e os atores que guiaram as políticas públicas anteriormente. O resultado foi o isolamento do MEC e muitas vezes observava-se que as redes de ensino, universidades e organizações sociais ignoravam parte da agenda do Ministério da Educação (ABRUCIO, 2021, p.264).

O governo apoia a menor interferência na economia e na vida dos cidadãos, porém, como a família constitui uma categoria mais central da visão bolsonarista do que o mercado, existe uma tendência política mais conservadora que liberal (ABRUCIO, 2021, p.264).

Não é à toa que retorna o discurso da meritocracia e este é a base da análise de políticas públicas, incluindo as raciais. No mito da democracia racial, não haveria racismo no Brasil porque seríamos todos mestiços. Campos (2021) defende que este governo não nega a existência das raças, mas propugna uma irmandade entre elas. Um exemplo é a presença do deputado federal Hélio Lopes, negro, sempre ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nos jornais, há fotos de como o deputado se coloca ao lado do ex-presidente, como em um evento onde Bolsonaro está realizando uma live ao lado do ministro da cidadania Oniyx Lorenzoni (a esquerda) quando chama Helio Lopes. Então, realiza a seguinte observação:

“O negão é o Hélio, hein. Meu irmão que demorou para nascer. Demorou 10 meses para nascer. O Hélio deu uma queimadinha. Deu uma queimadinha no Hélio aí. Senão, ele seria a minha cara” (CATRACA LIVRE, 2019)

Este fato mostra a fala da “irmandade: ele é preto, mas igual a mim”. Campos (2021) faz uma análise do “mito da democracia racial” argumentando como a família patriarcal colonial é um espaço de “amortecimento” dos conflitos políticos. No livro de Gilberto Freyre, autor de *Casagrande Senzala*, a promiscuidade sexual do senhor teria dado destaque as concubinas negras e indígenas, o que equilibra os antagonismos. Segundo o autor, tal fato “justifica as hierarquias que marcam a história e desinflaciona as violências do nosso processo formativo” (2021, p.367). Sobre o mesmo processo de naturalização do racismo, Freyre destaca “mistura entre violência e afeto”, que impedem a violência de “clivagens raciais”. Dentro deste argumento, não há racismo porque todos pertencem a uma sociedade mestiça. Tal ideário conservador é acionado

pelas forças políticas recentes, onde se reconhece as diferenças raciais, mas existe uma irmandade (CAMPOS, 2021, p.367).

Outro exemplo da visão racista recorrente no governo Bolsonaro, são as situações ocorridas no cotidiano escolar do governo atual, que pode ser ilustrado pelo seguinte arquétipo: um professor de história de uma escola particular de elite fala no modelo híbrido escolar que está em voga, devido a Covid (em 2020), sobre o Dia da Consciência Negra.

Era 20 de novembro de 2020, e eu dava uma aula online sobre consciência negra. Fiz uma abordagem do tema a partir de músicas e sonoridades afro-brasileiras.

Até que um estudante perguntou pra mim por que não havia o dia da consciência branca... Eu já vi má intenção naquele posicionamento. Disse a ele que não iria responder, apenas continuar a aula.

Até que a mãe dele entrou na sala virtual questionando o porquê de não responder ao filho dela, o porquê de eu achar ultrajante a pergunta. Eu falei que, em primeiro lugar, ela não tinha o direito de invadir um espaço de sala de aula, ainda que virtual, e basicamente expliquei a ela que não tem dia da consciência branca porque os africanos e afrodescendentes ficaram mais de 300 anos escravizados no Brasil e que esse dia seria uma espécie de redenção que se faz a toda essa história terrível [...] (CARTA CAPITAL, 2022).

A mãe solicitou a escola a demissão do professor. Outro relato mostra a escola tratando do tema de vacinas.

Em 2021, antes de entrarmos no modelo híbrido, atendendo parte dos alunos presencialmente e parte online, a gestão da escola fez uma reunião com todos os professores e disse para todo mundo: 'é proibido falar em vacina em sala de aula'. A justificativa era de que isso não era problema nosso, que as pessoas que quisessem se vacinar o fariam, bem como as que não quisessem, e que ninguém era obrigado a nada. Eu reagi à decisão, preocupado, e falei: quando tiver que falar sobre revolta da vacina, o que eu faço? Quando eu mostrei essa imagem, os alunos falaram: mas parece que a gente está vendo o jornal de hoje em dia, professor. E provoquei uma reflexão dizendo que estávamos diante de um passado que não havia passado por completo, dado o descaso atual com as doenças e outros problemas.... Aí eu falei: "é um passado que não passa, e o passado que não passa, neste exato momento, é o descaso do governo para com as doenças e para com os problemas." Houve uma reclamação. A escola me chamou e disse que eu não podia trabalhar dessa forma que, embora eu tivesse levado material de referência, minha abordagem teria sido errada. Ouvi que eu não podia falar sobre a forma como o governo estava trabalhando em 1918 e fazer ... Um paralelo com 2021. A sugestão era que minha abordagem fosse: "os jornalistas criticavam o governo em 1918 assim como criticam em 2021". A gestão escolar claramente tentou colocar a culpa na imprensa e não no governo [...] (CARTA CAPITAL, 2022).

Os relatos mostram como a educação foi tratada neste período. O governo Bolsonaro, para Abrucio (2021), apoia na educação o poder decisório as famílias, por meio da homeschooling e da “Escola sem Partido”. A terminologia “Escola sem Partido” tem uma visão recorrente que a educação deve ser “neutra”, e também que trabalhar gênero nas escolas seria propagar “ideologia de gênero”, ou seja, uma criação conservadora da Igreja Católica que propugna que as escolas estariam estimulando seus estudantes a serem gays. O trabalho voltado a questão de gênero “estimularia” estudantes sexualmente a escolherem identidades que não seriam as masculinas ou femininas. E as feministas, vistas como lésbicas, não se depilariam e estariam propugnando que mulheres tinham que ser como homens, inclusive considerando comportamentos masculinos. Se instala uma visão negativa em relação a técnicos especialistas governamentais, cujas “ideologias” seriam contrárias aos pais de alunos (ABRUCIO, 2021).

A acusação do comportamento “másculo” de feministas não é algo novo, mas muito forte na defesa da “ideologia de gênero”, com vários relatos de pais interferindo na pauta de professores ditos “esquerdistas”.

Desta forma, a perseguição à ciência e à história se mostrou recorrente no governo Bolsonaro, culminando com a defesa de interferências não só na educação, mas na cultura e na religião. Nesse sentido, nunca houve tanta perseguição às religiões de matriz africana como nos últimos quatro anos. Essa visão extremista e conservadora foi muito forte no discurso do ex-presidente e ministros. Começa em 2019 com o primeiro-ministro da educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodrigues, que permanece apenas três meses no cargo. Este foi professor da Universidade Federal de Juiz de Fora e era um colombiano, filósofo, erradicado no Brasil. Acontecem várias situações polêmicas. Frases polêmicas do ex-ministro:

Vélez disse que o brasileiro seria "canibal" ao viajar: "rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola", declarou. O congresso pediu que ele fosse se explicar. Em documento ao supremo tribunal federal (STF), o Vélez disse que foi “infeliz ao fazer a declaração”. Em outra ocasião, Vélez afirmou que a universidade não seria para todos. (PORTAL G1, 2019).

Na Educação, a fala que “universidade não é para todos” começa no próprio Ministério da Educação. Isso, somado a uma visão ultra conservadora, com ações que retrocediam a educação tais como: no edital de compras de livros didáticos não se

exigia diversidade étnica ou conteúdos que retratassem a violência contra a mulher; o ministro enviou uma carta para as escolas para que as crianças fossem gravadas cantando o Hino Nacional (sem autorização dos pais) depois de ler o slogan da campanha de Bolsonaro (o que seria ilegal) com forte discurso de retornar a educação moral e cívica, já extinta dos currículos; havia um discurso de rever a história da ditadura militar e do golpe militar pelo ministro que, assim como o presidente, defendia que não houve um golpe.

Fazendo um parêntesis, o referido discurso do presidente Bolsonaro homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército Brasileiro condenado em 1971 por tortura e outros crimes. Esta homenagem já era realizada em sua campanha. No discurso, o ex-presidente diz que o coronel é um amigo seu que lutou por democracia. Esse entendimento de democracia e do golpe militar vai permear a visão do seu governo, de seus ministros e como veremos mais à frente, o entendimento de um golpe militar como defensor da democracia. Há um desmonte das estruturas institucionais democráticas organizadas a partir da Constituição de 1988:

Mais especificamente, os alvos foram os mecanismos de participação da sociedade nos diversos setores governamentais e, em especial, o arranjo federativo. Em relação ao primeiro aspecto, o presidente Bolsonaro e seus ministros acabaram ou desfiguraram um grande número de conselhos e arenas de diálogo social. No caso da Educação, esse processo envolveu reduzir a conversa prévia com a comunidade epistêmica antes de se tomar as principais decisões, inclusive em relação a colegiados que eram sempre consultados previamente. Aqui entram, também, os canais de deliberação e negociação com as universidades públicas, que foram enfraquecidas pelo MEC. (ABRUCIO, 2021, P.265)

É importante destacar este entendimento do governo anterior para compreender a visão ideológica conservadora, militarizada e atrasada do ministro. Sua saída se deu depois três meses, sem definir ou fazer nada, e ser questionado pelo congresso. O ministro exonerou a presidenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nomeou outro diretor que em dois meses foi exonerado. Extinguiu a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e não apresentou outra forma de resolver a questão. A deputada federal Tabata Amaral questionou o ministro e este fato foi amplamente disseminado nas redes sociais.

Depois disso o ex-ministro foi exonerado do cargo e substituído por Abraham Weintraub, economista, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Uma das políticas afetadas na gestão deste ministro foi o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)⁴. Em 2020, um total de 5.974 alunos foram prejudicados por erros de correção do exame. Este fato chamou a atenção, pois havia um forte debate de que a prova nacional possuía anteriormente discursos de “ideologia de gênero” e que o próprio presidente determinaria uma comissão:

O governo Jair Bolsonaro (PSL) vai criar uma comissão especial para fazer uma análise ideológica do banco de questões do ENEM (exame nacional do ensino médio). O principal alvo será a retirada de itens que abordem ideologia de gênero (GAZETA DO POVO, 2019).

Mais uma vez, busca-se mudar o que vem sendo construído de políticas pelo MEC, além de desconstruir o processo de gestão anterior das universidades. Na sua gestão, o ex-presidente Bolsonaro publicou, na véspera do Natal de 2021, a medida Provisória 914, que altera o processo de escolha dos reitores das Universidades Federais, dos dirigentes dos Institutos Federais e do Colégio Pedro. Depois deste erro, o ministro da educação em exercício defende pautas contra o Supremo Tribunal. Nesta legislação, o Governo Federal retiraria os poderes dos conselhos universitários, compostos por professores, técnicos e alunos, que entregavam uma lista tríplice ao Governo Federal para escolha do reitor. Historicamente, o nome mais votado da lista sempre era escolhido pelo presidente.

Na medida provisória, a consulta não seria mais feita de forma paritária, mas com peso de 70% de voto docente, 15% de técnico administrativo e 15% de votos de estudantes. A Medida Provisória estabelecia que o presidente da república poderia nomear reitor “em razão de irregularidades verificadas nos processos de consulta”. Os Diretores gerais de campi seriam escolhidos pelo reitor. A medida provisória tem efeito imediato, mas precisa ser aprovada pelo congresso em até 120 dias para ser mantidas, o que não ocorreu. Assim houve uma derrota do ministério na gestão do ex-ministro Abraham Weintraub. Este começou a veicular falas polêmicas atacando o Supremo Tribunal Federal e se afastou do cargo após ser investigado. Ao ser

⁴ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. Desde 2020, o participante pode escolher entre fazer o exame impresso ou o Enem Digital, com provas aplicadas em computadores, em locais de prova definidos pelo INEP. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em 4/11/2022

determinado pelo ministro Alexandre de Moraes que ele fosse ouvido, resolveu se manter em silêncio.

Ao sair do governo, a última ação do ex-ministro foi a publicação da Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020, que anulou a portaria do ex-ministro Mercadante que obrigava universidades federais a criar comissões internas nas universidades para definir forma de acesso para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação. O ex-ministro da educação Fernando Haddad lamentou a ação:

“Nem mesmo o inequívoco sucesso da política de cotas, aprovada durante minha gestão como ministro da educação, em 2012, precedida de um longo debate no congresso nacional e aprovada pelo supremo tribunal federal, foi capaz de convencer o obscurantismo bolsonarista de que políticas afirmativas são fundamentais para superarmos nosso triste passado de discriminações e exclusão educacional”, escreveu Mercadante. A mais recente universidade a adotar essa política foi a Universidade Federal de Brasília (UNB), que aprovou, no início de junho, as cotas para indígenas, quilombolas e negros na pós-graduação (CORREIO BRAZILIENSE,2020).

Foi tão grande o impacto da medida para as universidades federais que houve protestos e repúdios. A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), no Rio de Janeiro, começou a apurar o efeito da revogação da medida. O Ministério da Educação criou a portaria 559/2020 que torna sem efeito a anterior.

O próximo ministro indicado foi Carlos Decotelli, sendo que o presidente da república indicou sua nomeação no dia 25 de junho de 2020, exaltando em rede social seu currículo:

“Decotelli é bacharel em ciências econômicas pela UERJ, mestre pela FGV, doutor pela Universidade de Rosário, Argentina, e pós-doutor pela Universidade de Wuppertal, na Alemanha”, escreveu. (DIÁRIO POPULAR, 2020)

No dia seguinte, o reitor da Universidade Nacional de Rosário, Franco Bartolacci desmentiu a titulação de Decotelli na instituição. A Universidade de Wuppertal também desmentiu sua titulação e o aspirante a ministro teve que responder a acusações de plágio na sua dissertação de mestrado. Ao final, teve que desistir da indicação.

O próximo ministro da educação foi Milton Ribeiro, que teve a gestão mais longa da pasta, assim como orquestrou o maior escândalo de corrupção. É pastor

presbiteriano, teólogo, advogado e professor. Foi ministro entre julho de 2020 e março de 2022. Ele passa a ser investigado quando denúncias apontam um “gabinete paralelo” no MEC. Ele era assessorado por outros dois pastores que atuavam na distribuição de verbas federais destinadas a educação, sem vínculo com o MEC. Foi exonerado e preso preventivamente.

Milton Ribeiro também se destacou por falas homofóbicas e preconceituosas, como a afirmação de que jovens homossexuais são frutos de “famílias desajustadas”, e fez críticas a inclusão de crianças com deficiência na educação escolar. Outra fala polêmica do ex-ministro deu-se em 9 de agosto de 2021, quando Ribeiro declarou à TV Brasil que a universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser “útil a sociedade”. Ele defendeu que as verdadeiras “vedetes” (protagonistas) do futuro são os Institutos Federais, capazes de formar técnicos.

“Tenho muito engenheiro ou advogado dirigindo UBER porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande”, disse. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2022).

Em setembro de 2020, o governo apresentava a “Política Nacional de Educação Especial” que estimulava a matrícula das pessoas com deficiência em instituições especiais de ensino. Como faz parte de uma discussão nacional avançada, de inclusão, o Supremo Tribunal Federal derrubou o decreto.

Depois do afastamento do ministro, Victor Godoy, secretário executivo do MEC, assume a pasta em 30 de março de 2022, negando proximidade com o “gabinete paralelo” e buscando se manter distante de polêmicas.

Estes acontecimentos acima retratados refletem nas políticas universitárias, pois as polêmicas relacionadas ao governo Bolsonaro têm como consequência como o não avanço nas políticas raciais de forma geral e, principalmente, o questionamento relativo aos propósitos destas políticas. O próximo tópico aprofunda não só questões raciais, mas também as questões de gênero vividas no contexto político anterior, com respaldo do poder judiciário e do próprio poder legislativo, como os fatos narrados vão mostrar.

2.2 MOVIMENTOS ANTIDEMOCRÁTICOS: “PINTOU UM CLIMA” COM O FASCISMO

“Eu parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas meninas, três, quatro, bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas num sábado numa comunidade. E vi que eram meio parecidas. Pintou um clima, voltei. ‘posso entrar na sua casa?’ entrei. Tinham umas 15, 20 meninas sábado de manhã se arrumando. Todas venezuelanas. E eu pergunto: meninas bonitinhas de 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê? Ganhar a vida” (METRÓPOLES, 2022).

Este foi um pronunciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esta fala mostra três vertentes do governo atual: tentativa de comparação de um possível mandato do novo presidente com a Venezuela, que se encontra em uma crise grave; a criminalização da pobreza, acusando meninas adolescentes de prostituição para causar sensacionalismo político e um agente público de 67 anos utilizando o termo “pintou um clima” se referindo a adolescentes.

Muitas foram as manifestações em relação a essa situação, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, indicado pelo ex-presidente recusou a investigação. Ele já foi ex-ministro de justiça de Jair Bolsonaro que o nominou de “terrivelmente evangélico”. Ele utiliza os seguintes argumentos, veiculados pela imprensa:

“Mais uma vez, observo que o poder judiciário não pode ser instrumentalizado pelas disputas político-partidárias ou mesmo ideológicas, dando revestimento jurídico-processual ao que é puramente especulativo e destituído de bases mínimas de elementos aptos a configurar a necessária justa causa para a persecução penal”, afirmou (CORREIO BRAZILIENSE, 2022).

Em relação ao suposto crime de prevaricação imputado ao ex-presidente por entidades de juristas e parlamentares, por tomar conhecimento de um crime e não comunicar o fato as autoridades (se realmente fosse comprovado que as meninas estavam sendo utilizadas para exploração sexual) o ministro completou:

“A despeito das especulações levantadas na maioria das representações, não há quaisquer elementos minimamente concretos, ou mesmo lógicos, a indicar na fala presidencial que algum ato de ofício tenha sido retardado ou deixado de ser praticado, sobretudo porque se exige, conforme basilar lição doutrinária, a demonstração do dolo específico do funcionário público”, explicou Mendonça (CORREIO BRAZILIENSE, 2022)

Ressalta-se que estes fatos foram noticiados pela imprensa e a comprovação deles se encontram em vídeos dos próprios autores falando, visivelmente não sendo considerados como provas. Um termo muito utilizado é a liberdade de expressão, quando se realiza falas homofóbicas, preconceituosas ou até de atentado contra o estado de direito. Ao mesmo tempo que se defende “neutralidade” nas escolas, muitas são as manifestações simpáticas ao nazismo e à ditadura militar, além da perspectiva de um golpe de estado.

Pode-se dizer que as falas dos ministros do governo Bolsonaro em geral, eram polêmicas, destacando a indicação de Sérgio Camargo para presidir a Fundação Palmares, negro que se autodeclara “negro de direita e antivitimista” nas redes sociais. Dentre suas declarações, estão que a escravidão foi benéfica aos descendentes de escravizados, a de não importância do Dia da Consciência Negra (e o destaque da Princesa Isabel como “libertadora dos escravos”) além da declaração contrária às políticas afirmativas.

No referido governo, a área da Cultura muda seu status de Ministério da Cultura para Secretaria Especial de Cultura, com declarações polêmicas de Mário Frias, ex-secretário da cultura:

O secretário especial de cultura do governo federal, Mário Frias, fez nesta quinta-feira (15) um comentário racista em uma rede social sobre o historiador e ativista negro Jones Manoel, dizendo que ele "precisa de um bom banho" (PORTAL G1, 2021).

Neste contexto, na eleição, houve vários episódios de ameaças ao Estado Democrático de Direito, ao Supremo Tribunal Federal e a credibilidade das urnas, por parte do presidente da república e seus assessores.

Também houve tentativas de criminalizar os institutos de pesquisa, não favoráveis ao ex-presidente Bolsonaro e apresentar dados de fraudes nas urnas e até nas propagandas eleitorais. No dia da eleição, a polícia rodoviária federal parou ônibus em locais que em tese tinham mais eleitores do candidato Lula, apesar de uma proibição expressa do ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que a polícia rodoviária federal realizasse operações com transporte público direcionado a eleitores. No dia, porém, foram parados mais ou menos 610 ônibus em blitz. As operações foram feitas de acordo com o jornal O Globo da seguinte forma:

272 operações no Nordeste (49,5% do total); 122 no Centro-Oeste (22,22%); 59 no Norte (10,7%); 48 no Sudeste (8,74%), e 48 no Sul (8,74%).

Foi grande a repercussão destas ações, de pessoas reclamando que não estavam conseguindo acessar os locais de votação. Observa-se que a maior porcentagem de ação foi no Nordeste. O ministro então pediu esclarecimento ao diretor da polícia rodoviária federal, Silvinei Vasquez. Este assumiu cargo em abril de 2021 e sua demissão já tinha sido recomendada. Próximo a família de Bolsonaro, já respondia a 8 sindicâncias, sendo que o Governo Federal determinou sigilo de 100 anos. Sob sua coordenação, a polícia rodoviária federal passa a priorizar ações de combate ao tráfico e não de fiscalização de rodovias.

Um acontecimento que abalou muito a opinião pública foi a abordagem feita a Genivaldo Santos, um homem de 38 anos, em Umbaúba, no sul sergipano. Ele foi parado por estar dirigindo uma moto, sem capacete. Recebeu spray de pimenta no rosto várias vezes, mesmo depois de estar de mãos levantadas como pedido pelos policiais. Foi trancado no porta-malas da viatura e submetido a inalação de gás lacrimogênio. Este foi o relato do jornal da Globo de Sergipe sobre a ação policial:

Wallison relata que o tio ficou nervoso e perguntou o que tinha feito para ser abordado. No bo, os policiais dizem que ele ficava passando a mão pela cintura e pelos bolsos e não obedecia às suas ordens e que, por isso, precisaram contê-lo. Segundo os agentes, os primeiros recursos foram spray de pimenta e gás lacrimogênio;

um vídeo mostra quando um dos agentes tenta imobilizar Genivaldo com as pernas no pescoço. No chão, ele é algemado e tem os pés amarrados; Em seguida, Genivaldo é colocado no porta-malas do carro da PRF, que está com os vidros fechados. Os policiais jogam gás e fecham o compartimento. Genivaldo se debate, com os pés para fora do porta-malas, enquanto os policiais pressionam a porta; no boletim de ocorrência, os policiais dizem que o homem teve um "mal súbito" no trajeto para a delegacia e foi levado para o hospital José Nailson Moura, no município, onde morreu por volta das 13h; o corpo foi recolhido pelo instituto médico-legal de Sergipe e chegou a Aracaju às 16h58. Um laudo do órgão aponta que Genivaldo morreu por asfixia mecânica e insuficiência respiratória aguda... (GLOBO DO SERGIPE, 2022).

Este fato mostra a polícia que protagoniza os fatos no dia da eleição e posteriormente, um dia após. Grupos golpistas começam a bloquear rodovia pelo Brasil e esta mesma polícia que matou Genival e que tentou inviabilizar que muitas pessoas pudessem votar foi vista em muitos locais, apoiando a ação dos inconformados com o resultado da eleição, que pediam intervenção militar, por ainda acreditar em uma fraude nas urnas. Este movimento foi aumentando devido à falta de ação da polícia. O Ministro Alexandre de Moraes novamente teve que determinar que

a Polícia Rodoviária Federal agisse sob pena de multa para seu diretor e pedir que as polícias estaduais também intervissem.

Esta questão da fraude nas urnas foi incitada pelo presidente Jair Bolsonaro ao ver a perspectiva de perder as eleições. Envolveu o exército, ameaçou e ao perder, ficou em silêncio para mostrar um suposto apoio da população. Neste período houve inúmeros casos de patrões ameaçando funcionários, protagonizando o coronelismo brasileiro nos dias de hoje. Pessoas foram mortas ao verbalizar a escolha da oposição, carros com adesivos do candidato Lula foram depredados, os nordestinos foram vítimas de xenofobia pela sua votação expressiva no candidato da oposição. Foi gasto bilhões com auxílios eleitoreiros na véspera da eleição, foi realizado palanque político em eventos oficiais como o Sete de Setembro, quando o presidente Jair Bolsonaro se referiu a si, gritando “Imbrochável!”.

Estas situações mostram uma sociedade de adoração aos brancos, héteros, ricos. A professora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) afirma que o embranquecimento é um dos discursos acessados pelas sociedades racistas que busca uma sociedade homogênea que tem a branquitude como modelo. O controle da sociedade é mais presente com a intenção de proteger as existências “ditas normais”: brancas e cis heterossexuais (OLIVEIRA, 2017, p.180).

Os acontecimentos relatados mostram como foram os embates no último governo. Era necessária uma grande resistência das universidades para que fosse possível manter seus programas voltados a diversidade. As políticas afirmativas foram ameaçadas, além dos programas de permanência.

Na véspera do primeiro turno da eleição, o governo federal publicou Decreto 11.216, que altera o Decreto nº 10.961, de 11/02/2022, que se refere à execução do orçamento do ano em curso, sacramentando novo contingenciamento no orçamento do Ministério da Educação. A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) faz um comunicado apresentando a seguinte situação:

Dessa vez, no percentual de 5,8%, resultando em uma redução na possibilidade de empenhar despesas das universidades no importe de R\$ 328,5 milhões de reais. Este valor, se somado ao montante que já havia sido bloqueado ao longo do ano, perfaz um total de R\$ 763 milhões em valores que foram retirados das universidades federais do orçamento que havia sido aprovado para este ano (ANDIFES, 2022).

Ao final, do comunicado, a Associação conclui:

A diretoria da ANDIFES, que já buscava reverter os bloqueios anteriores para o restabelecimento do orçamento aprovado para 2022, sem os quais o funcionamento das universidades já estava comprometido, aduziu que este novo contingenciamento coloca em risco todo o sistema das universidades. Falou ainda da surpresa com esse critério de limitações de empenhos no mês de outubro, quase ao final do exercício, que afetará despesas já comprometidas, e que, em muitos casos, deverão ser revertidas, com gravíssimas consequências e desdobramentos jurídicos para as universidades federais. Que essa limitação estabelecida pelo decreto, que praticamente esgota as possibilidades de pagamentos a partir de agora, é insustentável. Pediu-se, por fim, que, dada a gravíssima situação, fosse considerada a hipótese de o MEC absorver essa restrição de gastos das universidades com outras rubricas da pasta, tal como ocorreu no bloqueio anterior (ANDIFES, 2022).

As universidades passaram a não ter condições de manter despesas mínimas, inclusive para políticas de permanência de estudantes. Essas e muitas outras situações foram frequentes no ano de disputa da eleição, mostrando a dificuldade dos movimentos de lutas antirracistas e de gênero no contexto apresentado.

2.3 REVISÃO SISTEMÁTICA E REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E RAÇA

A apresentação da revisão sistemática relacionada as publicações sobre as políticas afirmativas, inicia-se a partir da análise da pesquisadora Silvia Lima Amorim (2022) que atualiza um trabalho realizado por um grupo de pesquisa nacional em 2018, cujos(as) integrantes são as professoras Katia Regis, Shirley Aparecida de Miranda e o professor Paulo Vinícius Baptista da Silva (2018). O livro apresenta um levantamento bibliográfico sobre artigos, dissertações e teses elaboradas e divulgadas até 2014. A pesquisadora avança na pesquisa, de 2015 a 2020, com apoio da equipe do projeto da pesquisa de egressos/as, junto com seus bolsistas, ressaltando que a bolsa faz parte do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social Pesquisa e Extensão (PIBIS), com fomento da Fundação Araucária do Paraná. O estudo foi realizado por meio da busca em sites de Pós-Graduação em Educação. Os descritores utilizados para identificar os textos foram: “Políticas afirmativas, cotas raciais, educação superior, estudantes negros/as, acesso, permanência, egressos/as”, visto que a pesquisa de Amorim foi voltada para estudantes cotistas egressos da Universidade Federal do Paraná (AMORIM, 2022).

Foi destacado que, de 2012 a 2018, a temática mais discutida era o contexto de implementação das políticas de opiniões contrárias e favoráveis as políticas afirmativas. A pesquisadora avalia que as publicações posteriores a este trabalho de Estado da Arte destacam mais a permanência dos(as) estudantes. Ela conclui que as políticas afirmativas (PA) ainda mantêm a “curiosidade argumentativa e intelectual dos pesquisadores” (AMORIM, 2022).

Com o processo de revisão das políticas afirmativas, que deveria ser realizado em 10 anos de acordo com a Lei, muitas universidades se organizaram para realizar estudos sobre a efetividade do seu trabalho.

Então, as publicações posteriores a 2014 já elaboravam estudos de avaliação das políticas nos espaços acadêmicos.

Depois da implantação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as publicações sobre as cotas raciais encontradas no portal de periódicos da Capes começam a ampliar, a partir de 2018, quando se inicia no Brasil um novo questionamento em relação a validade delas.

Considerando estes destaques iniciais, o objetivo da pesquisa realizada nesta tese foi apresentar uma revisão sistemática de publicações na área de políticas afirmativas, para conhecer o que está sendo discutido sobre o assunto no Brasil, desde a criação da Lei 12.711, de 2012 até 2022. Esta metodologia consiste em caracterizar o problema e em seguida, a partir de uma base de dados, realizar um levantamento amplo da literatura.

Rosana Sampaio e Marisa Mancini (2007) consideram como revisão sistemática:

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/ intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO e MANCINI, 2007, p.84).

A revisão sistemática de acordo com as autoras é uma forma de pesquisa que utiliza métodos de busca, apreciação e síntese, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes com o propósito da pesquisa.

Para sistematizar a pesquisa e facilitar sua organização, foi utilizado o apoio da ferramenta Start, que foi desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LAPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Esta ferramenta tem etapas bem definidas, como planejamento, execução e sumarização.

O planejamento na ferramenta possui alguns ícones para facilitar a busca e contribuir na análise dos textos nas outras etapas. Estes ícones são:

Lista de Fontes: mecanismos de buscas utilizados para reunir os estudos, que nesta pesquisa foram realizadas no Portal da Capes e na base de dados Scielo.

Palavras-chave que serão utilizadas para definir as strings de buscas. A base considerou a consulta de todo o material e revistas disponíveis, especificando os descritores “ações afirmativas”, “políticas afirmativas”, “universidades públicas” e “mulheres negras”. Silva e Marçal (2018) consideram que alguns autores se referem a políticas afirmativas como ações estritamente do Estado. Considerando esta reflexão, cotas raciais poderiam ser uma dimensão das políticas afirmativas, mas são muito utilizadas para se referir as universidades, inclusive a Lei 12.711/2012 é conhecida como “Lei de Cotas”.

Ainda na etapa de planejamento, são definidos critérios de inclusão e exclusão dos artigos para aceitar ou rejeitar cada estudo durante a etapa de seleção. Os critérios de inclusão utilizados foram: (I) Se refere a cotas raciais de negros e negras nas universidades públicas e apresenta dados empíricos de estudos, após 2012; (II) Discute dados discriminando por cursos, principalmente das engenharias e realiza recorte de gênero nos dados. Os critérios de exclusão foram: (I) Se refere a cotas raciais, mas específica indígenas e outros tipos de cotas; (II) Se refere a cotas raciais de serviços públicos, que não são universidades públicas e institutos federais e apresentam cotas de servidores públicos; (E) O artigo completo não foi encontrado.

Na etapa de planejamento, define-se um protocolo que contenha as informações para as etapas seguintes. Com os critérios determinados, foram mantidos 200 artigos, mas receberam uma pontuação mais alta os artigos que tinham uma análise ou avaliação teórica de gênero, ou feminismo decolonial somado a políticas afirmativas nas universidades públicas. O termo “mulheres negras” somado

teve apenas 5 artigos, e gênero 3 artigos. Os termos foram suprimidos e a pesquisa apontou no período de 2012 a 2022, 355 artigos.

Na fase de execução, a ferramenta novamente tem as opções de identificação, seleção e extração de estudos, onde fez-se a leitura mais cuidadosa dos artigos. Ao selecionar os artigos, existem atributos que serão preenchidos pelo pesquisador no formulário de extração. É possível organizar os resumos, pontuar suas prioridades e, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, rejeitá-los ou aceitá-los.

Percebeu-se que alguns artigos não tinham a palavra gênero no título ou palavras-chaves, mas faziam uma avaliação das políticas afirmativas organizando dados referentes a mulheres negras na universidade. Foram selecionados também artigos escritos em países latino-americanos, para compreender o contexto do feminismo e das mulheres negras.

Na etapa de extração, os artigos são lidos na íntegra e analisados novamente. Ao final na etapa de extração, optou-se por selecionar os artigos que tinham um recorte de gênero, seja nos dados de pesquisas empíricas, seja na discussão teórica referente ao tema. Assim, para fins de análise dos resultados, foram selecionados 21 artigos.

Constatou-se que três destes artigos não se referiam diretamente a universidades públicas, mas realizavam reflexões que contribuíam para o tema em tela. O primeiro, de Laura Cecília Lopes, se refere ao Movimento Feminista negro no Uruguai e mostra questão do poder público em relação a intersecção gênero e raça. O outro são duas entrevistas da Professora Nilma Lino Gomes, que foi uma protagonista na criação da Lei de Cotas, mulher negra, atuante no Movimento Negro. Será apresentado o conteúdo destes artigos, em seguida as publicações que relacionam gênero e raça diretamente nas universidades.

O artigo de Laura Cecilia López (2013), intitulado “A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade”, de cunho totalmente qualitativo, centra-se na análise do movimento contemporâneo feminista negro presente no Uruguai em busca de um retorno do poder público frente às demandas sociais relacionadas a intersecção de raça e gênero.

O artigo se desenvolve por meio de crítica decolonial e por uma perspectiva interseccional no intuito de investigar como se transpassam as mais diversas formas que a opressão assume na sociedade. Vale ressaltar que foi também este primeiro

trabalho de campo na temática o precursor para que a autora compreendesse o marcador gênero como extremamente importante na análise de tal mobilização. Ao presenciar as experiências, relatos e perspectivas da luta política no movimento negro contra a opressão em contexto uruguaio, a autora notou que o impacto do racismo atingiu com mais veemência as mulheres negras do que os homens negros; é por esse motivo que a mesma considera como essencial um olhar detalhado à luta anti-racista por viés interseccional.

Em relação as entrevistas em formato de artigo com a professora Nilma Lino Gomes, destaca-se que ela já foi Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, conhecida teórica, discutindo Políticas Afirmativas. O primeiro texto intitulado: “Ações afirmativas na UFMG” de 2022, escrito com Ednilson de Jesus, Natalia Silva Colen e Silvia Regina de Jesus Costa (2022), tem teor interativo, pouco formal e com um formato próprio, divergindo-se e muito ao modelo de teses.

Ela disserta por meio deste sobre sua atuação na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e na Faculdade de Educação e na Universidade Federal de Minas Gerais, instituições pelas quais realizou diversos trabalhos que arrazoam a temática da igualdade racial em ambientes de ensino superior. Percebe-se que Gomes começa a abordar a temática neste trabalho referindo-se ao início do movimento negro acadêmico brasileiro, que se fortalece por meio da Conferência de Durban, a partir daí vindo a surgir o interesse de pesquisadores e pesquisadoras pelo assunto das desigualdades amplamente presentes nos espaços universitários nacionais no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

O presente trabalho é unicamente de teor qualitativo, trazendo dados não coletados pelos autores, mas sim de conhecimento da própria entrevistada ou por leituras de outros estudiosos na temática aqui abordada. Apresenta contextualização da implementação da Lei de Cotas e de todo o debate que a pressagiou. Centra-se bastante nos efeitos desta para com o próprio contexto de estudantes negros e negras de Minas Gerais e da Federal do referido estado. Cita, por exemplo, a criação da Comissão de Acompanhamento da Inclusão Social (CAIS) criada pela instituição. A professora aproveita para falar também sobre os recorrentes questionamentos que outros docentes e pesquisadores lhe faziam à época por ser uma cientista que se centrava no desenvolvimento de pesquisas no campo das relações raciais em um momento onde pesquisadores optavam por negligenciar o assunto.

Por fim, diz acreditar ser crucial que a Universidade Federal de Minas Gerais se posicione a favor da continuidade da Lei nº 12.711/2012, a qual foi repetidas vezes atacada no governo anterior, mas para além disso, destaca a obrigação das universidades federais, por meio de suas próprias experiências, em contribuir com a melhoria do texto da Lei. Centra-se também no fato de como houve durante todo o ano de 2022, mas principalmente no segundo semestre deste, uma forte demanda de tantas frentes simultâneas de luta em que o corpo acadêmico via a necessidade de se mobilizar em um período muito crítico onde se tentava dismantelar o ensino superior público, o que acabou por sobrecarregar o movimento.

Foi encontrada outra entrevista de Nilma Lino Gomes escrita com Claudia Lago e Manuela Thamani (2022) tendo como título: "Dá para esperar? Eu acho que sim." Assim como o artigo anterior, este trabalho segue o mesmo formato comumente chamado por jornalistas de "entrevista ping pong", onde há a pergunta do entrevistador seguida pela resposta do entrevistado, logo, não é um texto discursivo, mas sim explanatório do ponto de vista de Nina Gomes, entrevistada tanto do texto realizado pelos estudantes da UFMG como deste. Portanto, ambos os trabalhos são bem similares, trazendo apenas alguns aspectos de diferenças. Neste, por exemplo, Nina cita um boletim divulgado pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros que evidencia dados mais do que preocupantes na temática da desigualdade racial que não se limita apenas aos estudantes, mas também ao corpo docente e de autoridades da academia brasileira.

O texto destaca, à título de exemplo, que, de 302 instituições de Ensino Superior Público no Brasil, existiam à época apenas oito reitores e reitoras negros e negras. Gomes utiliza esse dado para chamar a atenção do leitor acerca da ainda expressiva sub-representação da comunidade negra em posições de poder, inclusive nas próprias universidades, mas também aproveita para destacar o fato de que, mesmo sendo uma taxa de representatividade muito baixa, ainda assim houve um avanço: "esse número não era dessa forma quando fui reitora da UNILAB [...] nós tínhamos dois [reitores negros] apenas". Assim como no trabalho anterior, o presente artigo não apresenta pesquisas e conteúdos adicionais sem serem os apresentados pela entrevistada.

Os demais textos encontrados são fundamentais para a temática gênero e raça, nas políticas afirmativas. Estes se dividem entre os trabalhos que apresentam dados sobre a presença de mulheres negras nos cursos, sejam estes com recorte de curso

de maiores prestígios ou não e os demais analisam a presença de mulheres negras nas universidades. Em relação aos últimos, foram encontrados os seguintes trabalhos:

Lílian Amorim Carvalho (2016) no artigo intitulado “Reflexos do feminismo negro: análise de um evento acadêmico na Universidade Estadual de Maringá”, apresenta um evento vinculado a questões pautadas pelo Feminismo Negro como um mobilizador para fortalecimento e ampliação de laços sociais para novas conexões com o Movimento. A intenção é possibilitar mudanças de percepção de mulheres negras sobre si (relativas a sua condição de subalternidade) emponderando-as para transgredir a lógica histórica e ocupar diferentes espaços da vida pública (inclusive as universidades).

Luciana de Oliveira Dias e Ana Luísa Machado de Castro (2020) no trabalho intitulado “Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro”, que analisa a mudança do lugar ocupado pela mulher negra no âmbito acadêmico e não apenas em seu próprio fim, mas os resultados que nascem com isso. A partir das políticas afirmativas e de anos de empenho, a mulher negra migra das ocupações de base para funções de produção científica. Enquanto apenas algumas décadas atrás a mulher negra se via na única posição de objeto de estudo, hoje esta mesma enxerga a viabilidade e alcança o feito de ser autora dos próprios estudos, na posição de cientistas, intelectuais e pesquisadoras, em geral, formadoras de conhecimento.

Essa mudança é muito significativa não apenas para a ascensão da mulher negra em si na sociedade contemporânea, quanto também, e principalmente, à análise de fatos sociais por ângulos decoloniais. A realidade das mulheres negras brasileiras passa a ser pesquisada e estudada por elas próprias. Tendo esse fato em pauta, de modo interdisciplinar, o texto aqui citado busca se ater aos resultados diretos dessa mais do que aprazível mudança no meio acadêmico. Como eles mesmos destacam, tem por objeto de estudo averiguar "em que medida essas movimentações, que tornaram os espaços mais plurais, implicam em uma emergência de novos pensamentos e saberes e também em uma realização de dignidades, tais quais aquelas previstas nos Direitos Humanos, que foram historicamente perdidas.". Nesse intento, a pesquisa tem como foco gerar reflexões sobre como estudos decoloniais produzidos por pesquisadoras negras tem tornado efetivo os direitos humanos nos espaços universitários brasileiros, tomando como ponto de partida a noção de que por muito tempo a produção científica nacional foi delineada por viés colonialista e que o

mesmo influenciou não apenas aspectos religiosos, culturais e políticos de nosso povo, como também a episteme brasileira.

Milena Mateuzi Carmo, Laura Moutinho e Charles Klein (2023) no artigo intitulado “Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas”. Os autores buscam compreender aqui as influências paupáveis, presentes nos próprios territórios, das Ações Afirmativas universitárias e demais medidas que ampliaram o acesso ao ensino superior nos últimos 20 anos por parte da comunidade periférica. Como estas políticas modificaram as condições de vida de moradores das periferias da grande São Paulo, além de seu contexto político e cultural? Esta é a indagação central do estudo. No objetivo de conseguir respostas, a pesquisa analisa tais políticas educacionais através das relações familiares presentes na periferia e principalmente do papel exercido pela mulher nestes vínculos, o qual foi se alterando com o passar das últimas décadas.

Atravessa a temática, como os próprios autores apontam, "as tensões e ambiguidades geracionais, acesso a emprego, atuação política renovada e a produção de saberes no campo acadêmico a partir da constituição de novos sujeitos do conhecimento". O artigo é construído a partir dos próprios relatos das estudantes, aliado à referências teóricas que dissertam sobre temáticas ligadas ao feminismo negro, sobre a periferia, suas tensões e a formação dos sujeitos periféricos, por muito abandonados, renegados, além de textos que abordam a condição social do ensino superior que já pelo próprio nome evoca um senso hegemônico.

Camila Santos Pereira, Ana Maria Ladeira Pereira e Fernando Pocahy (2021) com o artigo intitulado “Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências”. O texto faz um panorama geral do cenário contemporâneo em que se encontram as mulheres negras nos ambientes acadêmicos. O trabalho constrói sua pesquisa com base em uma ampla revisão bibliográfica (ALMEIDA, QUEIROZ, EUCLIDES, GONZALEZ, et all) que permite o leitor compreender o perfil atual da trajetória da mulher negra nas universidades nacionais, a qual ganha um novo impulso a partir da implementação de políticas afirmativas nas instituições de ensino superior brasileiras. Esta se faz uma pesquisa majoritariamente qualitativa, mas também apresenta importantes dados quantitativos que em muito cooperam para a nossa compreensão do objeto de pesquisa proposto, analisando dados coletados por institutos nacionais que abarcam os índices de violência, desigualdades sociais, de

renda, de oportunidades, etc., questões trabalhistas e anos de estudo acerca da população feminina negra brasileira.

Como meio de amostra, entre os muitos outros levantamentos presentes, é utilizado aqui o relatório do IBGE "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", publicado em 2019, que evidencia "a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%)". Nesse viés, importante dizer que há um processo de contextualização na construção metodológica do trabalho, agregando ao mesmo estudos referenciais focados no feminismo negro, decolonial e das mulheres não brancas. Ao referir-se à presença da mulher negra no espaço universitário, o presente texto não se limita apenas ao corpo discente, mas também às mulheres negras na docência e comunidade científica acadêmica, tendo em vista que a própria graduação é quem forma tais profissionais, logo, uma política voltada à mesma tende afetar não só os estudantes, como os professores, pesquisadores e toda a categoria pertencente a academia. O trabalho chega a conclusão de que, mesmo havendo na história recente uma elevação considerável no grau de estudos da população negra em geral, mantém-se ainda uma discrepância muito evidente entre a contratação de mulheres negras se comparada a contratação de pessoas pertencentes à outros grupos étnicos, raciais e de gênero. Além dos aspectos já citados, o texto prospecta definir, através de apontamentos de especialistas na temática, certas projeções de evolução.

Os próximos trabalhos a serem discutidos abordam dados com recorte de cursos de prestígio ou não na Universidade, e, em linhas gerais, ao avaliar a presença de homens e mulheres negros e negras nestes cursos, não houve um aumento significativo.

Emerson Urizzi Cervi (2013) no trabalho intitulado "Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero" realiza uma pesquisa na UFPR de dados anteriores a Lei nº 12.711 e parte da comparação com o Plano de Metas de Inclusão Social e Racial implementado pela instituição a partir de 2005. Conclui que mulheres brancas apresentam percentuais maiores de aprovação do que homens brancos entre 2004 e 2012. Já os pardos apresentam oscilações ao longo de todo o período. Eles têm um salto em 2005, caem gradativamente até 2008 e permanecem estáveis desde então. Os homens estão com

percentuais superiores aos das mulheres em todo o período. No caso dos pretos, os percentuais de aprovação de homens e mulheres são muito próximos, com uma oscilação em favor das mulheres em 2005 e outra favorável aos homens em 2009.

Paula Cristina da Silva Barreto (2015) no seu trabalho intitulado “Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior” trata da interação entre as dimensões de gênero e raça das desigualdades e as políticas de ação afirmativa no ensino superior. Os dados do estudo mostram que, nos cursos de alto prestígio analisados (medicina, odontologia, psicologia, direito, bacharelado em ciências da computação, engenharia civil, elétrica, mecânica e química, administração e arquitetura), a quantidade de estudantes do sexo masculino representa mais da metade dos selecionados nos últimos nove anos. No entanto, nos cursos de alto prestígio, o número de homens ultrapassa o de mulheres, o que, segundo os autores, se explica pela construção histórica de profissões exercidas por homens, mas também aponta para uma busca dessemelhante de carreiras de alto prestígio entre os gêneros.

Em relação aos docentes, quando se trata de carreiras acadêmicas, em especial em instituições de ensino superior públicas, os homens são maioria nos cursos considerados de maior prestígio e mais tradicionais, independente da área do conhecimento, enquanto as mulheres estão mais concentradas nos cursos associados ao cuidar, de menor prestígio e menos tradicionais. No entanto, a participação feminina pode ser comprovada mesmo em cursos da área de ciências exatas que, no passado, eram redutos exclusivamente masculinos. Inicialmente, foi visto que, considerando alguns indicadores educacionais, a situação das mulheres não era correlata à situação dos negros, inexistindo sincronia e paridade entre raça e gênero quando se trata da desigualdade na educação e, em especial, no ensino superior. No entanto, quando a distribuição dos estudantes entre os diferentes cursos foi considerada, observou-se uma relativa aproximação entre a situação de ambos, no sentido de que as vantagens das mulheres quando comparadas aos homens deixavam de existir, situação similar à dos negros quando comparados aos brancos.

Esta pesquisa não separa nos seus resultados mulheres negras, mas se refere a “mulheres” comparando com “negros”.

Ana Cristina de Oliveira Valério, Waldez Cavalcante Bezerra, Vanessa Silva dos Santos, Jaime Daniel Leite Junior, Magno Nunes Farias e Salete Maria Bernardo dos Santos (2021) no artigo intitulado “Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde”. Ao inverso da pesquisa

anterior, esta evidencia uma elevação de mulheres negras no ensino superior, mas elas se encontram em desvantagem em cursos de alto prestígio. Estudo qualitativo em uma universidade pública em Alagoas, mostra que há dificuldades em mulheres negras nos cursos superiores atravessadas pelos marcadores de gênero raça e classe. Os resultados deste estudo evidenciam a importância da inserção de políticas afirmativas de recorte étnico-racial nas universidades, o que favorecerá a ampliação do acesso de negras e negros ao Ensino Superior, como também de manutenção destes na trajetória universitária, aspectos essenciais na luta em prol da reparação histórica junto a estes sujeitos.

Elisabete Corcetti e Susane Petinelli-Souza (2021) no artigo intitulado “Ações afirmativas no ensino superior brasileiro” afirmam que em estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, os dados demonstram que mais homens do que mulheres ingressam em cursos das áreas de ciências exatas e engenharias e que, entre as mulheres, as pardas e pretas estão representadas em menor número, indicando que, apesar dos avanços nos sistemas de ingresso e das políticas públicas de cotas, permanece uma sub-representação de determinados grupos raciais nos cursos considerados de maior prestígio. Outro aspecto apontado pelo estudo é que são poucas as mulheres professoras, reforçando a rarefeita presença feminina nessa área (SOUZA, CORCETTI, SARTORI, 2021). Mesmo as mulheres sendo maioria no ensino superior brasileiro, a escolha de cursos permanece estruturada pelo viés de gênero, com mulheres sub-representadas em cursos de maior prestígio e sobrerrepresentadas nos de menor prestígio. O estudo concorda com os anteriores sobre o aumento das mulheres em cursos de prestígio, mas ainda estão sub-representadas, sendo que as pretas e pardas se encontram em menor número.

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira e Paulo Vinícius Baptista da Silva (2019) no artigo intitulado “Ações Afirmativas Fazem Diferença? Uma Análise dos Perfis Dos Aprovados No Vestibular da UFPR” (2013-2017) avalia-se que, com a implementação da Lei n.12.711/2012, contribuiu-se para a diversificação do público recrutado por meio do vestibular da UFPR, analisando para tanto os perfis dos aprovados no vestibular 2016-2017 nos cursos de pedagogia e medicina, construídos a partir dos dados informados por ocasião da inscrição ao processo seletivo. Este artigo se propôs a verificar se há uma inclusão diversificada de perfis nos referidos cursos. Exemplo dessa diversificação entre os cursos de acordo com a pesquisa é que a proporção das mães com Ensino Superior completo é maior em Medicina, a

presença de alunos egressos de escola pública predominantemente é maior entre pretos, pardos e indígenas e a maioria destes perfis com as rendas mais baixas estão no curso de Pedagogia. Nas faixas mais altas de renda, há mais aprovados na concorrência geral. Outra questão importante é que a política de cotas existente na Universidade antes da Lei n.12.711/2012 garante maior acesso de pretos e pardos nos cursos.

Maria Laura Alves de Melo Silva, Eliana Amaral, Helymar da Costa Machado, Silvia Maria Riceto Romchim Passeri e Joana Fróes Bragança (2018), na pesquisa “Influência de Políticas de Ação Afirmativa no Perfil Sociodemográfico de Estudantes de Medicina de Universidade Brasileira”, realizam também um recorte de curso de Medicina, apresentando dados de mulheres. Analisam o perfil demográfico dos estudantes de medicina da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), perfil este que imagina-se ter sido alterado significativamente após a lei de cotas e a implementação da Política de Ações Afirmativas. O estudo se dá a partir de questionário único realizado com 290 estudantes do curso e instituição já citados. Para a construção da tese, foi necessário também uma coleta de dados sociodemográficos. Além disso, levou-se em consideração fatores que influenciaram a escolha da profissão e da especialidade médica dos estudantes. A pesquisa constatou que o corpo docente encontra-se entre a faixa de 20-24 anos, sendo 63,2% mulheres. Destas, 77,5% são (ou melhor, eram no ano em que se realizou a entrevista) brancas. A maior presença de negros de pele escura (pretos) se encontrava no primeiro ano do curso e ainda assim muito baixa, com 6,6%, enquanto a de pardos chegavam à 22,6%. 42,5% deste último grupo estudaram o Ensino Fundamental em escolas públicas e 73,6% concluíram também o Ensino Médio em instituições públicas. O terceiro e sexto ano de medicina, por sua vez, era ainda mais branco: 76,7% e 90,3%. Os dados dão à entender que conforme os anos do curso vão passando, os estudantes negros (provavelmente muitos deles cotistas) vão sumindo, evadindo. Assim sendo, a pesquisa demonstra ter ocorrido sim uma mudança no perfil demográfico dos estudantes, este sendo mais plural do que antes em questão racial e principalmente em questão econômica, mas também informa fatores preocupantes conforme vamos analisando os anos mais próximos à conclusão do curso. Como a pesquisa anterior do curso de Medicina, poucas mulheres negras ingressam e permanecem no curso.

Delcele Mascarenhas Queiroz (2016) aponta no texto alta desvantagem das mulheres negras referente a política das Ações Afirmativas na Universidade Federal

da Bahia. Alavancado por este fato, o presente estudo analisa a participação das mulheres negras nos cursos mais prestigiados e, por consequência, concorridos da UFBA em dois particulares momentos: 2006 e 2010. Nessa análise, inclui buscar conhecer os dilemas envolvidos no cotidiano acadêmico das estudantes, estes intrinsecamente ligados aos marcadores de gênero, classe e raça e que fazem da graduação um obstáculo ainda maior que o usual. Entre os resultados obtidos por meio do estudo, atestou-se um crescimento desigual da participação feminina nos segmentos raciais. Vale salientar um apontamento das autoras: a presença de mulheres negras de pele escura na universidade ainda é (ou era, na época em que a pesquisa foi realizada) bem menor que a de homens negros e mulheres pardas.

Rosileia Lucia Nierotka e Alicia Maria Catalano de Bonamino (2023) analisam de que forma e em que grau os fatores socioeconômicos e raciais de discentes afetam a conclusão da graduação dos estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que ingressaram na instituição em 2014 (segundo ano da aplicação da Lei de Cotas na UFFS e o primeiro ano do SISu). O estudo baseia-se em dados quantitativos da UFFS e INEP, os quais são analisados de forma descritiva e multivariada aqui. Segue alguns dos resultados da pesquisa: da composição do corpo discente, 46,8% era de mulheres brancas, 10,2% de mulheres negras, 33,7% de homens brancos e 9,3% de homens negros. Parte significativa dos ingressantes ainda estavam com a matrícula ativa, chegando a ultrapassar 30% em alguns cursos. Mesmo assim a pesquisa tras números que comprovam que a mulher branca ainda é a que tem mais chances de conclusão e que o homem negro é o que tem a mais baixa. Neste sentido, o artigo destaca: "A não continuidade dos estudos está associada à condição de trabalho, sendo a descontinuidade maior no grupo de estudantes pardos e pretos (61,8%). A taxa de conclusão do ensino médio vem aumentando desde 2016, mas de forma diferenciada, sendo menor para a população preta e parda (58,1%) e maior para a população branca (76,8%). As mulheres tendem a ter percentuais maiores de conclusão do que os homens da mesma raça/cor, mas os homens brancos possuem taxa de conclusão do ensino médio maior (72,0%) que as mulheres pretas ou pardas (67,6%)." Estes últimos dados são de levantamento do IBGE.

O presente estudo ainda aponta que os fatores renda familiar, escolaridade da mãe, situação de trabalho no Ensino Médio e origem de escola pública não apresentaram significância estatística, contrapondo-se aos resultados do estudo de Knop (2020), que apontam a renda familiar como um fator importante na conclusão

dos cursos. Por outro lado, mesmo parecendo não afetar a conclusão do curso, a origem socioeconômica ainda é a grande barreira no acesso ao ensino superior, ou seja, muitos jovens de famílias de classe baixa nem sequer ingressam nas universidades pela falta de acesso e mesmo após a implementação das políticas afirmativas. Outro importante resultado a se considerar é o que surge da variável "localização de moradia" no que diz respeito à conclusão do curso: "estudantes com residência na zona urbana antes do ingresso na UFFS têm cerca de 43% menos chances de concluir o curso, em comparação aos residentes da zona rural. Esse resultado também chama a atenção no sentido de problematizar o que acontece com os estudantes da zona urbana e com o processo de interiorização das universidades, que parece atrair mais os jovens da zona rural."

O estudo também comprova a relevância dos programas de assistência estudantil na permanência e, por conseguinte, na conclusão da graduação. Segundo as autoras da pesquisa, aqueles alunos que receberam assistência apresentaram 49% mais chances de concluir o curso em relação aos que não receberam.

As próximas pesquisas discutem gênero nas universidades e muitas mostram trajetórias de homens e mulheres cotistas raciais, porém sem apresentar dados empíricos de cursos específicos de maior ou menor prestígio.

No trabalho intitulado "Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas", Wivian Weller e Maria Auxiliadora Gonçalves de Holanda (2014) apresentam trajetórias biográficas de jovens negras que ingressaram por cotas na Universidade Federal de Brasília nos cursos de Direito e Pedagogia, com discriminação de gênero e étnico racial. Concluem que, além do racismo existente na sociedade, se revela este racismo na Universidade sendo que há diferentes formas de enfrentamento por parte das estudantes. Mesmo assim, as cotas vêm se configurando como possibilidade de reparo as desigualdades.

Daniela Auad e Ana Luisa Alves Cordeiro (2018), no artigo intitulado "A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior", discutem os fatores que tem afetado no contexto atual (da época de publicação) a permanência de mulheres negras de orientação sexual não normativa nas universidades brasileiras e, por outro lado, como o enfrentamento (advindo das próprias instituições, mas também dos colegas discentes) às ações de discriminação ao já referenciado grupo tem auxiliado na democratização do ensino superior. Reflete sobre a trajetória de mulheres negras

lésbicas e bissexuais estudantes que ocupam um espaço que não foi pensado para elas. Existe um padrão de classe, raça e gênero que privilegia homens brancos cis. A presença de intelectuais negras lésbicas e bissexuais no espaço universitário representa resistência aos padrões estabelecidos, um caminho legítimo de construção de uma sociedade democrática e plural para todas as pessoas, e não apenas para as mulheres negras lésbicas e bissexuais.

Uma entre as referências bibliográficas utilizadas no mesmo e que se faz deveras significativa para a contextualização da história de luta da mulher na conquista de conhecimento e melhores oportunidades no mercado de trabalho é a obra clássica, publicada em 1969, "A Mulher na Sociedade de Classes", de Heleieth Saffioti, que demonstra o processo de sucateamento à qual a classe feminina sempre foi sujeita, essa ideia de que nossa capacidade sempre será inferior ao do homem branco e, portanto, as posições por nós ocupadas sempre serão na margem, não centrais, o que piora ainda mais ao nos atentarmos à realidade da mulher negra. Mesmo tendo foco na análise, este artigo também aspira apresentar alternativas de enfrentamento que se põem entre as mulheres negras e a educação superior.

Outro artigo mais atual das autoras Ana Luisa Alves Cordeiro e Daniela Auad (2021), intitulado "Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais", analisam estratégias de resistência adotadas por estudantes negras cotistas, lésbicas e bissexuais em seus anos de graduação em uma universidade estadual no Centro-Oeste do país. O estudo se dá a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas entre o ano de 2017 e 2018 com quatro estudantes (todas cotistas) de uma única instituição. Junto aos dados qualitativos coletados por meio das entrevistas, se põe também uma série de referências bibliográficas (nacionais e internacionais) centradas na abordagem do contexto educacional brasileiro, assim como temáticas que se conectam ao mesmo, tais como gênero, relações raciais e feminismo negro e lésbico. Utiliza-se também de alguns dados quantitativos produzidos por instituições brasileiras, como IBGE, além de citar na construção do texto um escopo de legislações. Uma das principais conclusões que o estudo delineou é a de que a universidade ainda se apresenta como um espaço hostil para mulheres negras, espaços fundamentados na ideia mais do que errônea de que estas são incapazes de exercer atividades intelectuais. Tal posicionamento faz com que as estudantes busquem nas ações afirmativas e redes de apoio sua única alternativa de permanência.

O artigo de Natalino Neves da Silva, Adilson Perreira dos Santos e Jane Maria dos Santos Reis (2021), intitulado “Assistência Estudantil e Ações Afirmativas: Um Estudo das Condições Materiais e Simbólicas”, investiga como se dá a política de assistência estudantil de três universidades federais mineiras. O objetivo central do estudo é entender quais os fatores simbólicos e materiais que auxiliam os estudantes de grupos minoritários na permanência dos estudos a partir da Política de Ações Afirmativas. A pesquisa é qualitativa e origina-se por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas feitas com os gestores das instituições. Este estudo deixa evidente que a garantia de apoio financeiro, pedagógico e psicológico se faz essencial para que universitários, principalmente cotistas, concluam a graduação, galgando assim novas oportunidades profissionais e a tão sonhada ascensão social, já que há uma enorme discrepância entre a situação financeira e pedagógica dos cotistas para com os da concorrência geral, como destaca Santos (2009): “[...] esses jovens são como Outsider, ou seja, não são membros de uma 'boa sociedade', estão fora dela. Já os 'outros' são estabelecidos, possuem uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (p. 74).

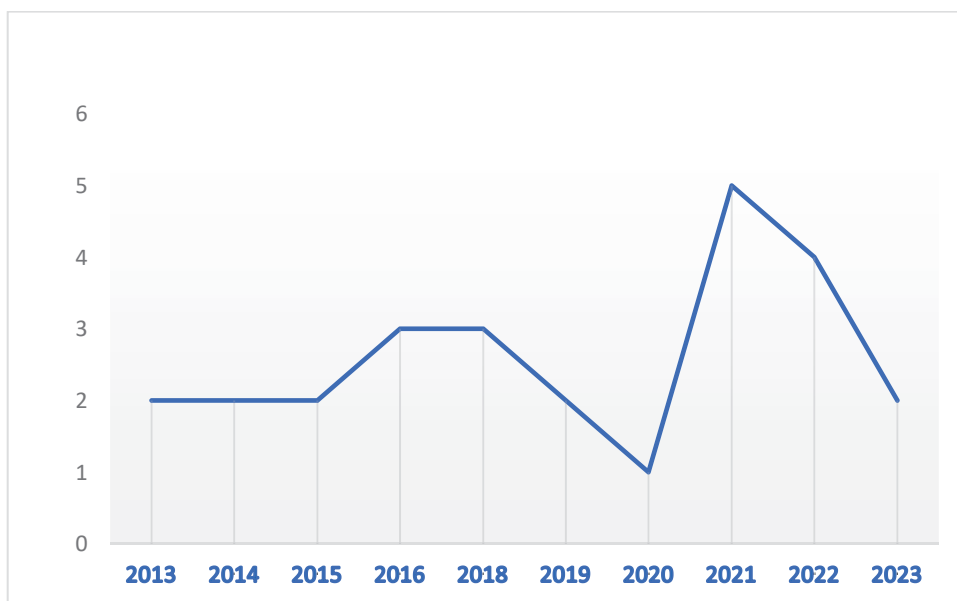
Seguem alguns dados importantes apresentados no trabalho: “notou-se que quase a metade dos(as) estudantes (49,3%) que chegaram aos cursos de graduação à Universidade Federal de Ouro Preto no primeiro período letivo de 2018 eram negros(as). Por conseguinte, houve uma demanda pelo fortalecimento da Política de Assistência Estudantil, tendo em vista que custos com essa assistência passaram de R\$ 22,5 milhões, em 2013, para R\$ 37,3 milhões, em 2017, período em que a UFMG buscou democratizar o Ensino Superior por meio das políticas afirmativas.” “[...] com o acesso de estudantes ingressantes pelas PAA [Políticas de Ações Afirmativas], entre os quais encontram-se pessoas de baixa renda que necessitam das Políticas de Assistência Estudantil, as IES viram o aporte de recursos para o PNAES cair. Os valores alocados em 2020, em comparação com 2013, primeiro ano de vigência da Lei n°. 12.711, sofreram quedas significativas. A situação mais crítica foi verificada na UFOP, que perdeu 10,9% do valor recebido em 2013. A UFMG perdeu 7,5% e a UFU, 0,7%.” “O estudo elucidou que duas das instituições investigadas desenvolvem programas direcionados, sobretudo, à formação de estudantes ingressantes pelas cotas raciais. Já na UFU, a institucionalização de ações voltadas para esse público tem sido tensionada pela DIEPAFRO e pelo NEAB. Nessa perspectiva, é relevante

notar o protagonismo do movimento negro, dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e dos coletivos estudantis negros em relação ao processo de implementação das PAA”.

Bruno Nzinga Ribeiro, Tayná Victória de Lima Mesquita e Stephanie Pereira de Lima (2022) no texto intitulado “A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas” traçam o caminho percorrido pelo Núcleo de Consciência Negra, o Núcleo de Estudos Negros e o Grupo de Estudos de Feminismos Negros na implementação da Política de Ações Afirmativas na Universidade Estadual de Campinas. Para isso, traz depoimentos dos estudantes e ativistas envolvidos no movimento e debruça-se em amplo referencial bibliográfico. A pesquisa ressalta a importância dos coletivos negros na fomentação de uma população mais consciente à respeito das demandas de grupo subrepresentados, na democratização do ensino superior e também para uma maior identificação da própria comunidade negra, tendo em consideração o aumento da taxa de pessoas que se afirmam negras. Ainda assim, o estudo evidencia haver um processo de marginalização desses mesmos coletivos e de um apagamento das conquistas e vozes deles.

Em relação ao período de maior publicação, consideramos os seguintes dados:

GRÁFICO 1: ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS



Fonte: organizado pela autora a partir dos artigos selecionados

O gráfico 1 mostra que o período que houve mais publicações foi entre 2011 e 2022. As publicações aumentam de 2016 a 2018 e tem uma queda em 2020, no período do início do governo Bolsonaro. Quando chega perto do ano de revisão, as publicações aumentam, apresentando mais resultado com recorte de gênero. Dois artigos vão além da análise das mulheres negras nos cursos, pois apresentam relação com orientação sexual, problematizando as mulheres lésbicas e bissexuais, conforme quadro com resumo a seguir:

QUADRO 1: RESUMO DE PUBLICAÇÕES COM GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Autor	Título	Ano	Resultados
Daniela Auad e Ana Luisa Alves Cordeiro	A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior	2018	Ressalta ao final a importância da presença de intelectuais negras lésbicas e bissexuais no espaço universitário representa resistência aos padrões estabelecidos, um caminho legítimo de construção de uma sociedade democrática e plural para todas as pessoas, e não apenas para as mulheres negras lésbicas e bissexuais. No conhecimento por elas produzido podem ser ensaiadas com primor e excelência, em um só tempo, outras e novas maneiras de conhecer a negritude, a diversidade sexual e a universidade.
Ana Luisa Alves Cordeiro, Daniela Auad	Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais	2021	Uma das principais conclusões que o estudo delineou é a de que a universidade ainda se apresenta como um espaço hostil para mulheres negras, espaços fundamentados na ideia mais do errônea de que estas são incapazes de exercer atividades intelectuais. Tal posicionamento faz com que as estudantes busquem nas ações afirmativas e redes de apoio sua única alternativa de permanência.

Fonte: organizado pela autora a partir dos artigos selecionados

As pesquisadoras Ana Luisa Alves e Daniela Auad tem publicado pesquisas nesta área, com intersecção de gênero e relações étnico raciais, e a presença das mulheres nas universidades.

Ainda considerando a discussão de gênero, não foi encontrado trabalho que problematiza as políticas afirmativas para pessoas trans, principalmente mulheres travestis negras, que ainda sofrem muito racismo não só pela condição racial, mas também pela sexualidade. A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) afirma que a experiência de vida de mulheres trans e travestis na sociedade brasileira passam a ser temas de pesquisa em 1990, porém raramente trazem informações que localizam historicamente pessoas que expressam identidades de gênero que escapam as normas de cisgeneridade, especialmente negras e/ou africanas. A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) registrou 80 assassinatos de pessoas transgênero no primeiro semestre de 2021. Nesse cenário de elevada violência e ataque para com tal público, as cotas para pessoas trans não tem sido problematizadas nos estudos, o que aponta para a necessidade de avanço nas políticas afirmativas.

Em relação a totalidade dos artigos analisados, todos discutem ações afirmativas e/ou buscam apresentar os resultados de realidades distintas, com recorte de gênero. Porém, percebe-se uma lacuna nesta discussão com recorte de gênero e mulheres negras, principalmente se tratando de cursos pertencentes às ciências exatas e também das consideradas “graduações de prestígio”.

Assim, destaca-se a importância da ampliação das pesquisas que possam ter como característica a interseccionalidade de gênero e raça. Num contexto em que a educação tem sido negada aos mais vulneráveis e os recursos da educação tem sido cada vez mais exíguos, é necessário que ela seja vista como prioridade, para democratização das relações de participação política da população e para garantia do acesso ao conhecimento e as riquezas socialmente produzidas.

3 DECOLONIALIDADE E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DECOLONIAL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

FOTOGRAFIA 2 - LÉLIA GONZALEZ



Fonte: Portal LiterAfro

A nossa presença enquanto mulheres negras nas lutas desde os primeiros quilombos criados até os dias de hoje, e os movimentos negros de forma geral são silenciados. Por isso mesmo, gostaríamos de lembrar para os companheiros presentes que Luiz Gama foi filho de Luísa Mahin, essa heroína extraordinária e guerreira incrível, que participou de maneira brilhante, forte, decisiva e incisiva na maior revolução urbana de escravos nesse país, que foi a chamada revolta dos malês, em 1835. E o que sabemos de Luísa Mahin? Quase nada. Sabemos apenas que ela era originária da África ocidental, de uma nação negra pequena, conhecida como Mahin. Sabemos que ela participou da luta; que ela, como a grande maioria das mulheres negras escravas, foi submetida e violentada por um homem branco. Que ela participou dessa luta e por isso mesmo foi condenada ao exílio. Teve que retornar a África e deixar aqui no Brasil, seu filho. (LÉLIA GONZALEZ, 2020, p.223)

Neste trecho do texto de Lélia Gonzalez, ativista negra brasileira, constata-se que na década de 80, apesar das mulheres negras estarem há muito tempo na luta, sua voz era silenciada até aqueles dias. Luísa Mahin, personalidade a quem ela se refere, deixa no Brasil seu filho, Luiz Gama⁵. A autora se refere àqueles tempos, mas

⁵ Quando Mahin retorna para a África deixa seu filho com o pai, um fidalgo branco que vivia a partir de uma herança e quando ficou na miséria, vende o próprio filho como escravizado. Esta história é contada no link <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>. Porém, Luiz Gama se torna um grande abolicionista brasileiro. A Lei nº 13629/2018 declara Luiz Gama patrono da Abolição da Escravidão do Brasil, sendo este advogado autodidata que contribuiu para a libertação de muitos escravizados cativos no Brasil

o pensamento de mulheres, e principalmente, de cientistas negras ainda é pouco valorizado e reconhecido, mesmo no século XXI, incluindo a própria Lélia Gonzalez, como veremos mais adiante. Neste capítulo, refletimos sobre a produção das mulheres negras, apontando que a Ciência Moderna que se define como objetiva e universal também se expressa a partir de teorias produzidas contextualmente.

A análise da autora mostra como se dá o epistemicídio da cultura negra africana que ao mesmo tempo não é vista como legítima, usando-se como critérios a construção ocidental da ciência. Por isso, na atualidade, falar em gênero e racismo é definido como militância, distanciando-se assim do que se considera ciência. Nesta pesquisa, construída a partir das premissas do método científico, a análise realizada parte do olhar de uma mulher negra que não só observa, como também vivencia esta realidade.

Neste capítulo, será evidenciada a concepção do pensamento decolonial a partir da perspectiva do feminismo negro decolonial, destacando Lélia Gonzalez, que já discutia o tema interseccionalidade, antes de ele ser criado por Kimberlé Crenshaw. Também será realizada uma reflexão relativa às relações étnico-raciais, assim como uma crítica contra a forma eurocêntrica do conhecimento. Em seguida, será apresentado o termo interseccionalidade segundo Crenshaw e também outros ícones da decolonialidade, como Maria Lugones, que problematiza a interseccionalidade e Oyèrónkẹ Oyěwùmí, pensadora africana que problematiza a noção universal de patriarcado.

3.1 EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL E SUAS PERSPECTIVAS

Bárbara Soares Carine Pinheiro, uma pesquisadora preta, afirma que o Ocidente tem uma dificuldade em reconhecer os conhecimentos científicos africanos e afrodiaspóricos a partir de duas dimensões: existencial, que estabelece pessoas negras como mais ou menos humanas, por isso desprovidas de racionalidade; e a metodologia que considera que as “bases cosmogônicas universais africanas são de indissociabilidade entre os seres universais, isso impossibilita o exercício de certas premissas metodológicas científicas africanas” ou seja, a forma de construção de conhecimento africano não estaria em sintonia com o escopo científico moderno europeu (PINHEIRO, 2021, p. 64).

Esta denúncia de negação da ciência dos povos africanos e latino-americanos e, principalmente, pelas vozes femininas é antigo, mas a crítica colonial só é inserida enquanto conhecimento nos anos 1970, com os estudos Pós-Coloniais. Esta escola para Heloisa Buarque de Hollanda é focada principalmente nas colônias asiáticas e africanas e criticam a “modernidade eurocentrada, a análise da construção discursiva e representacional do Ocidente e do Oriente e suas consequências para a construção das identidades pós independência” (HOLLANDA, 2020, p.14).

A pesquisadora Altieri Freitas (2018) apresenta o Projeto Modernidade/Colonialidade como “um movimento acadêmico criado por intelectuais que estudam sobre/e a partir da América Latina”. Este grupo desde os anos 80, vem promovendo uma reflexão e renovação teórica com importantes implicações políticas, pois problematiza a modernidade criada a partir do conhecimento eurocentrado e perpetua racialização exploração de povos. A autora destaca que o seu lócus de estudos e espaço inicial de articulação do grupo é os Estados Unidos, embora seu vínculo teórico e ético seja com a América Latina. Um de seus grandes ícones, a professora e filósofa argentina Maria Lugones que assumia uma identidade de negra e lésbica e faleceu em 2020, foi professora da Universidade de Binghamton, em Nova Iorque. Seu texto será apresentado mais a frente por ser uma teórica feminista decolonial que amplia o olhar da interseccionalidade nos estudos feministas.

No grupo de pesquisa que participo, NEAB-UFPR, buscamos em nossas pesquisa trabalhar com uma perspectiva decolonial que denominamos “estudos críticos sobre relações étnico-raciais no Brasil” (Debora ARAÚJO e Paulo SILVA, 2020, p. 318) que busca um “giro decolonial” nos diálogo com teóricas e teóricos brasileiros que interpretam as desigualdades raciais e sociais a partir de um conjunto de perspectivas críticas propostos por pesquisadores, mas principalmente pesquisadoras brasileiras como Nilma Lino Gomes (2017) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011).

A professora colombiana Anny Ocoró Loango (2020) apresenta o cenário atual de crise pandêmica, destacando a expansão digital, transformando o nosso cotidiano e a organização social e econômica das sociedades atuais. Ela problematiza a incerteza de uma sociedade digitalizada e visões que se apresentam pessimistas antecipando novas crises. Porém, novas fronteiras ameaçam a qualidade de nossas democracias, como a extrema direita, que serve como instrumento de setores religiosos e conservadores, com propagação de discursos de ódio, como constatamos

no contexto brasileiro nas últimas eleições. A autora apresenta quatro fronteiras que estão se expandindo: a fronteira da desigualdade e da exclusão, a fronteira do racismo estrutural, a fronteira do capital que avassala os territórios e cultura dos povos indígenas e afrodescendentes, as fronteiras do autoritarismo em expansão. (LOANGO, 2020, p.52).

Em relação as mulheres negras, os dados mostram que no Brasil e Uruguai, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2017), o trabalho doméstico remunerado é um dos setores com a maior participação destas mulheres:⁶

Las mujeres afrodescendientes son las más afectadas a la hora de conseguir trabajo (ONU-CEPAL, 2017). En el mercado laboral, como parte de la herencia colonial, ellas sufren la reproducción de patrones históricos de discriminación. En su mayoría, se hallan vinculadas a tareas de cuidado o al trabajo doméstico, muchas veces en condiciones laborales que no cumplen con los requerimientos de trabajo decente, en los términos en los que lo define la OIT2. En Brasil y Uruguay, por ejemplo, el trabajo doméstico remunerado es uno de los sectores donde hay mayor participación de mujeres afrodescendientes (PNUD, 2017) (LOANGO, 2020. p.54)

As mulheres ainda são as que sofrem os maiores efeitos do colonialismo nas nossas sociedades, conforme veremos na construção dos saberes das epistemologias feministas decoloniais.

O feminismo decolonial propõe uma “revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas”. (HOLLANDA, 2020, p.13). Então, a partir da apresentação das feministas decoloniais, o desafio é utilizar sua teoria, que privilegia as pesquisadoras latino-americanas negras e indígenas, na análise da pesquisa, ouvindo as vozes das pesquisadoras que vivenciaram um caminho tortuoso para apresentar a crítica à construção da ciência que as desumaniza. Ou, o grande desafio desta pesquisa é dar visibilidade a partir da metodologia científica utilizada na academia a vozes que a própria construção deste conhecimento visibilizou.

O pensamento feminista negra deriva de paradigma que destaca a relevância das opressões interseccionais. Assim, pensando nas epistemologias em relação ao feminismo negro, algumas criadas, outras silenciadas na academia, destacamos

⁶ A autora utiliza a classificação “afrodescendente” que no Brasil, pelo IBGE corresponde a negros que seriam os pretos e pardos, visto que é uma classificação realizada pelo fenótipo

algumas feministas que apresentam este tema. Não temos intenção aqui de esgotar e há muitas outras que contribuíram e têm contribuído com esse debate.

3.1.1 Lélia Gonzalez e Kimberlé Crenshaw e o conceito de Interseccionalidade

Em uma vinda recente ao Brasil da pensadora e ativista feminista negra estadunidense Ângela Davis afirma:

“Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. Mas por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo” (BRASIL DE FATO, 2019) ⁷.

Como Ângela Davis bem ressaltou, Lélia Gonzales foi uma ativista negra brasileira, uma referência muitas vezes não reconhecida pelas próprias lideranças negras do lugar onde produziu e atuou na militância. Formada em história e filosofia, com pós-graduação em Comunicação e Antropologia com um trabalho de referência, que apresenta nos seus escritos a importância da categoria mulher negra nos estudos de gênero. Nascida em Belo Horizonte em 1935, mas com experiência docente no ensino básico e superior no Rio de Janeiro, foi uma das fundadoras do movimento Negro Unificado. Fundou o Nzinga—Coletivo de Mulheres Negras, em 1980. Andrade (2018) destaca que este coletivo pretendia discutir temáticas como racismo e discriminação racial e homenageia a rainha angolana Nzinga (1582–1663) que enfrentou o colonialismo português:

Segundo Lélia Gonzalez, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina de tradição nagô. O grupo tinha como objetivo trabalhar com mulheres negras de baixa renda, a começar pelo local escolhido para sediar as atividades, uma demanda latente dos movimentos negro e feminista da época (ANDRADE, 2018, p.80).

A ativista Lélia Gonzalez nos anos 80, já denunciava a ausência das mulheres negras nos espaços de representatividade, e apontava a classe também como um importante marcador de opressões. Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da

⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras>. Acesso em 14/12/2022

Mulher (CNDM) e mesmo sem utilizar o termo interseccionalidade, já mostrava a raça também como um marcador de opressão, juntamente com gênero e classe. O seu artigo “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020) se propõe a refletir sobre as contradições internas do feminismo latino-americano e que no interior do movimento, as negras e indígenas são “testemunhas vivas” dessa exclusão.

Neste artigo, Lélia mostra que vários países latino-americanos aboliram o uso de indicadores raciais nos seus censos. Também se tornam abundantes estudos sobre a escravidão, porém historiadores e sociólogos não mostram em linhas gerais as condições dos negros a partir desse período. Por fim, a autora problematiza a crença em uma grande harmonia racial, a partir do grupo branco dominante e sua articulação com a ideologia do branqueamento.

Um dos seus pontos de destaque é que a afirmação de que “somos iguais perante a lei” assume uma concepção formalista em nossa sociedade, visto que somos herdeiras históricas de ideologias de classificação racial. Para ela, essas hierarquias garantem a superioridade de brancos como grupos dominantes, pois apresenta um verdadeiro “arco íris classificatório” com mais de cem denominações para designar a cor das pessoas (GONZALES, 2020, p.43).

Para Lélia Gonzalez (2020) a análise trata-se de um enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que “por razões de ordem geográfica e do inconsciente” não tem formações exclusivamente brancas europeias. Ela afirma que nosso país é uma América Africana cuja latinidade “teve trocado o T pelo D para aí sim, ter o seu nome assumido em todas as letras: América Ladina” (GONZALEZ, 2020, p.127).

A autora ao apresentar estes tópicos, faz uma relação fundamental: articular categoria gênero com o caráter racial e de classe:

...O feminismo latino americano perde muito de sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco (GONZALES, 2020, p.42).

Ao final do artigo, Lélia Gonzales aponta três vertentes diferenciadas no interior dos movimentos: popular, político partidário e feminista. No popular que se encontram

mais amefricanas⁸ e ameríndias, elas também vão se organizar coletivamente devido aos seus problemas de sobrevivência familiar, relativos à situação de classe (trabalhos informais) mas também da concentração de renda e benefícios sociais que remetem a uma situação de gênero e étnica. Lélia destaca o importante papel dos Movimentos Étnicos como Movimentos Sociais. Por isso, Lélia Gonzalez já articulava gênero, raça e classe na década de 80, além de criticar a visão muitas vezes conservadora da própria esquerda quando relativa ao tópico raça.

O conceito elaborado de interseccionalidade, porém começa a ser lapidado pela jurista e professora estadunidense Kimberlé Crenshaw. É uma ferramenta analítica pensada a partir da realidade de segmentos que se tornam mais vulneráveis socialmente pelo acúmulo de eixos de subordinação, ou seja, características socialmente discriminadas na nossa sociedade.

No final da década de 80, a professora jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw cria o conceito de interseccionalidade a partir da história de uma mulher americana que não consegue processar uma empresa por dois tipos de discriminação: ser mulher e negra. A autora em 1989 produz um artigo⁹ onde conta casos que caracterizam o não reconhecimento da categoria mulheres negras nos tribunais.

No caso DeGraffenreid x General Motors, conta que cinco mulheres negras entraram com um processo contra a General Motors, alegando que a empresa tinha um critério de antiguidade para manutenção nos postos, mas não havia mulheres negras contratadas antes de 1964. Todas as mulheres negras depois de 1970 tinham perdido seus empregos em uma demissão coletiva e a base era o critério de antiguidade no posto.

O tribunal apresentou um veredito inicial rejeitando o pedido que o processo fosse movido, não no interesse dos negros ou das mulheres, mas no interesse das mulheres negras, dessa forma:

As reclamantes não citaram qualquer decisão legal onde se determine que as mulheres negras pertencem a uma classe especial a ser protegida da discriminação. Uma investigação do próprio tribunal, também não encontrou tal decisão. As autoras têm claramente direito a uma reparação, se tiverem sido discriminadas. No entanto, não se pode permitir que sejam combinadas reparações estatutárias para criar uma nova 'super-reparação' que as

⁸ Amefricana é um termo cunhado por Lélia Gonzalez para se referir a uma América Latina Africana invisível, como veremos adiante.

⁹ "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics

beneficiará para além do que os redatores dos estatutos pretendiam. Assim, este processo deve ser examinado para que se determine se ele pode ser a causa de uma ação contra a discriminação racial ou contra a discriminação sexual, alternativamente, mas não uma combinação de ambas (citação do TRIBUNAL APUD CRENSHAW, 2019, p.56)

A partir da citação, a autora destaca como a perspectiva de gênero não permitia olhar para outros marcadores, como o de raça em conjunto, o que remete ao não reconhecimento da discriminação estrutural contra mulheres negras. Em 2002, em um documento direcionado as mulheres e as questões relativas aos direitos humanos, a autora reconhece que o longo processo de luta pelas mulheres apresentou muitos ganhos, porém como o regime aspirava uma proteção universal, as experiências das mulheres são comprometidas a partir do momento que apresentam circunstâncias específicas, como estupro, espancamento ou falta de acesso a tomada de decisões (CRENSHAW,2002).

O documento é anterior a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul e aponta a necessidade da interlocução da categoria gênero e raça. Ela cria dessa forma o seguinte conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Ela mostra que as mulheres racializadas estão normalmente sujeitas a ser atingidas por eixos de subordinação de todas as vias. Uma boa reflexão é também pensar (como mostram outras feministas) que o contexto do mercado de trabalho diferencia as próprias mulheres, visto que enquanto mulheres brancas lutam historicamente para sair da esfera doméstica, as mulheres negras já trabalhavam em espaços precarizados.

Para ressaltar as diferenças entre os próprios grupos, a autora usa outros dois conceitos também fundamentais para compreensão da importância de considerar

diversos marcadores: superinclusão, quando um problema desproporcional específico de um subgrupo de mulheres é generalizado como “um problema de mulheres” e subinclusão, quando um conjunto de mulheres enfrenta um problema em parte por serem mulheres mas não é percebido como um problema de gênero, por não fazer parte dos problemas de mulheres de classes dominantes (CRENSHAW, 2002, p.175).

Um exemplo no Brasil de superinclusão foi a luta pela Lei do Feminicídio. Embora seja grande a porcentagem de mulheres assassinadas pela sua condição de mulher (em 2021, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil somou 1.350 casos de feminicídio em 2020) tanto no âmbito doméstico como pelo menosprezo pela sua condição de mulher, este tipo de crime só tipificado como tal e aprovado em 2015 (Lei do Feminicídio 13.104/2015).

3.1.2 Maria Lugones e Oyèrónkẹ Oyěwùmí : o sistema moderno-colonial de gênero

A autora argentina Maria Lugones foi socióloga, filósofa, professora, feminista, que completou sua formação nos Estados Unidos sendo professora em Binghamton University. Morreu em 2020 aos 76 anos, com um trabalho de referência que mostra sua experiência como professora, mas também como mulher latina, lésbica e uma grande referência nas discussões de gênero e colonialidade.

Maria Lugones realiza algumas reflexões fundamentais, questionando a noção de colonialidade de Quijano e a visão que define como eurocêntrica de gênero. Ela mostra que Quijano entende gênero e raça a partir de um padrão global e eurocêntrico capitalista. A partir dos eixos da colonialidade e da modernidade, são definidas as esferas sexo/gênero pelo controle do acesso ao sexo, seus recursos e produtos, que para a autora não é suficiente, pois ele aceita a preponderância do entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero (LUGONES, 2020).

Lugones (2020) afirma:

Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas uma vez dada uma organização social em termos de gênero, não tem por que ser heterossexual ou patriarcal (LUGONES,2020, p.56).

A autora faz uma reflexão de que o “dimorfismo biológico”, a organização patriarcal das relações e a heterossexualidade são características hegemônicas e

eurocêntrica de gênero. Eurocêntrica porque gênero é uma categoria vista como uma construção universal e subordinada da categoria mulher. Porém, inicialmente mostra que com a colonização das Américas e do Caribe, há uma distinção hierárquica dicotômica que considera os (as) indígenas e africanas (os) como não humanos, como animais sexuais e selvagens. O branco europeu, heterossexual e cristão podia decidir sobre a vida destes enquanto suas mulheres não eram vistas como complementos, mas alguém que reproduzia raça e capital, por meio de sua pureza e passividade. Em um trecho do seu texto, ela mostra a dicotomia da própria palavra gênero no contexto de colonização:

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser. (LUGONES, 2014, p.938)

Em seguida, Lugones se refere ao conceito de colonialidade do ser de Nelson Maldonado Torres que mostra como o colonialismo impacta também na experiência cotidiana. Ela vai moldar um conceito analítico chamado “colonialidade de gênero” e inicia respondendo à pergunta de Sojourner Truth (E eu não sou uma mulher?) cuja resposta seria: “Obviamente, não”. Para ela, “mulher colonizada” é uma categoria vazia. (LUGONES, 2014, p. 939).

Não existe “mulher” universal. Então, refletindo sobre o conceito de Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade, a autora afirma que o termo mulher por si só não tem sentido ou tem um sentido racista:

Já que a lógica categorial seleciona somente o grupo dominante- as mulheres burguesas, brancas, heterossexuais- e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (LUGONES, 2020, p 60).

Há uma construção hegemônica da categoria gênero. As mulheres brancas na sociedade burguesa seria a pureza e passividade sexual e a função reprodutora da propriedade. Estas mulheres são “excluídas da esfera da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e de quase toda a possibilidade do controle dos meios de produção”. Além disso, o sistema de gênero é heterossexualista. As mulheres brancas também são “circunscritas nessa redução de suas personalidades e poderes através do acesso sexual obrigatório” (LUGONES, 2020, p.78).

A colonialidade de gênero está na intersecção de raça, classe e gênero como construtos centrais do poder capitalista mundial. Ao mesmo tempo, não há mulheres colonizadas como ser, porque resistem à colonialidade de gênero. As fêmeas indígenas na América pré-colonial e as fêmeas iorubás foram igualadas as mulheres brancas no feminismo hegemônico, mas não receberam nenhum privilégio que as mulheres brancas recebiam, apesar da sua opressão. Aponta que a pesquisa da autora africana Oyèrónkẹ Oyěwùmí mostra que este sistema de gênero dito geral imposto a sociedade iorubá as coloca num patamar de subordinação, com uma visão limitada da dicotomia da dualidade do sexo biológico, que não era próprio de sua cultura, problematizando se o patriarcado é uma categoria transcultural válida.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí é uma pesquisadora oxanista, nigeriana e professora associada de sociologia na Universidade Stony Brook. Ela realiza uma análise da sociedade iorubá e faz uma crítica ao conceito universal de gênero como Lugones.

De acordo com as demais autoras feministas decoloniais, aponta a racialização do conhecimento como um traço da hegemonia euro/estadunidense no mundo e o privilégio do gênero masculino consagrado na cultura europeia.

A partir de suas pesquisas, a autora constata que antes da colonização britânica, o gênero não estava presente nesta da sociedade iorubá, que era organizada a partir do conceito de senioridade, que é:

Senioridade é a (dis)posição das pessoas com base em suas idades cronológicas, porém relativas, pois se manifesta continuamente em relação com alguém, sendo um princípio situacional, dinâmico e fluído que nos possibilita pensar e conceber papéis sociais que não são diferenciados por gênero. A pessoa mais velha independentemente do seu sexo anatômico assume a posição de poder em/com relação à pessoa mais nova, cuja posição variará em função da faixa etária com quem se relaciona, já que não somos de forma permanente pessoas mais novas, considerando o aspecto fluído e transitório das relações etárias (ROCHA, 2020).

Assim, para a autora, a família iorubá é descrita como uma família não generificada porque seus centros de poder são difusos. Ela chama de ancianidade as pessoas classificadas socialmente a partir de suas idades cronológicas e que seria um conceito mais fluido. Egbon é o irmão mais velho, Aburo o mais novo, independente do gênero (OYÊWÚMI,2020).

A nomenclatura para criança é prole independente do sexo e marido e mulher são chamados de oko. Iwayo são esposas que entram para a família pelo casamento. Oko e Iwayo é uma distinção de membros de nascimento da família e quem entra pelo casamento. A fêmea Oko é superior a Iwayo que também é um termo utilizado para determinar devotos do orixá, independentes do sexo biológico (OYÊWÚMI,2020).

A partir destes estudos, a autora mostra como realidades africanas interpretadas a partir de conceitos ocidentais se tornam distorções da realidade da realidade, as categorias mulher e gênero devem ser repensadas nessas realidades.

Na análise dos dados, será retomada a categoria gênero da perspectiva das autoras, pensando na categoria “mulheres” de forma plural.

4 POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM DUAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ

FOTOGRAFIA 3 - ENEDINA ALVES MARQUES



Fonte: Aventuras na História/Portal UOL

Vamos começar este tópico contando a trajetória de uma mulher negra engenheira, destaque no Paraná. Ela foi a primeira mulher negra (e a sexta mulher) a se formar engenheira no Brasil. Como tantas outras negras, sua família residia na periferia de Curitiba e sua mãe ganhava a vida como lavadeira.

O pai havia nascido e crescido em uma senzala e não tinha nenhuma formação escolar e profissional, sendo que a mãe se separou dele quando a filha ainda era criança e foi trabalhar em uma “casa de família”. Enedina teve a infância marcada pelo trabalho doméstico em troca de moradia e comida e se alfabetizou aos 12 anos, com o patrão pagando seus estudos para que “fizesse companhia a sua filha”.

Em 1926, com 13 anos, ingressou no Instituto de Educação do Paraná, mas continuou trabalhando como empregada doméstica e babá para custear seus estudos. Aos 18 anos, obteve o diploma de professora e após aprovação em concurso público, começou a lecionar em São Mateus do Sul.

Para poder ingressar na Universidade e perseguir seu sonho de ser engenheira civil, morou com a família do construtor Mathias Caron que pagou sua moradia e alimentação com a realização de trabalhos domésticos. Também alugou uma casa e organizou uma escola de alfabetização multiseriada onde recebia crianças que não tinham acesso à escola pública, e foi complementando sua renda. Em 1940, depois

de fazer um curso intermediário complementar ao normal, ela ingressou na Universidade Federal do Paraná no curso de Engenharia Civil (CASAGRANDE, 2021).

Esta história, contada pela professora Lindamir Salete Casagrande (2021), em seu livro direcionado a jovens, mostra não apenas a história de Enedina, mas de muitas mulheres negras, que se alfabetizam tardiamente, realizam trabalho doméstico para sobreviver, mesmo nos dias de hoje. De acordo com o Pnad Contínua, do IBGE, entre o quarto trimestre de 2019 ao 4º trimestre de 2020, mulheres representam mais de 92% de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, sendo mais de 65% negras. Neste período, em 2019, 27% tinham registro em carteira e 73% não. Em 2010, o número dos registrados diminuiu ainda mais, sendo 25% com registro e 75% sem carteira. (DIEESE, 2020).

Então, para analisar o processo de implementação das políticas afirmativas, destacando os dados relativos às mulheres negras nas Engenharias, será apresentada a história das universidades no Brasil em conjunto com uma reflexão sobre as engenharias e as mulheres negras. Em seguida, o processo de formação das universidades federais do Paraná (UFPR e UTFPR) e um estudo cognitivo, com contribuição das teóricas feministas negras, para analisar a implementação das políticas afirmativas raciais em dois contextos distintos. Será realizada análise quantitativa a partir dos dados das duas universidades (UTFPR e UFPR), dos (as) estudantes cotistas e não cotistas de 2013 (quando é implantada na UTFPR) até 2019, a partir de uma leitura da política afirmativa racial para compreender até que ponto se ampliou a inclusão destes estudantes nas Engenharias.

4.1 REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL E AS MULHERES NAS ENGENHARIAS

Para que se possa compreender o processo do ensino universitário no Brasil, é importante destacar sua origem. A colonização do Brasil consistia principalmente na organização de uma economia complementar: a da Metrópole. Para Luiz Antônio Cunha (2007) essa exploração colonial era guiada pela doutrina mercantilista “segundo o qual a riqueza de um país resultava da acumulação, nele, de metais transformáveis em moeda (ouro e prata), obtidos de vantagens sobre os parceiros, em operações comerciais” (CUNHA, 2007, p.22).

Neste período, foram desenvolvidos os cursos de Filosofia e Teologia no Brasil, do século XVI ao século XVIII entendidos como atividade de um aparelho educacional a serviço da exploração da colônia pela metrópole. Seu papel era difundir ideologias legitimadoras da exploração colonial, para aceitação da dominação portuguesa e reconhecimento da figura do rei de Portugal e a ressocialização dos indígenas que deveriam se integrar a economia colonial como “força do trabalho servil” (CUNHA, 2007, p.25).

Esta educação tinha uma característica extremamente elitista, pois nos centros urbanos mais importantes, havia colégios para ensino de primeiras letras, secundários e superiores. Estes formavam padres para atividade missionária, quadros para o aparelho repressivo (oficiais de Justiça, Fazenda e Administração) e ilustrar, ou promover conhecimentos as classes dominantes. (CUNHA, 2007, p.25). O autor apresenta os quatro graus de ensino sucessivos e propedêuticos dos jesuítas: curso elementar (primeiras letras), curso de Humanidades (Gramática, Retórica das Humanidades, tudo em latim), curso de Artes (Ciências Naturais ou curso de Filosofia) e o curso de Teologia.

O segundo período iniciou-se com o Império com a criação de um novo Ensino Superior que foi até a queda da Monarquia. Nesta época foram criados cursos e academias “destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subprodutos formar profissionais liberais.” (CUNHA, 2007, p.63).

Os burocratas para o Estado eram dos estabelecimentos militares, cursos de Medicina, Cirurgia e de Matemática. É importante o destaque do autor que os conhecimentos matemáticos para a Engenharia Militar eram idênticos aos exigidos para a Engenharia Civil:

A reestruturação e ampliação do ensino superior no Brasil, a partir de 1808, fizeram que os estudos de matemática, física, química, Biologia, e mineralogia se deslocassem dos cursos de filosofia, controlados pela igreja para cursos médicos e para a academia militar, e muito mais tarde, para a escola politécnica, que dela se separou (CUNHA, 2007, p.64).

O autor afirma que a partir do retorno dos brasileiros que estudavam na escola Politécnica em Paris, o positivismo de Augusto Comte vem a se firmar como ideologia dos médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários

das disciplinas científicas. Percebe-se que esta visão ainda é muito forte no Brasil, principalmente nos cursos de exatas e no exército.

O período da chamada Primeira República marca a consolidação e a crise da hegemonia da classe latifundiária. Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres que não seriam dependentes do Estado e seriam empreendidas por particulares.

Este fenômeno foi produto de determinações técnico econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade, e, também, de determinações ideológicas, como a influência do positivismo (CUNHA, 2007, p.133).

A importância do positivismo na República é pontuada pelo autor a partir de militares na Assembleia Constituinte em 1891, além da atuação de Benjamin Constant como ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1890 e 1891 (CUNHA, 2007, p.151).

O quarto período inicia na Era Vargas e vai até a Ditadura Militar. Neste período houve a redução do poder das oligarquias representantes dos latifundiários, a sujeição política das classes trabalhadoras (com ascensão da industrialização), a centralização dos aparelhos do Estado, a eliminação do setor insurgente da burocracia do Estado (CUNHA, 2007, p.205).

Neste contexto o autor aponta duas políticas educacionais opostas: a liberal e a autoritária. A política liberal não teve um desdobramento homogêneo, mas se caracteriza por um liberalismo igualitário, convergente com o interesse das classes trabalhadoras e das camadas médias. A política educacional autoritária busca impedir contestações da ordem social pelos trabalhadores e setores da própria burguesia. Possui influência das doutrinas fascistas e parafascistas. (CUNHA, 2007, p.205).

Lívia Sant'Anna Vaz (2022) mostra que no mesmo século XIX, no Brasil, há várias leis provinciais que mantêm o impedimento de matrícula e frequência de escravizados nas escolas públicas. Algumas, por exemplo, como o decreto do município da Corte (Decreto nº 7031-A) impede a participação de mulheres. Normalmente estes decretos são voltados para "meninos libertos". A habilidade de cálculo e outros saberes, na visão colonial, eram exclusividade de homens brancos. Não eram nem de homens escravizados e muito menos de mulheres, fossem ou não escravizadas. Africanos (as) letrados (as) foram trazidos (as) como escravizados (as)

e utilizaram estes conhecimentos para confrontar o sistema. Um exemplo é a palavra escrita, que foi registrada no interior dos amuletos de proteção, em árabe, na Revolta de Malês maior rebelião negra do Brasil, em 1805 nas ruas de Salvador (VAZ, 2022, p. 50).

Apesar da exclusividade dos homens brancos na educação, pessoas negras não estiveram completamente ausentes das instituições de ensino. Ou por oportunidades individuais com ensino doméstico ou nas escolas públicas noturnas. Uma das estratégias era também irmandades católicas e a criação de escola para meninas negras. Algumas personalidades negras autodidatas se destacam como Esperança Garcia, mulher negra escravizada, que formulou uma petição em 6 de setembro de 1770 dirigida ao governador da Capitania de São José do Piauí pleiteando liberdades em nome próprio e de outras pessoas oprimidas e reversão de sua condição de subalternização (VAZ, 2022, p.50).

Em 1686, aconteceu um fato conhecido como “Questão dos Pardos”. Jesuítas revolveram vedar a matrícula e frequência de mestiços as escolas, justificando que estes faziam muitas arruaças. Os conhecidos como “pardos” se mobilizaram e os jesuítas tiveram que readmiti-los porque eram escolas públicas que recebiam subsídios (VAZ, 2022, p. 53).

Apesar das resistências, de forma geral, pessoas negras passaram décadas proibidas de frequentar as escolas, o que tem consequências nefastas para a sua educação. Vaz (2022) realiza uma relevante reflexão relativa a uma sociedade que se baseia em merecimento: se as chances de crescimento pessoal são resultado de empenho individuais, não de condições herdadas, espera-se maior mobilidade social.

Então, estudo internacional da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresenta o fenômeno do “elevador social quebrado” que revela que na maior parte dos países demora entre quatro a cinco gerações para que os descendentes de uma família situada entre os 10% de menor rendimento alcance a média do seu país. O Brasil obteve o pior resultado em termos de mobilidade social. Além disso, o estudo afirma que “cerca de 70% dos rendimentos de uma geração são herdados nas gerações anteriores “o que indica baixíssima mobilidade social”. (VAZ, 2022, p.62). Citando o relatório:

Uma sociedade com baixa mobilidade, portanto, indica que as posições e recompensas mais valorizadas não estão abertas a todos os grupos sociais,

não dependem apenas do empenho e da competência, mas resultam de condições herdadas ou da discriminação racial, de gênero, orientação sexual, étnica ou de outros tipos de preconceito, enfim, de sua origem social (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p.4).

De acordo com a afirmação, a educação é um instrumento de manutenção de privilégios adquiridos, de geração a geração. Dessa forma, pensar na trajetória de Enedina Alves Marques é primordial para refletir que na época em que ela viveu, mulheres negras não tinham acesso à universidade. Para a pesquisadora Moema de Castro Guedes (2008) foi na década de 1970 que existiu um aumento da população brasileira por estratos de escolaridade, fenômeno observado com maior intensidade no contingente feminino. Porém, se acentuam o padrão de concentração feminina nos cursos universitários que representam majoritariamente atuação articulada ao magistério ou a atenção e ao cuidado.

Em uma tabela onde a autora faz uma reflexão da distribuição do contingente de formados por sexo e curso universitário no Brasil de 1970 e 2000, percebe-se que em relação as Engenharias, ainda há uma forte predominância masculina. A Engenharia Mecânica em 1970 tem 2% de mulheres e 98% de homens. Em 2000, 3% de mulheres e 97% de homens. A Engenharia Elétrica em 1970 tem 2% de mulheres e 98% de homens. Em 2000, 7% de mulheres e 85% de homens, ou seja, já sofre um aumento na taxa de mulheres. A Engenharia Civil, em 1970 tem 2% de mulheres e 98% de homens. Em 2000, 15% de mulheres e 93% de homens. De forma geral, a autora conclui que as mulheres não estariam mais nos dias de hoje restritas as ocupações de menor prestígio e remuneração, embora se deva avançar muito, neste quesito.

Pensando na atualidade, o Censo de Educação Superior de 2021 aponta que os cinco cursos que a participação masculina é expressiva são: Sistemas de informação (83,0% de participação masculina), Engenharia Civil (70,6%), Engenharia de Produção (68,1%), Educação Física (63,9%) e Educação Física Formação de Professor (60,2%).

As Engenharias ainda apresentam destaque no quesito de participação masculina. Eulalia Pérez Sedeño (2001) filósofa, especialista em ciência, tecnologia e gênero afirma que são três momentos chaves que as mulheres têm acesso a educação e uma certa recompensa: o primeiro momento seria entre o Renascimento e a Revolução Científica, em meados do século XVII, quando o acesso a possibilidade

da mulher no ensino fundamental não era sequer regulamentado. Questiona-se a capacidade intelectual da mulher para o estudo e mesmo com opositores da educação feminina, surge revistas e literaturas científicas específicas para mulheres, salões, científicos literários regidos por mulheres, com contribuições importantes, porém, essas mulheres eram exceções e pertenciam a uma elite.

O segundo momento, na segunda metade do século XIX as mulheres tiveram acesso ao ensino superior sem restrição (vamos retomar este item). Finalmente, o terceiro momento se inicia nos anos sessenta do século passado e seria no sentido de descobrir por que há tão poucas mulheres estudando ciências (conhecimento técnico e tecnológico) e porque muitas não têm acesso a cargos de responsabilidades e prestígio. Em relação as afirmações da autora, não são todas as mulheres que têm acesso ao ensino superior sem restrição, nem neste momento histórico, nem posteriormente, pois a categoria “mulheres”, conforme apresentado anteriormente pelas teóricas decoloniais, não considera as mulheres negras indígenas, caribenhas, latino-americanas, conforme afirmação de teóricas feministas negras (GONZALEZ, 2020; LUGONES, 2020; CURIEL, 2020; COLLINS, 2020; KILOMBA, 2019).

Outra questão histórica é a pouca inserção das mulheres nas exatas, assim como nos cargos considerados “de prestígio” socialmente. Este dado traz uma reflexão entre ciência e gênero na década de 70. Ilana Löwy afirma que durante a maior parte da história a pesquisa científica foi empreendida por homens cis brancos. As definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência incorporam a visão de mundo dos que a criaram: homens, “machos” ocidentais, das classes dominantes (Löwy, 2008, p.40).

As pesquisadoras feministas também têm proposto uma crítica radical das noções de ciência, sendo que conhecimentos produzidos por indivíduos dotados de uma identidade social específica, como único saber objetivo e universalmente válido, de modo a excluir outros pontos de vista, possibilita uma ideologia material e ideológica dos dominantes (Löwy, 2008, p.42).

Esta crítica das feministas em relação a ciência não pode se distanciar da crítica em relação ao eurocentrismo e seu efeito neocolonialista, como bem reflete Lélia Gonzalez (2020):

O feminismo latino americano perde muito de sua força abstraindo um fator de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho, sem articula-la

com a correspondente ao nível racial, é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão a mulher latino americana é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar da opressão a mulher latino americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (GONZALEZ, 2020, P. 142).

A autora mostra de uma forma contundente como a divisão sexual de trabalho e de área de conhecimento tem relação com gênero e raça. Por isso a pesquisa enfatiza a reflexão sobre ciência e gênero, considerando o recorte racial, a partir do ingresso na universidade, nas áreas de Engenharia. A engenheira Enedina Alves Marques apresentada no início do capítulo foi uma mulher negra pioneira na Engenharia, mas sua ascensão foi árdua, seguindo a carreira de professora, mas também de empregada doméstica, conforme outras mulheres negras na história. Alcançou uma carreira duplamente negada para ela: como mulher e negra. Os dados mostram um aumento das mulheres nas Engenharias, mas o recorte racial nestas pesquisas é muito atual.

Dados atuais apontam negros e negras na base da pirâmide, inclusive em relação a educação e Elisa Larkin Nascimento (2003) argumenta que justificativas coloniais e “acadêmicas científicas” afirmariam que existe uma “discriminação social” ou de classe que reproduziria de forma neutra os ex escravizados nos estratos inferiores da estrutura econômica. A autora considera que é um processo de “desracialização ideológica”, travestida de análise científica que comparece para esvaziar do conteúdo racial hierarquias baseadas no supremacismo branco, que ela chama de sortilégio da cor. A ideia de raça pode diferir de uma sociedade para outra, mas fundamentam-se no supremacismo branco e no etnocentrismo Ocidental (NASCIMENTO, 2003, p.47).

Assim, a ideia de “sortilégio da cor” trazido pela autora se concretiza no dia a dia, seja no discurso de que resolvendo a questão de classe, resolve-se a questão racial no Brasil, seja nos questionamentos realizados em relação as cotas raciais e não em relação as cotas sociais. Também, os levantamentos sobre os estudos de políticas afirmativas raciais nas universidades, mostram que estes são realizados destacando a presença de pessoas negras de forma geral, com poucas pesquisas que estabelecem recorte de gênero. É necessário considerar que, para além do “sortilégio da cor” ainda temos o “sortilégio do gênero”, ou seja, é inegável que existe

uma divisão sexual do trabalho, que determina o que é trabalho masculino e feminino, conformr veremos no resultado da pesquisa.

4.2 DE “COISA DE PRETO” PARA “COISA DE PRET@”: ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DO FEMINISMO DECOLONIAL

Nosso desafio neste trabalho é realizar uma análise dentro da ciência que se origina no Ocidente Europeu, utilizando a crítica do feminismo decolonial que confronta este mesmo paradigma dominante; esta crítica utilizada por feministas decoloniais problematiza modelos estabelecidos, principalmente em relação a linguagem. Assim, esta crítica estará presente junto com os textos usuais teóricos analíticos, tanto em relação a abordagem cognitiva, quanto em relação a linguagem utilizada nos gráficos.

Coisa de Preto enunciada no título deste tópico faz parte da linguagem coloquial utilizada para se referir a algo “errado”, “mal-feito” de forma racista e pejorativa. Normalmente, usa-se o sujeito masculino, tornando coisa de preto algo também machista. Aqui, o termo “coisa de preto” será ressignificado para uma análise a partir do lugar da minha fala que é de uma mulher negra, então este arcabouço teórico é coisa de pretx, com a linguagem de gênero que Ochy Curiel (2020) utiliza nos seus escritos. A pensadora latino-americana, caribenha, negra, lésbica e artista afirma que a maioria das pensadoras pós-coloniais estão inseridas em espaços acadêmicos, que embora sejam espaços de disputas políticas há pouco envolvimento em movimentos sociais. Esta falta de envolvimento limita o reconhecimento de categorias, conceitos e epistemes na prática política produzidas por muitas mulheres, que estariam ancoradas nas realidades materiais e nas lutas concretas (CURIEL, 2020, p.125).

Por isso é importante trazer estas epistemes para os textos acadêmicos para a produção de uma releitura dos conceitos existentes, e um olhar sob outra perspectiva, Lélia Gonzalez recorre a uma linguagem que reflete o legado das culturas escravizadas, para evidenciar o racismo estrutural existente no Brasil além do machismo associado. Existe uma “denegação” que seria recalcar a formulação de desejos pensamentos ou sentimentos, gerando um processo de negação destes pelo sujeito. Ela associa este processo com as “artimanhas” do racismo com a seguinte afirmação:

Enquanto denegação de nossa latino amefricanidade, o racismo “a brasileira” se volta justamente contra aqueles que são testemunho vivo da mesma (os negros) ao mesmo tempo que diz para não o fazer, (“democracia racial brasileira”) (GONZALEZ, 2020, p.127).

Na análise dos dados, o conceito de “denegação” será utilizado em referência a um apagamento da presença da população negra, considerado mais como uma negação destes nos espaços políticos de poder. A implementação das políticas afirmativas nas universidades, passa por embates, relações de poder, a partir da visão dos sujeitos envolvidos, por isso é importante pensar como o processo burocrático construído nos documentos institucionais. A autora afirma que a América Latina é o “melhor exemplo de racismo por denegação” e que as suas sociedades foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico administrativas das metrópoles ibéricas. As hierarquias dominantes garantem a superioridade dos brancos enquanto grupos dominantes. A afirmação que todos são iguais perante a lei tem um caráter formalista nestas sociedades. (GONZALEZ, 2020, p.131).

Será utilizado o conceito de gênero lapidado por Maria Lugones, em referência ao que a autora afirma ser colonialidade de gênero. Colonialidade, como a autora destaca, não se refere as mulheres latino-americanas, mas a forma como o conceito de gênero da realidade europeia foi apropriada para generalizar as experiências de mulheres negras e de mulheres brancas. Por isso colonialidade se refere as mulheres latino-americanas indígenas e negras e é marcada pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe. A experiência de mulheres negras é historicamente de uma vasta gama de perversão e agressão sexual, além de serem consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho. Existe o conceito da autora de “dimorfismo biológico” que mostra que pessoas indígenas e africanas são consideradas não humanas, justificando as agressões que sofrem e que a experiência da separação do sexo biológico é uma imposição europeia.

A autora explica que no sistema binário, dicotômico e racializado, entende categorias como homogenias, pois homem negro e homem branco, por exemplo, são compreendidos como heterossexuais e na intersecção entre mulher e negro, nem mulher nem negro inclui a mulher negra. Então, é necessário pensar gênero e raça como tramados ou fundidos indissolúvelmente.

Lugones (2020) considera que a intersecção apenas das opressões não dá conta de entender seu contexto. Os homens negros são vítimas de exploração violenta, mas em certa medida, também são cúmplices e colaboradores na exploração das mulheres negras. Para ela, a cultura europeia substitui a pluralidade espiritual ginocêntrica por um ser supremo masculino.

Grada Kilomba (2019) mostra que as mulheres negras tem sido incluídas no debate de racismo no qual o "sujeito é o homem negro" e "o sujeito é a mulher branca" um discurso genderizado no qual a opressão relativa a mulher negra é apagada, e esta habita um espaço de vácuo, apagamento e contradição (KILOMBA, 2019, p. 98).

Anteriormente, Crenshaw cria o conceito de interseccionalidade a partir deste espaço de invisibilização da mulher negra. Kilomba, porém, aponta que a "sororidade universal" é uma falsa ideia (pois não há uma conexão universal entre todas as mulheres). Então, se refere ao racismo genderizado para apontar como "formas de expressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam" (KILOMBA, 2019, p.98).

Considerando o histórico das universidades no Brasil, que tem como base uma educação formal, voltada a reprodução do Ocidente branco e sua crença de valores além da ideia da ideologia de branqueamento, internalizado a partir da própria organização de educação, mostra-se um desafio ir além de um contexto racializado e machista universitário histórico para pensar no acesso de pessoas negras nas universidades, ainda mais tratando-se de mulheres negras em espaços exclusivamente masculinos como as ciências exatas.

Assim, campo da Ciência e Tecnologia, já vem sendo discutido pelas feministas as hierarquias de gênero no conhecimento, no trabalho, nas relações cotidianas. Em relação as profissões, as mais valorizadas, consideradas de maior prestígio, são as das áreas técnicas e tecnológicas e acabam sendo vistas como redutos dos homens. Quando se fala, porém, na presença de mulheres negras nas Engenharias, os dados são ainda mais exíguos, assim como as teorias analíticas criadas pelas autoras do feminismo negro, que denunciam essa invisibilidade das mulheres negras nas ciências.

De forma geral, muitos dados encontrados em relação as universidades que apontam a presença de mulheres negras (ou mulheres, sem especificar sua raça, como no caso da UTFPR) não problematizam especificamente a questão das

mulheres negras nas engenharias. Mesmo os dados referentes a homens negros mostram que estes também não fazem parte das universidades.

A Universidade Federal do Paraná, como veremos adiante, já foi criada com um projeto de formação de Universidade e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná se torna universidade em 2005, o que aponta para processos distintos na forma de implementação das políticas afirmativas, o que levou a se pesquisar primeiro o processo de implementação das políticas afirmativas, destacando os contextos distintos e, em seguida, analisar os dados quantitativos.

Na primeira etapa desta pesquisa, será utilizada a Abordagem Cognitiva de Política Pública, proposta por Pierre Muller e Yves Surel (2002). Os autores problematizam o fato de muitas vezes, uma política pública pode não ser explicitada pelos tomadores de decisão governamentais, argumentando que, outros atores podem intervir na sua determinação. Para eles, é inevitável uma distância entre os objetivos de uma política definidos pelos tomadores de decisão e os resultados na implantação. (MULLER e SUREL, 2002)

Então, a abordagem cognitiva:

Se esforça por apreender as políticas públicas como matrizes cognitivas e normativas, constituindo sistemas de interpretação do real, no interior dos quais os diferentes atores públicos e privados poderão inscrever sua ação (MULLER e SUREL, p. 44, 2002).

Para compreender a abordagem cognitiva, é necessário revisitar o conceito de política pública. Para a professora Potyara A P. Pereira (2008) a principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) ou muito menos individual. Para a autora, o caráter público é dado "pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade" (PEREIRA, 2008, p.95).

A autora apresenta um conceito diferenciado, que destaca o caráter político da relação de forças da política pública. Para ela a política constitui um marco ou linha de orientação para a ação pública, mas está sob o controle da sociedade. Ela visa concretizar direitos sociais garantidos em lei e que vão ter aplicabilidade a partir das políticas públicas. (PEREIRA, 2008, p.95).

A autora ressalta que a participação do governo é importante na criação e processamento das políticas e muitas omissões deste podem ser deliberadas como parte de um plano que não prevê determinadas escolhas. Pode-se observar esta questão em se tratando de políticas afirmativas. E mesmo com a definição de uma política a partir de uma lei específica, ela pode ser implementada de diferentes formas por diferentes autores, de acordo com o contexto pesquisado.

O modelo analítico da abordagem cognitiva foi escolhido por não se limitar a uma implementação sequencial de políticas, como se todos os contextos fossem iguais, mas por considerar aspectos como valores, crenças, etc. e “visões de mundo diferenciadas”. Ele reconhece que o Estado não é monolítico e que há uma relação entre atores envolvidos (Estado, sociedade civil, por exemplo). Assim, mesmo a política pública sendo a mesma a ser implementada em diferentes espaços, seus processos são diferentes, considerando diferentes atores públicos e privados. Apesar da abordagem cognitiva apresentar um modelo sequencial, compreende-se que este não é linear, o que torna complexa sua utilização.

Antes da apresentação do modelo cognitivo, é necessário considerar que quando os autores se referem a “visão de mundo” esta é construída a partir de uma colonialidade do saber advinda de uma modernidade ocidental eurocêntrica, uma modernidade técnico científica que se coloca como único modelo válido. Lélia Gonzalez (2020) utiliza o conceito de infans de Lacan construído a partir da análise do conceito psíquico que mostra que a criança é falada por adultos na terceira pessoa é ignorada, excluída, apesar de sua presença. Esse discurso é reproduzido e ela fala de si mesma na terceira pessoa, até aprender a mudar os pronomes pessoais.” Nós, mulheres e não brancas somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (GONZALEZ, 2020, p. 141). Para estas mulheres,” é imposto um lugar inferior, que é sustentado pelas nossas condições biológicas de sexo e raça, que suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história”. (GONZALEZ, 2020, p.141).

Há relações de forças diferenciadas em determinados contextos, mas a referência da pesquisa a uma sociedade racializada aponta para uma base que determina os lugares para mulheres não brancas embora o sistema apresente um discurso de igualdade universal. Então, em relação a alguns destaques importantes dos autores Muller e Surel (2002):

Os modelos propostos nesta teoria têm a convicção de que existem valores e princípios gerais que podem ser vistos como "visão de mundo" ou também princípios abstratos "que definem o campo dos possíveis, do dizível numa sociedade dada, identificando e justificando a diferença entre indivíduos e/ou grupos, hierarquizando um certo número de dinâmicas sociais" (MULLER e SUREL, 2002, p.46).

Em segundo lugar, as matrizes cognitivas comportam os princípios específicos que declinam, de modo variável, os princípios mais gerais. O conjunto de elementos cognitivos e normativos "determina considerações práticas sobre os métodos e os meios mais apropriados para realizar os valores e os objetivos definidos" (MULLER e SUREL, 2002, p.46).

No último nível, o conjunto da matriz implica na "escolha de especificações instrumentais que dão direção a partir de outros elementos (MULLER e SUREL, 2002, p. 46). Um dos elementos principais de uma matriz cognitiva e normativa é de alimentar, entre os atores "uma consciência coletiva". Um dos aspectos importantes também é que a construção de uma matriz cognitiva é um processo de poder, no qual um ator "faz valer e afirma seus próprios interesses". A produção de uma matriz cognitiva não é um simples processo discursivo, mas uma dinâmica ligada as interações e as relações de força que se cristalizam, pouco a pouco, num setor ou num subsistema dado (MULLER e SUREL, 2002, p. 49).

Por isso, considera-se que a construção de uma visão de mundo em uma instituição governamental tem relação com sua história, pois esta aos poucos vai mostrando princípios e valores que são diferentes entre as instituições. Nesta pesquisa, a história das universidades estaria relacionada com a visão de mundo construída pelos atores, formando os princípios abstratos. O processo de implementação das políticas afirmativas seriam os meios concretos de realizar a política criados a partir dos princípios gerais institucionais.

Outro ponto importante do modelo analítico é que os autores destacam que uma política não resolve problemas:

...Fazer uma política pública não é, pois, resolver um problema e sim, construir uma nova representação dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura, dessa mesma forma, a ação do estado" (MULLER e SURES, 2002, p.28).

Dessa forma, os autores mostram que não se pode reduzir uma política a um conjunto de estratégias organizacionais. Compreender os processos de construção de sentido ajuda a pensar estratégias para rever suas dinâmicas.

O pesquisador José Antonio Marçal (2016) realizou uma pesquisa comparativa de três universidades federais (UFPR, UNB e UFBA), utilizando um estudo cognitivo. Ele buscou compreender de forma detalhada seus processos, identificando tendências, as disputas e os atores envolvidos. O autor considerou duas etapas: o processo de formulação e o processo de implementação (acesso e permanência) e utilizou três categorias temáticas: "resistência conservadora", "judicialização da política" e "diluição da política".

Na análise do autor, ele mostra como há protelamento das políticas, judicialização do processo e o diluimento, no sentido de uma tendência da redução da dimensão racial para a dimensão social. Ele apresenta de forma geral as etapas e a dinâmica operacional do modelo analítico, ressaltando, porém, que as etapas se inter-relacionam. Ele destaca a problematização, a amplificação, o filtro institucional, a agenda, a formulação, a implementação, a avaliação (MARÇAL, 2016, p.39).

No seu trabalho, todos os embates políticos apresentados se reportam a uma sociedade com uma visão eurocêntrica conservadora, cujos atores buscam a diluição da raça como fator central das políticas afirmativas. O enfoque analítico são as produções e os documentos institucionais, mas não há um foco no quesito gênero.

Nesta pesquisa, a visão de mundo das universidades será construída a partir de seus históricos e documentos institucionais, para compreensão do processo de implementação das políticas afirmativas e como elas são operadas. Ao final, será utilizado o método comparativo como uma forma de compreender as diferenças encontradas entre elas na forma de compreensão da execução das políticas afirmativas nas universidades públicas federais do Paraná. Foram consideradas para a análise a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A Universidade Federal da Fronteira Sul, criada em 2009, tem o Campus Realeza no Paraná, mas não é considerada como uma Universidade do Paraná para esta análise, pois está majoritariamente em Santa Catarina, com seu campus sede em Chapecó a Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila) também Universidade Pública federal do Paraná tem um formato diferente das demais por estar na fronteira Brasil, Argentina e Paraguai.

Pensando no método comparativo, para o autor Antônio Carlos Gil (2008), o método comparativo está dentre os “métodos que indicam os meios técnicos de investigação” (GIL,2008, p.15). Para o autor, esse método é usado amplamente nas ciências sociais por possibilitar o estudo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Ele pode ser visto como superficial em relação a outros, mas a partir do que o autor define como “utilização com rigoroso controle” seus resultados podem proporcionar elevado grau de generalização (GIL, 2008, p.16). No caso de sua utilização enquanto um mecanismo de avaliação de políticas públicas e programas sociais, Sonia Miriam Draibe (1991) realiza uma reflexão sobre os questionamentos relacionados aos resultados das políticas públicas na década de 80 e a ineficácia do Estado com os gastos e resultados destas políticas.

Há uma necessidade de promover maior democratização da proteção social, a partir de reformas nos programas, capitaneados por mobilizações de movimentos sociais e segmentos profissionais militantes. Assim, a autora apresenta no texto a especificidade da metodologia de Análise Comparada das Políticas Sociais, a partir do Colóquio de Pesquisa, organizado pelo Ministério de Affaires Sociais (Mire), da França em Cooperação com a Associação Internacional de Seguridade Social.

Draibe (1991) menciona Douglas Ashford para ressaltar que os estudos comparativos da política social tendem a envolver pelo menos “cinco formas maiores de comparação, cada uma delas implicando exigências de cautelas metodológicas particulares, sendo elas: comparações históricas, comparações estatísticas, comparações socioeconômicas, comparações institucionais e comparações setoriais”. (DRAIBE, 1991, p.6)

A autora, porém, afirma que as comparações estatísticas se prestam facilmente a generalização, mas que limitam muito os fatores internos de diferenciação, por isso, no caso da pesquisa em tela, a análise cognitiva é fundamental para a compreensão específica de cada realidade.

Em relação a pesquisa quantitativa, os dados elencados foram retirados dos respectivos sistemas acadêmicos das universidades. Muitas discussões em relação aos dados foram realizadas a partir do grupo de pesquisa: *“Ações afirmativas na América Latina: Brasil, Argentina, México, Colômbia, Bolívia e Uruguai”*. Foi realizado um seminário e uma disciplina com pesquisadores deste grupo, professores dos países da América Latina com questões comuns em relação as críticas do capitalismo eurocêntrico global e o apagamento das respectivas culturas negras e indígenas.

Neste grupo, foi ressaltada a necessidade de se criar um banco de dados das universidades com informações que todas pudessem acessar e realizar pesquisas comparativas, com realidades congêneres. Mesmo para estes pesquisadores, porém, estabelecer dados comuns sempre foi um desafio, pelas diferentes realidades, pelos bancos de dados diferenciados, muitos com poucos dados concretos relativos a questão racial, e as exíguas políticas de inclusão nos países.

Em relação a UTFPR, eu tinha acesso direto aos dados devido a outras análises, por trabalhar na Instituição. Na UFPR, meu orientador criou o grupo de pesquisa apresentado anteriormente e os dados da UFPR foram tratados em planilha, de forma que pudessem ser trabalhados no grupo, o que facilitou meu acesso. Na UTFPR, apesar de vários processos diferenciados de pedido de dados, não obtive retorno dos envolvidos do setor. A princípio, até a procuradoria da Universidade foi consultada para que determinasse se era possível liberar os dados pedidos e esta estabeleceu que os dados referentes a Assistência Estudantil (meu lócus de trabalho) iriam ferir o sigilo dos(as) estudantes. Enviei outros pedidos especificando que não estava pedindo dados pessoais de caracterização de estudantes e tive outras pessoas da Universidade que tentaram me apoiar, mas mesmo assim, não obtive retorno. No meio da pesquisa, após apenas um ano como aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação na UFPR (PPGE), tivemos que realizar isolamento devido ao coronavírus (covid 19)¹⁰, sem saber quanto tempo esta situação persistiria. As últimas disciplinas foram realizadas de forma remota, no meio de incertezas, perdas, medo... Nesse período, foi ainda mais difícil buscar dados, então ao ter umas aulas de estatística e levantamento de dados com um amigo do doutorado, de forma remota, constatei que tinha muito dado a ser analisado.

Depois de iniciar o processo, procurei a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFPR, pensando em buscar os dados da Assistência Estudantil, porém, nesse momento não tinha estes dados relativos a UTFPR e tinha um processo interno que poderia ser demorado. Pensando então que na análise cognitiva, os programas sociais (ou políticas) são comparáveis quanto melhor forem observadas as diferenças das políticas e suas etapas de formação e implementação, optei por trabalhar com os

¹⁰ De acordo com o Ministério de Saúde, o coronavírus ou a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 14/08/2023

dados quantitativos que tinha, realizando a pesquisa cognitiva para mostrar os diferentes processos das duas Universidades, o que também foi uma leitura e indicação da banca de qualificação.

Com dados distintos, foi necessário organizar o trabalho apresentando primeiro as especificidades de cada universidade, em duas etapas, para depois comparar esses contextos.

A princípio, será realizada a análise de cada universidade para compreender seu processo específico, a partir de uma análise cognitiva, considerando duas etapas: a) histórico da universidade e b) processo de implementação das políticas afirmativas. Para estudo destas etapas, serão utilizados documentos diversos como atas de reuniões de conselhos, editais, artigos, publicações.

A partir destas etapas, serão analisadas duas categorias: a) relações de poder, a partir da visão de mundo europeia que permeia os valores que dão origem as universidades; b) implementação da política. A primeira categoria relações de poder realiza uma análise a partir das relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais, mas com uma releitura das teóricas negras. A segunda categoria considera se a universidade como as políticas afirmativas são implementadas, qual a motivação política dos atores envolvidos no processo. As análises vão considerar a inclusão dos cursos existentes e a presença de mulheres, destacando as mulheres negras (se este dado for encontrado). A presença das mulheres será lida sob uma perspectiva de colonialidade de gênero, de acordo com Lugones que afirma que raça e gênero serão vistos como “fundidos indissolavelmente” mostrando que o termo mulher em si não tem sentido (2020, p.60).

4.3 HISTÓRICO E PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UTFPR E NA UFPR

De acordo com o apresentado, neste item será realizada a abordagem cognitiva utilizando duas categorias elencadas: visão de mundo, a partir da história das universidades e processo de implementação, considerando a forma como a política é implementada.

4.3.1 Universidade Federal do Paraná

a) Relações de Poder

A história da Universidade Federal do Paraná (UFPR) está relacionada ao Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 conhecido como Lei Rivadavia Corrêa, que aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República. Esta lei adotava a desoficialização do ensino no país e retirava o monopólio de criação de instituições de ensino no governo federal, visando descentralizar o ensino superior e instituir universidades federais em vários estados.

A Universidade Federal do Paraná é considerada a mais antiga universidade brasileira. Destaca-se que já em 1882 o político Rocha Pombo coloca na praça Ouidor Pardini, uma pedra fundamental para uma futura universidade, mas devido à instabilidade gerada pela revolução federalista, que ocorria no sul do Brasil, o projeto não foi adiante.

Foi em 1912, avaliou-se que o Paraná precisava de mais profissionais qualificados e iniciou-se uma mobilização das lideranças políticas. Neste ano Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da universidade, em um momento de abundante produção de erva mate.

Em 1913, a universidade começou a funcionar como instituição particular, e os primeiros cursos ofertados foram Ciências Jurídicas e Sociais; Engenharia; Medicina e Cirurgia; Comércio; Odontologia; Farmácia e Obstetrícia. Victor Ferreira do Amaral foi fundador e primeiro reitor e iniciou empréstimos com a prefeitura para a construção do prédio central na Praça Santos Andrade.

Cunha (2007) afirma que o ensino da universidade era pago pelos estudantes sendo a gratuidade uma exceção, para filhos de órfãos, pais inválidos e ex-professores da universidade. O governo federal e estadual poderia indicar alunos quando subvencionassem a universidade, mas todos deveriam prestar exame de admissão e perderiam a vaga se não tivessem bom aproveitamento. (CUNHA, 2007, p.187).

Com a primeira Guerra Mundial, em 1914, com a recessão econômica, o governo federal determina o fechamento das universidades particulares em uma tentativa de centralizar o poder. A estratégia para o não fechamento da instituição foi o desmembramento em faculdades autônomas, reconhecidas pelo governo.

Durante cerca de 30 anos buscou-se restaurar a universidade, e na década de 40, as faculdades existentes, acrescidas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram reunidas como a Universidade do Paraná

Em 1946 foi restaurada a universidade e Flávio Suplicy de Lacerda, reitor à época, mobilizou as lideranças do Estado pela sua federalização. Em 1950, esta começou a chamar-se Universidade Federal do Paraná, instituição pública e gratuita, adotando o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, a universidade vai se expandindo. Em 1953, é realizada a construção do Hospital de Clínicas, em 1958 do complexo da Reitoria e em 1961 do Centro Politécnico.

Em relação as engenharias, em 1914, já estava presente no Campus Santos Andrade. Na década de 50, faz-se a opção por instalar as engenharias no chamado "Centro Politécnico", mudança que ocorre em 1961 (BURMESTER, 2002).

A Universidade Federal do Paraná é uma das mais antigas do Brasil. Desde o início, foi criada com o intuito de ofertar, além do ensino, pesquisa e extensão. Também nasce vinculada a formação profissional e quando se faz referência a engenharia, é um curso de prestígio destacado na modernidade, tanto que o Centro Politécnico é construído a partir da necessidade de ampliação das engenharias. Os engenheiros, a princípio, também iniciam o trabalho de arquitetura, até que seja criado este curso especificamente.

Em relação ao acesso das mulheres na universidade, a primeira mulher formada na UFPR foi Helena Vianna Seiller em 1914 no curso de odontologia. A segunda mulher a ser formada foi Maria Falce de Macedo em 1919 no curso de medicina. A primeira mulher negra formada na UFPR e engenheira foi Enedina Alves Marques em 1945, de acordo com a história contada no início do capítulo.

Na década de 1920, há uma organização da chamada "primeira onda do feminismo", onde há uma luta das mulheres das classes dominantes pelo voto. Céli Regina Pinto afirma que é um feminismo bem-comportado, que agia no limite, ou seja, sem questionar as questões de classe, sem colocar em xeque as questões patriarcais (PINTO, 2003)

Neste período, não era comum as mulheres cursarem uma universidade, principalmente mulheres negras. Enedina Alves Marques é vista como uma referência nacional, a primeira mulher negra na engenharia. Neste período, não se discute ações afirmativas, e na Universidade Federal do Paraná, apenas em 2004 iniciam estas ações, como veremos adiante.

b) Processo de implementação da Política Afirmativa

A nominada política de inclusão social e racial iniciou com a Resolução 37 de 10 de maio de 2004 (alterada em 17 de maio de 2007). A UFPR foi uma das primeiras universidades a estabelecer políticas afirmativas raciais. Esta resolução, dividida em três capítulos, resolve disponibilizar de 20% de vagas para candidatos negros em todos os cursos de graduação, técnicos e de ensino médio. Considera negros os candidatos de cor preta ou parda que possuam traços fenotípicos que os caracterizem como grupo racial negro. Outra política afirmativa determinada por essa legislação é de 20% estudantes oriundos de escola pública, que tenham cursado fundamental e médio exclusivamente em escolas públicas.

Também essa legislação determina que se pode disputar vagas suplementares para indígenas, começando com cinco e aumentando gradativamente (para 7 em 2007 e 2008 até atingir 10 em 2009). Para os candidatos negros, foi determinada uma “Banca de Validação e Orientação da Autodeclaração” já nesta resolução.

No capítulo II a Resolução trata da questão da permanência, determinando que a universidade deve implementar programas de apoio acadêmico psicopedagógico e de tutoria para todos (as) estudantes que demonstrarem dificuldades no acompanhamento das disciplinas. As vagas de inclusão social ou racial não poderiam ser utilizadas por pessoas que tivessem curso superior.

Em 2013, o professor Emerson Cervi realizou uma pesquisa de análise das políticas raciais na Universidade Federal do Paraná (conforme disposto na revisão bibliográfica).

Vale a pena destacar a pesquisa, que trata da ampliação de mulheres pretas e pardas nos cursos da universidade. O professor se propõe a verificar se o resultado da política de cotas foi eficiente para negros e “carentes sociais” (que seriam para o autor os estudantes que cursaram no ensino fundamental e médio público). Neste período (e mesmo com as políticas afirmativas hoje), a maioria das pessoas com situação socioeconômica baixa frequentava a escola pública e as elites frequentavam as escolas particulares para passar no vestibular das universidades públicas. Hoje, para o atendimento as pessoas de baixa renda, além da escola pública no ensino médio, há uma cota que analisa a renda per capita dos(as) candidatos (as).

A importância dos dados do estudo de Cervi (2013) é que apresentam uma análise do ingresso de mulheres. Segundo ele, as mulheres brancas tiveram menor queda nas aprovações que homens brancos e mulheres pretas e pardas

apresentaram aumentos mais significativos que homens pretos e pardos, transformando-se numa “política afirmativa de gênero” (CERVI, 2013, p.67).

O autor apresenta alguns detalhes importantes das seleções da UFPR. A partir de 2005, foi implantado o sistema de vestibular em duas etapas, determinando que a política de cotas fosse considerada apenas para a segunda fase.

TABELA 1 - INSCRITOS POR COTAS NOS VESTIBULARES DA UFPR ENTRE 2005 E 2012

Ano	Racial		Escola pública		Geral		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
2005	2.367	5,3	13.720	30,7	28.640	64,0	44.727	100,0
2006	1.825	4,0	11.159	24,2	33.120	71,8	46.104	100,0
2007	1.819	4,2	10.248	23,9	30.790	71,8	42.857	100,0
2008	1.875	4,5	9.028	21,4	31.189	74,1	42.092	100,0
2009	1.874	4,3	8.986	20,6	32.658	75,0	43.518	100,0
2010	1.995	4,6	9.223	21,1	32.587	74,4	43.805	100,0
2011	1.965	4,5	9.429	21,5	32.460	74,0	43.849	100,0
2012	2.481	5,0	9.841	19,7	37.743	75,4	50.065	100,0
média 05-12	2.205,1	4,6	10.204,3	22,9	32.398,4	72,6	44.627,1	100,0

Fonte dados do NC-UFPR. CERVI, 2013

Em 2008 foi definido também que as vagas remanescentes de cotas raciais seriam ocupadas preferencialmente por candidatos das cotas sociais. Esta mudança resulta num aumento de cotistas de escola pública na UFPR. Cervi (2013) analisa, de acordo com a tabela, todos os concorrentes do vestibular, de 2005 a 2020:

Na tabela fica visível que as cotas raciais estão em menor proporção que as de escola pública, muito abaixo da média de 20%, conforme percentual. A de escola pública fica sempre acima dos 20%, principalmente em 2005 quando se inicia as políticas. Observa-se que quando o vestibular considera pardos e negros na segunda etapa, em 2008, o percentual das cotas raciais se mantém baixo.

A análise de Cervi em relação ao aumento de mulheres pretas e pardas é importante. Ele discorre:

Mulheres brancas apresentam percentuais maiores de aprovação do que homens brancos entre 2004 e 2012. Já os pardos apresentam oscilações ao longo de todo o período. Eles têm um salto em 2005, caem gradativamente até 2008 e permanecem estáveis desde então. Os homens estão com percentuais superiores aos das mulheres em todo o período. No caso dos pretos, os percentuais de aprovação de homens e mulheres são muito próximos, com uma oscilação em favor das mulheres em 2005 e outra favorável aos homens em 2009. Porém, como os dados anteriores referiam-se à autodeclaração da cor da pele e não ao tipo de inscrição, é possível considerar que o crescimento no percentual de aprovação de mulheres esteja mais relacionado com as cotas de escola pública do que com a racial (CERVI, 2013, p. 79).

Mesmo considerando o aumento de mulheres pretas e pardas, estes números ainda estão abaixo dos homens. Também, a pesquisa não considera cursos de maior ou menor prestígio.

Marçal (2016) ressalta a importância da presença do Movimento Negro na reunião do COUNI para a aprovação das cotas. Também afirma que a imprensa reforça sempre as ações judiciais, mostrando um teor de parcialidade e criando um sentimento de insegurança em relação a legalidade dessas políticas.

Apesar de todas as resistências enumeradas por Marçal, entende-se que a UFPR cria a política de cotas num contexto anterior à lei, a partir de toda uma pressão dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica. Muller e Surel (2002) afirmam que a decisão pública pode expressar vontade dos atores político-administrativos de não decidir, o que se define como não decisão intencional. (MULLER e Surel, 2002, p.23). No contexto da UFPR, há uma contrapressão não só administrativa, mas de parcela da sociedade a favor da não decisão. Apesar disso as cotas são criadas anteriores a Lei e da decisão de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

A professora Claudia Moreira (2018) realiza uma pesquisa de pós-doutorado, que origina junto com o professor Paulo Vinicius Baptista Silva o artigo analisado na revisão sistemática. Ela afirma que há uma carência de estudos de políticas afirmativas que trace perfis de estudantes que as utilizam. A autora levanta um perfil de ingressantes na UFPR entre 2013 e 2017 para comparar os efeitos da Lei 12.711/2012 com os efeitos do Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR implementado em 2004. Busca realizar um estudo comparativo em dois perfis de

cursos: Medicina e Pedagogia, para verificar se há uma ampliação no acesso de jovens negros (as) à UFPR e uma distribuição equitativa de vagas.

Ela argumenta que os cursos trazem simbolismos diametralmente opostos: Medicina considerada de grande prestígio social e Pedagogia desprestigiado por formar professores da Educação Básica. Algumas conclusões importantes são apresentadas pela autora:

Medicina teve a maior proporção de candidatos por vaga em todos os anos. A concorrência entre os egressos de escola pública com renda familiar per capita igual ou superior a 1,5 salários-mínimos é muito próxima da concorrência geral. Entre os egressos de renda familiar mais baixas e PPIs Independentes da renda, há uma procura proporcionalmente menor. Mesmo assim, é uma procura muito superior a oferta. No curso de Pedagogia há uma procura significativamente menor por candidatos pretos, pardos ou indígenas.

O vestibular de 2016-2017 no curso de Medicina, mostra a ocupação integral das vagas. Nas vagas de PPIs com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos foram aprovados 37, 5% dos candidatos. Os aprovados nas faixas mais altas de renda tem um desempenho melhor. No curso de pedagogia há um movimento de transferência de vagas não ocupadas por PPIs das faixas mais baixas de renda para as mais altas. Mas Moreira (2018) endossa parcialmente que as vagas reservadas são mais ocupadas por mulheres que por homens.

Na pesquisa da professora, os dados levam a análise da qualidade da escola pública e as dificuldades que estudantes nos extratos mais baixos de renda tem para acessar as políticas afirmativas. Mas em relação a Lei nº 12711/2012 ela afirma que embora ela priorize mais a "questão social" que a "questão racial", garantiu uma maior inclusão de pretos e pardos em relação ao Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR.

Muller e Surel (2002) afirmam que uma das principais implicações de uma matriz cognitiva e normativa é de alimentar junto aos atores uma "consciência coletiva". Associa-se aos trabalhos que buscam analisar a efetividade da inclusão de pretos e pardos, um sentimento coletivo em relação a busca de efetividade da política destacando a questão racial.

A UFPR cria uma superintendência enquanto um mecanismo institucional que trate das questões inerentes a diversidade. Seus objetivos são:

Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) tem como missão propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e da defesa de Direitos Humanos, visando o desenvolvimento de ações afirmativas; o reconhecimento da diferença e da diversidade; o atendimento aos direitos de pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, pessoas surdas, pessoas negras, pessoas indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, LGBTIs, migrantes, refugiados/as, solicitantes de refúgio ou portadores/as de acolhida humanitária, apátridas e outros grupos histórica e socialmente subalternizados, no âmbito acadêmico, pedagógico e institucional da comunidade da UFPR. (SIPAD, 2023).

Esta superintendência foi criada a partir da Resolução 34/17 do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) em 2017. Ela é vinculada diretamente a Reitoria da UFPR e se propõe a transformar a cultura universitária no que concerne a políticas que promovam os direitos humanos, o que é uma tarefa complexa em uma organização institucional conservadora.

Na resolução, percebe-se a vinculação da Superintendência com outras Pró-Reitorias, de forma regimental:

Art. 6º a coordenação de estudos e pesquisa inovadoras na graduação (CEPIGRAD) da pró-reitoria de graduação e educação profissional (PROGRAD) e a coordenação de desenvolvimento social da pró-reitoria de extensão e cultura (PROEC) passam a compor a SIPAD. (UFPR, 2017).

Existe uma estrutura organizacional que prevê uma Coordenação de Inclusão e Diversidade e uma Coordenação de Políticas Afirmativas. A última, tem algumas unidades vinculadas que são a) Unidade de Promoção de Igualdade Racial; b) Unidade de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Povos do Campo; e c) Unidade de Educação Indígena e Interculturalidade. Dentre os Núcleos que compõem estas Unidades, está o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) um locus central de mobilização política de pessoas negras na UFPR. Este Núcleo, de acordo com o site da SIPAD, tem o seguinte objetivo:

NEAB-UFPR, tem como objetivo geral se constituir como um centro de referência que articule e promova atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo de estudos afro-brasileiros. (SIPAD, 2023)

O NEAB é conhecido por estudantes negros (as) de graduação e pós-graduação da Universidade, tem um espaço de referência, inclusive para pesquisas na área de educação étnico racial e é um fórum de articulação que promove na Universidade debates na área. Sua articuladora e coordenadora no momento atual é a professora travesti ativista Megg Rayara que articula e promove o debate de gênero e interseccionalidade na Universidade.

Há um mecanismo de mobilização de um esquema identitário presente na matriz cognitiva. Há uma lógica de poder, que vai além de um processo discursivo, mas cria-se um processo ligado as interações e relações de força de força que se cristalizam aos poucos (MULLER e SUREL, 2012, p.49)

A criação de uma supeintendência que opere internamente dentro de uma instituição numa relação horizontal em um sistema hierárquico produz conquistas em relação as disputas e confrontos dos atores no ambiente institucional. A celebração, a união de estudantes a fim de de se fortalecer nas disputas, promovem uma abertura institucional maior.

Voltando ao conceito de “denegação” de Gonzalez (2020) apresentado anteriormente, apesar das relações de força que se estabelecem e o processo de denegação, que nega o racismo estrutural e busca esconde-lo, os atores sociais investem nas políticas afirmativas e as promovem como ações institucionais, a partir de um discurso de justiça social, mobilizando um “esquema identitário organizacional”, de acordo com o relato a seguir:

Amorim (2022) como assistente social técnica administrativa da UFPR, afirma que servidores da Universidade, sejam professores (as) ou técnicos administrativos (as) “assumiram um compromisso em defesa do desenvolvimento de políticas que garantissem a inclusão de estudantes negros/as na academia” (AMORIM, 2022, p.17).Ela afirma que as bancas de heteroidentificação foram suspensas após a Lei 12.711 por uma interpretação “equivocada” que a autodeclaração racial deveria ser validada de acordo com a Lei. Assim, nos anos de 2015 e 2016 não foram realizadas bancas de validação.

Em 2016 os funcionários que participavam dos registros acadêmicos tiveram um grande estranhamento em relação a autodeclarados pardos reconhecidos como pessoas brancas. Foi realizado um abaixo-assinado pela equipe de técnicos administrativos pedindo o retorno das bancas, o que veio a acontecer em 2017, ano em que foi criada a Superintendência. Os atores sociais se envolvem no sentido de

justiça social propugnada pela política e vão reconstruindo as determinações institucionais para que seja cumprido este propósito.

4.3.2 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

a) Relações de Poder

Em relação a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), ela não inicia por uma necessidade de formar mão de obra universitária, mas pela busca na "modernidade", de promover o ensino profissionalizante no país. Em 1906, realizou-se no Rio de Janeiro o congresso de instrução, quando Afonso Pena tomou posse como presidente da república, tendo como vice-presidente Nilo Peçanha.

Ao final do congresso de instrução, foi elaborada uma carta que sugeria a criação de escolas de aprendizes artífices em todo o país. A ideia é que essas escolas absorvessem grande parte de meninos e adolescentes de estratos sociais mais pobres que não trabalhavam e não se dedicavam aos estudos porque esses "facilmente poderiam tomar o caminho da delinquência" (p.13). A ideia era ensinar uma profissão acrescida da entrada nas fábricas.

O presidente Afonso Camargo demonstrou entusiasmo, mas a proposta ficou no papel. Três anos depois morreu de pneumonia sucedendo seu vice Nilo Peçanha, sendo este considerado primeiro e único presidente negro do Brasil, que permaneceu no cargo durante pouco tempo, suficiente para efetivar a ideia das consideradas primeiras escolas de educação técnica e tecnológicas do Brasil.

O presidente em exercício assina o Decreto Federal nº 7566/09, de 23 de setembro de 1909, estabelecendo a criação das escolas de aprendizes artífices em todos os estados da federação. O professor Gilson Leandro Queluz (2010) destaca que com o fim da escravidão e a instituição do mercado de mão-de-obra livre torna-se necessária a valorização do trabalho produtivo, destacando que era uma época que existia uma sociedade imbuída de uma concepção negativa de trabalho, sendo que o trabalho manual era visto como degradante. Ele aponta uma República que considera, a partir do pensamento liberal, como mentora de uma ideia de progresso como crescimento econômico e moral. Em relação ao governo republicano, o autor destaca:

Era o portador do novo, da nova organização política republicana, da nova concepção de trabalho, do novo conceito de cidadania. Daí sua identificação com as inovações técnicas, algumas surgidas ainda durante o império, como as estradas de ferro, a mecanização da agricultura, o telefone, a luz elétrica, etc, artefatos e imagens do progresso que se anunciava (QUELUZ, 2010, p.39)

O Paraná nesta época tinha um processo de intensa urbanização com a economia do mate e o incentivo a imigração. Foi intenso o movimento imigratório que no período de 20 anos – de 1890 a 1910 – a população aumentou de 24.453 habitantes para 60.800 (LEITE, 2010, p.15).

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, em Curitiba, foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910, ocupando um imóvel na Praça Carlos Gomes que anteriormente, pertencia ao Conservatório de Belas Artes, fundado por Paulo Ildfonso d'Assumpção que foi nomeado diretor do novo estabelecimento. Seu irmão Pamphilo d'Assumpção era presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, o que foi importante para o apoio dos principais setores políticos e econômicos do estado. Inicialmente foram oferecidos os cursos de alfaiataria, marcenaria e sapataria. Em seguida de serralheiro mecânico e seleiro tapeceiro.

Em 1930, com a assunção do presidente Getúlio Vargas, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná recebeu uma nova infraestrutura com o governador Manoel Ribas. Seguindo a ideologia governamental, as escolas foram estimuladas a fortalecer valores cívicos, a disciplina, o vigor físico, o trabalho. Em 1938, regulamentou-se o funcionamento dos cursos noturnos nos chamados liceus. Exigia-se idade mínima de 16 anos, boa conduta, que fosse operário e não tivesse doença infecto contagiosa. (LEITE, 2010, p. 37)

Para assinalar a diferença entre o então Liceu de Ofícios e a UFPR, destaca-se a afirmação sobre Daniel Borges dos Reis:

No ano de 1932, ainda estudante universitário, dividia seu tempo entre a UFPR e as aulas que ministrava no liceu industrial do paraná. Logo depois de formado começou a trabalhar na estrada de ferro de Guarapuava como engenheiro residente; em 1939 assumiu a direção do liceu. (LEITE,2010,p.39)

A partir do decreto 4127 de 25 de fevereiro de 1942, muda-se a denominação de Liceu Industrial do Paraná para Escola Técnica de Curitiba. A duração de cursos

industriais, destinados a formação de artífices altamente qualificados, seria de 4 anos podendo matricular-se jovens entre 12 e 17 anos.

Segundo o artigo 15 da lei, era papel das escolas técnicas ministrarem cursos técnicos, embora também pudessem manter cursos industriais, de mestría e pedagógicos. As escolas industriais podiam ministrar os de mestría e pedagógicos, logicamente além dos industriais. Onze cursos industriais básicos eram oferecidos pela escola: alfaiataria, corte e costura, tipografia e encadernação, mecânica de máquinas, marcenaria, artes de couro, mecânica de automóveis, carpintaria, pintura, serralheria e alvenaria, revestimentos (LEITE, 2010, p.43).

Havia uma exceção, que era o curso de corte e costura, destinado ao público feminino. E o curso de decoração de interiores tinha uma maioria feminina. Todas as mulheres deviam assistir ao curso de Economia Doméstica. O ensino destinado as jovens tinham por objetivo torná-las prendadas, donas de casa.

A instituição tem o objetivo de ser uma escola técnica, destinada a formar mão de obra, com uma divisão sexual de trabalho determinante para o que seria função para homens e mulheres.

Em 1944, o Ministério de Educação e Saúde liberou para a Escola Técnica de Curitiba verba de 1 milhão de cruzeiros para aquisição de máquinas e equipamentos. Getúlio Vargas assina o decreto 16399 que determina que são considerados de utilidade pública os imóveis localizados ao redor do estabelecimento. São desapropriadas as áreas vizinhas pertencentes a particulares, gerando revolta. Em 1946, foram realizadas várias reformas, tendo entre elas um internato. Este era destinado a jovens que vinham do interior e era fornecida alimentação pelo tempo que permanecessem internos. Em sua maioria, cursavam o primeiro e o segundo ano do industrial básico. (LEITE, 2010, p.47)

Cria-se em 1946 a Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial (CBAI) um programa de cooperação Brasil- Estados Unidos, que tinha por objetivo formar professores para atuar no ensino industrial. O desenvolvimento da Escola Técnica nos cursos de Cultura Geral cria um atrito entre professores que tinham mais formação e mestres de oficina, com pouca escolaridade.

Cria-se espaços diferenciados, inclusive físico, entre profissionais que se acreditava que tinha prática de ofício, mas não formação teórica e vice-versa. Quando

se tratava de cursos que exigissem força e ou fosse da área tecnológica, envolvendo questões mais complexas e elaboradas pertenciam ao universo masculino.

Em 16 de fevereiro de 1959 o presidente Juscelino Kubistchek sancionou a Lei nº 3552, que transformava as escolas industriais e técnicas em autarquias, justificando que isso trazia maior autonomia. A Escola Técnica de Ensino se torna, Escola Técnica Federal do Paraná (LEITE, 2010, p.55).

Em 25 de abril de 1961 o presidente Jânio Quadros sancionou o decreto 50492 que transformou o Curso industrial Básico em Ginásio Industrial. A Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – dividiu o ensino técnico de grau médio, formado pelos cursos industrial, agrícola e comercial, em Ensino Ginásial, com duração de quatro anos, e Colegial com, no mínimo, três anos (LEITE, 2010, p.56).

Foi em 5 de outubro de 1973 que foram aprovados os cursos de engenharia de Operação, com 40 vagas ofertadas para a construção civil. Em 1976, a Escola Técnica Federal do Paraná contava com Engenharia da Construção Civil, Eletrônica e Eletrotécnica.

A Lei nº 6545 de 30 de junho de 1978, cria um sistema de educação visto como "verticalizado" envolvendo segundo grau, graduação e pós-graduação na área tecnológica e direcionamento para atividade industrial Assim, a Escola Técnica Federal do Paraná se torna Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

A mudança do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná para Universidade Tecnológica Federal do Paraná se dá em 15 de setembro de 2003. Com o decreto nº 6096, de 24 de abril desse ano, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que tinha como objetivo " ampliar o acesso e a permanência na educação superior" :

Entre suas diretrizes estavam a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem (LEITE, 2010, p.122)

A UTFPR com o Reuni amplia a contratação de profissionais de carreira, professores e técnicos administrativos, expande seus campi, que hoje tem 13. Em relação a presença de mulheres nas engenharias, é possível encontrar dados a partir

do grupo de pesquisas GETEC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre relações de Gênero e Tecnologia, que foi criado nos anos 2000.

A partir do artigo Engenheiras no Cefet-PR? foi possível observar dados de mulheres nas Engenharias na UTFPR, antes desta se tornar universidade, com dados obtidos junto aos arquivos da Divisão de Orçamento e Estatística do CEFET-PR. Os dados foram apresentados no artigo em intervalos de 5 anos e separados por curso e sexo, para apontar a evolução de mulheres nos diversos cursos:

TABELA 2 - ESTUDANTES MATRICULADOS DE 1988 A 2002 NA UTFPR, POR CURSO E SEXO

ALUNOS MATRICULADOS POR SEXO E POR CURSO													
Curso	Ano	1988			1993			1998			2003		
		Masc.	Fem.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.
Engenharia Industrial Eletrônica		859	52	911	835	65	900	717	114	831	837	67	904
Engenharia Industrial Eletrotécnica		788	69	857	845	65	910	701	134	835	797	95	892
Engenharia Industrial Mecânica		-	-	-	247	4	251	758	102	860	872	69	941
Engenharia da Produção Civil		-	-	-	-	-	-	166	164	330	493	287	780
Tecnologia em Const. Civil		142	46	188	137	72	209	12	4	16	-	-	-
Total		1789	167	1956	2064	206	2270	2354	518	2872	2999	518	3517

Organizado por Casagrande, Schwartz, Carvalho e Leszczynski (2005)

De acordo com a análise das autoras, Lindamir Casagrande, Juliana Schwartz, Marília Carvalho e Sonia Ana Leszczynski (2005), a maior participação feminina ocorria no curso de Engenharia de Produção Civil e a menor participação de mulheres encontrava-se em Engenharia Industrial Eletrônica e Engenharia Industrial Mecânica. Na outra tabela, observa-se o percentual de mulheres matriculadas:

TABELA 3 - MULHERES MATRICULADAS POR CURSO NA UTFPR DE 1988 A 2003

PERCENTAGEM DE MULHERES MATRICULADAS POR CURSO				
Curso	Ano			
	1988	1993	1998	2003
Engenharia Industrial Eletrônica	6%	7%	14%	7%
Engenharia Industrial Eletrotécnica	8%	7%	16%	11%
Engenharia Industrial Mecânica	-	2%	12%	7%
Engenharia da Produção Civil	-	-	49%	37%
Tecnologia em Const. Civil	24%	34%	25%	-
Total	9%	9%	18%	15%

Organizado por Casagrande, Schwartz, Carvalho e Leszczynski (2005)

Vendo o percentual, em 1988 e 1993, o curso de Engenharia de Produção Civil só tem dados de matriculados a partir de 1998, com um montante maior de mulheres. Em relação aos demais, a Engenharia Industrial Mecânica é o curso que agrega menos mulheres e aumenta em 1998, diminuindo o percentual em seguida. de Tecnologia em Construção Civil que agrega mais mulheres. Quando o curso de Engenharia da Produção Civil é ofertado, este parece apresentar os números similares ao anterior. As autoras analisam que, de forma geral, as engenharias apresentam um crescimento de mulheres em seus quadros discentes, embora ainda sejam muito baixos.

Também se observa que não há dados de raça/cor. Quando indagada sobre esses dados, a Universidade justifica que antes das políticas afirmativas, os (as) estudantes não se autodeclaravam.

Considerar o percurso da mulher na Engenharia, com recorte de raça, compilou um campo amplo de discussão e problematização. Marisa Vorraber Costa (2002) organiza alguns pontos, que afirma ser “o pano de fundo no qual tem se desenrolado o que poderia se chamar de ciência e o mundo” (Costa, pg. 147), destacando:

Os saberes são produzidos obedecendo a regimes de verdade que seguem regras específicas de acordo com a racionalidade de uma época. Estas racionalidades são radicalmente históricas e correspondem a interesses situados e datados. Não existe produção de saber fora dos jogos do poder (COSTA, 2002, p.150).

No caso da UTFPR, é uma instituição criada com uma visão de papéis femininos e masculinos bem dicotomizados, além de destacar a "força e vigor" masculino no trabalho. Isso é apontado no grupo de pesquisa, mas é uma visão institucional difícil de romper. Os dados de raça/cor são problematizados nas engenharias na UTFPR a partir das políticas afirmativas apenas, como veremos adiante.

c) Processo de implementação da Política Afirmativa

As políticas afirmativas na UTFPR começam a ser discutidas junto com os programas estudantis da universidade na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Universitário (COUNI) quando são aprovadas as chamadas cotas sociais:

A UTFPR adotou, como uma de suas ações para a ampliação de políticas de inclusão social e democratização de acesso, a reserva de vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, no percentual de 50% para todos os cursos. Com essa política, os indicadores socioeconômicos, levantados no vestibular 2008, apontam um crescimento de 13 % para 16% no índice de estudantes com renda familiar de 2 salários mínimos.

A deliberação determina que a nota do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) poderia ser utilizada para ingresso na graduação destes cotistas. De acordo com Kleber Durat (2020) devido a inconsistências nas informações dos candidatos, o COUNI suspendeu o capítulo 3 da deliberação 12/2007 que aprovava o aproveitamento das notas do ENEM. O candidato ficou condicionado apenas a nota do vestibular.

Observando a deliberação que aprovou as cotas sociais, devido a liberação de recursos do REUNI, muitas ações são previstas na legislação para atendimento estudantil sendo destacados:

Criar, em cada campus da UTFPR, o núcleo de apoio psicopedagógico, com profissionais capacitados ao acompanhamento psicológico e de rendimento dos estudantes. Com o serviço desses profissionais, integrados às atividades dos assessores pedagógicos dos cursos, pretende-se diminuir a influência dos fatores socioeconômicos no desempenho dos estudantes;

- Direcionar recursos provenientes do reuni, junto aos já disponibilizados pelo MEC, para ampliar o programa de assistência estudantil;
- Implantar 250 bolsas assistenciais para atendimento aos estudantes que apresentem as maiores dificuldades financeiras para a permanência na UTFPR;

- Ampliar em 100% o número de atendimentos médico-odontológicos nos campi da universidade;

Durat (2021) comenta que as cotas sociais foram aprovadas com unanimidade, mas não há nenhuma referência a cotas raciais. Na UTFPR, a questão das cotas raciais parece se adequar ao que Muller e Surel (2002) chamam de "a não decisão controvertida" em que o problema é objeto de controvérsia pública muito viva para a produção e/ou legitimidade de uma política pública (MULLER e SUREL, 2002, p.23)

A Universidade, neste caso, tem um histórico que perpassa por situações de pobreza e vulnerabilidades bem aceitos na comunidade acadêmica, mas as cotas raciais se tornam um elemento de "não decisão".(MULLER e SUREL, 2002, p.23)

Com a deliberação 4/2009 do COUNI a Universidade adere ao termo de referência do SISU do MEC e substitui o vestibular pela nota do ENEM. A reserva de vagas de estudantes de escola pública continua sendo 50% (DURAT, 2021, p.154).

A partir daí, uma pesquisa importante foi com as professoras Lindamir Salet Casagrande e Ângela Maria Freire de Lima e Souza, que se propõem a analisar a participação feminina e masculina nas duas universidades (UFBA e UTFPR) nas engenharias e licenciaturas. Elas se propõem a realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa, a partir de questionários enviados aos (as) estudantes. Na primeira etapa, os dados foram quantitativos e foi realizado um levantamento quantitativo na UFBA e em dois Campi da UTFPR: Pato Branco e Curitiba. A pesquisa qualitativa foi publicada em outro texto.

Em relação a pesquisa quantitativa, conclui-se que as mulheres são minoria nas Engenharias pesquisadas, não chegando a 15% de estudantes a Engenharia Mecânica. No Campus Pato Branco a Engenharia Civil possuía um dado mais equitativo de homens e mulheres. A pesquisa também apresentava uma maioria absoluta de brancos (as), na UTFPR, apenas dois homens e três mulheres se autodeclararam pardos (as). (CASAGRANDE e SOUZA, 2017).

No próximo capítulo, iremos apresentar os dados quantitativos das universidades, a partir das políticas afirmativas.

5 ANÁLISE DE DADOS DE ACESSO ÀS ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DE HOMENS E MULHERES NEGRAS(OS) E BRANCAS(OS)

5.1 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DE PESQUISA

“... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais.” ... (GONZALEZ, 2020, p.75)

A ativista e pensadora negra Lélia Gonzalez inicia seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” apontando a identificação do dominado com o dominador e como o discurso de dominação pode “domesticar” o negro. Assim ela utiliza as noções de “consciência” e “memória”. Consciência se entende como “o lugar do desconhecimento do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. (GONZALEZ, 2020 p.78).

A memória seria “o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita o lugar de emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.” (GONZALEZ, 2020 p.78). A autora afirma que

Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura ocultando a memória, mediante a imposição de que ela consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso ela fala através das mancas do discurso da consciência (GONZALEZ, 2020, p.79).

Para começar, esta análise pretende transformar a “consciência em memória” Evidenciar a memória escondida nos dados da consciência. Como a ciência não é

neutra, ela atende a interesses que podem deixar a consciência mais evidente, utilizando uma frase clichê: “não sou eu que estou falando, são os dados”. Mas os dados sob outra perspectiva, podem deixar a memória se mostrar.

Outro fato é que a história contada também remete ao lugar de fala. O branco parece ter mais autoridade para falar do lugar do negro. Nesta análise de dados, o desafio é uma mulher negra dentro da academia realizando uma análise científica (a partir de suas premissas europeias), utilizando a memória para mostrar o jogo da consciência. Esta mesma ciência que já criou pressupostos de verdade em relação a inteligência e a humanidade de homens e mulheres negras. Ou como Ochy Curiel (2020) retoma o conceito de “colonialidade do poder”, que é um tipo de racionalidade técnico científico neutro, objetivo, universal e positivo por isso válido. Uma das características deste conhecimento “é assumir que quem foi definido como outro , aqueles que representam a diferença colonial são geralmente os objetos de pesquisa: mulheres negras, empobrecidas, pobres, indígenas migrantes do Terceiro Mundo.

Esta autora retoma a questão trazida por Lélia Gonzalez, que normalmente os privilégios de quem produz conhecimentos sobre esses outros e essas outras parecem inquestionáveis. Este conhecimento é visto pela autora como uma “colonização discursiva” ou “violência de gênero” (CURIEL, 2020, p.133).

O racismo genderizado se expressa no fato que os dados apontam que as mulheres brancas, embora sem uma representatividade expressiva nas engenharias em termos de número, detém as melhores notas, mesmo em relação aos homens brancos. As mulheres negras ainda se encontram em números restritos e muitas não se mantêm nos cursos.

De acordo com análise da Pnad Contínua de 2017, considerando Engenharias e Agronomia, aumentou a proporção de homens nos últimos biênios: de 82,4%, em 2012-2013, para 85,4%, em 2016-2017. Os (as) ocupados (as) em Engenharias no Brasil são brancos(as). Estima-se que os (as) brancos(as) eram 81,1% do total de engenheiros ocupados no biênio 2012-2013, 81,3% em 2014-2015 e 81,4% em 2016-2017. Destes, no biênio 2012/2013, 82,4% são homens e 17,6% são mulheres, de 2014/2015 84,7% são homens e 15,3% são mulheres e de 2016 a 2017, 85,4% são homens e 14,6% são mulheres.

Percebe-se uma diminuição gradativa de mulheres nas Engenharias. Considerando os dados de cor/ raça de predominância de brancos (as) pode-se dizer que raça e gênero entrecruzam.

Para que os resultados da pesquisa possam mostrar se há uma superação do racismo genderizado, a partir das políticas afirmativas, serão realizadas análises utilizando o arcabouço teórico de teóricas negras, dentro das perspectivas decoloniais, para que essas vozes possam colocar em evidência a interpretação dos dados quantitativos.

Em relação a pesquisa em tela, mesmo considerando o trabalho com duas universidades federais no mesmo estado, a forma de organização de dados é distinta, como destacado anteriormente. Então, foi necessário olhar os dados existentes, estudá-los e transformá-los em variáveis, para que pudessem ser comparados.

De acordo com Roberto Hernandez Sampieri, Carlos Fernandez Collado e María del Pirlar Baptista Lucio (2013) variável é uma propriedade que pode oscilar e cuja variação pode ser medida ou observada. Para os autores:

As variáveis adquirem valor para a pesquisa científica quando conseguem se relacionar com outras variáveis, ou seja, se fazem parte de uma hipótese ou de uma teoria. Neste caso elas costumam ser chamadas de "constructos ou construções hipotéticas" (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013, p. 114).

Cada universidade tinha dados diferenciados e similares no seu banco de dados. O desafio então foi selecionar os dados, nominá-los, compreendê-los. E para que estas variáveis possam se relacionar, é necessário transformá-las em variáveis numéricas. Então, cursos, sexo e ingresso a partir de ações afirmativas eram dados que as universidades tinham em comum, sendo por isso utilizados nesta etapa da pesquisa.

Para análise de dados das engenharias das duas universidades, optou-se por nominar as seguintes variáveis: sexo, concorrência (a partir de ingresso de cotistas e não cotistas), cursos de graduação e formas de evasão.

A palavra (SEXO) como já pontuado, refere-se a sexo dicotômico. Assim, para considerar de forma geral a categoria "mulheres" e mesmo "homens" as mulheres serão tratadas como "anafêmeas" e os homens como "anamachos" nas análises de tabelas e gráficos, de acordo com o conceito de Oyëwùmí que forjou estes termos para se referir a anatomia do corpo, sem oposições binárias. Estes conceitos tratam de hierarquia entre ocupações e não orientação sexual, por estes dados não estarem disponíveis nos sistemas acadêmicos, como veremos adiante. Esta análise e a utilização dos termos não exclui as opressões vividas pelas mulheres, mas as afasta

a categoria de sexo dicotômico da forma como é utilizada nos sistemas. Então, nos gráficos, a referência dos títulos é baseada nas tabelas, com a utilização dos termos gênero, concorrência, raça/cor. Porém, a descrição e análise utiliza o termo anafêmeas e anamachos de acordo com Oyěwùmí.

Em relação aos dados da Universidade Federal do Paraná, a planilha foi organizada a partir dos bancos de dados dos vestibulares, de 2004 a 2019. Embora a universidade já possua a resolução 29/15, que "dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), para fins de inscrição nos processos seletivos e registros internos de discentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e dá outras providências" (UFPR, 2015), esse dado não é destacado na planilha e foi criado um rótulo para masculino e feminino. Esta legislação traz a terminologia trans, com referência a travestis, transexuais e transgêneros e determina que o nome social é utilizado para identificação pública, enquanto o nome civil fica restrito a procedimentos de compatibilização documental. Na legislação da UFPR, porém, há uma referência ao uso de banheiros, vestiários e espaços segregados por gênero de acordo com a identidade de gênero.

Na UTFPR, há duas instruções normativas conjuntas que tratam do nome social: uma é a 001/2015 que "dispõe sobre os procedimentos para o uso do nome social para as pessoas transgêneras do corpo discente nas dependências da UTFPR".(UTFPR, 2015). Este documento assegura que o nome social é utilizado nos diários de classe, crachá e endereços eletrônicos e o civil na emissão de documentos oficiais. Em 2017, é criada a instrução normativa 001/2017 que "dispõe sobre procedimentos para o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero por pessoas travestis e transexuais do corpo discente, nas dependências da UTFPR e revoga a Instrução Normativa Conjunta n. 001/15 – PROGRAD/PROPPG/PROREC" (UTFPR,2017).

A segunda legislação se baseia na terminologia utilizada no decreto presidencial 8727, de 28 de abril de 2016, que se refere ao nome social na administração pública federal. Neste documento, porém, assegura:

A UTFPR poderá empregar o nome civil da pessoa trans, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros(BRASIL, 2016).

O documento anterior mostra uma preocupação com a questão burocrática da política, ou seja, que o nome civil tem que ser utilizado quando o documento é gerado. Nesta revisão, não há essa obrigatoriedade, além da mudança da terminologia, que a lei prevê. O decreto presidencial 8727, de 28 de abril de 2016 que traz a terminologia identidade de gênero:

Identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento. (BRASIL, 2016)

Ambas as universidades adotaram a legislação do nome social, mas ainda consideram a necessidade do(a) estudante determinar um dos sexos biológicos. E mesmo os dados referentes a estudantes trans não se encontram no sistema acadêmico, de forma a ser estudados e analisados. A professora Megg Rayara, primeira professora travesti negra na UFPR, considera que discutir racismo implica em reconhecer que sua forma de operação envolve além de questões de gênero, também identidade de gênero e orientação sexual. A naturalização de identidades binárias, rígidas e cristalizadas são obstáculos para pessoas negras que não estão incluídas nessas "normatizações"(OLIVEIRA, 2018). Exemplo da visão dicotômica de gênero é a falta de dados, além da necessidade da definição do nome civil, e a escolha de um sexo, como se o gênero fosse apenas binário.

Lugones (2020) afirma que o capitalismo eurocêntrico global se constitui a partir da colonização e diferenças de gênero foram introduzidas onde anteriormente, não havia nenhuma. Muitas comunidades tribais de nativo-americanos eram matriarcais reconheciam positivamente a homossexualidade e o "terceiro gênero" e o gênero em termos igualitários, sendo que a subordinação foi imposta pelo capitalismo eurocêntrico. Hoje a universidade incorpora a visão do sexo biológico devido aos seus processos burocráticos.

5.2 A POLÍTICA DE COTAS E SUA TERMINOLOGIA

Há várias categorias de cotas pelas diferenças da política de cotas. Conforme vimos anteriormente, a UFPR implantou a política de cotas no segundo semestre de 2003. A aprovação pelo Conselho de Pesquisa e Extensão foi em 2004 e começou a

valer em 2005. Como não havia uma lei federal que regulamentasse a política de cotas, a UFPR reservava 20% das vagas para cotas sociais (candidatos que cursaram ensino fundamental e médio em escola pública) e 20% de cotas raciais, assim como suplementares para estudantes indígenas. Assim, encontra-se cota racial preta, cota racial parda, cota racial indígena e cota social, referentes a esses dados.

A UTFPR implantou cotas sociais em 2008 com 50% de estudantes que viessem de escola pública. Foi 30% a mais que a UFPR de cotas chamadas sociais, e as cotas raciais são implantadas apenas em 2013, a partir da Lei nº 12.711/2012 chamada "Lei de Cotas" que estabelece:

Art. 1º as instituições federais de educação superior vinculadas ao ministério da educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012)

Ou seja, 50% das vagas são para cotistas e, destes, 50% com renda inferior a 1,5 salário-mínimo, criando os cotistas independentes de renda e escola pública, independentes de renda, escola pública e cotistas raciais PPI (preto, pardo e indígena) com renda percapita inferior a 1,5 salário mínimo e escola pública e 1,5 salário mínimo e cotistas raciais. Apesar dos cotistas raciais estarem na mesma cota (preto, pardo e indígena) e terem o critério escola pública que não havia anteriormente, houve uma ampliação do ingresso destes na universidade, pois o acesso às cotas era apenas na segunda fase do vestibular, o que foi mudado com a política de cotas.

A Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711/2012 incluindo as pessoas com deficiência também na categoria escola pública, com renda superior e inferior a 1,5 salário mínimo e cota racial ou não.

A ideia do trabalho é analisar o ingresso nas engenharias, que eram variadas. Então, optou-se por criar os rótulos a partir da tabela das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que são as seguintes: Engenharias, Licenciaturas, Tecnólogos, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas. De acordo com esse catálogo, a Agronomia não está

listada nas engenharias (como os dados gerais anteriores do PNAD) mas se encontra nas Ciências Agrárias.

As Engenharias, Tecnólogos e Licenciaturas foram divididas de formas diferentes a título de organização de estudo. Na UTFPR, no sistema, os cursos estão divididos entre Tecnólogos, Bacharelados e Licenciaturas. As Engenharias têm essa terminologia no Catálogo da Capes, mas como será ao final realizada uma pesquisa comparativa, as engenharias terão uma subdivisão de acordo com o catálogo da CAPES, que as subdivide em Engenharias e Ciências Agrárias. Todas as Engenharias voltadas a questões agrárias, de alimentos não serão delimitadas neste estudo. As demais, que tem uma ênfase maior na matemática, serão categorizadas como Engenharias também pelo fato de ter um número mais equilibrado nas duas universidades, o que permite estudá-las em conjunto.

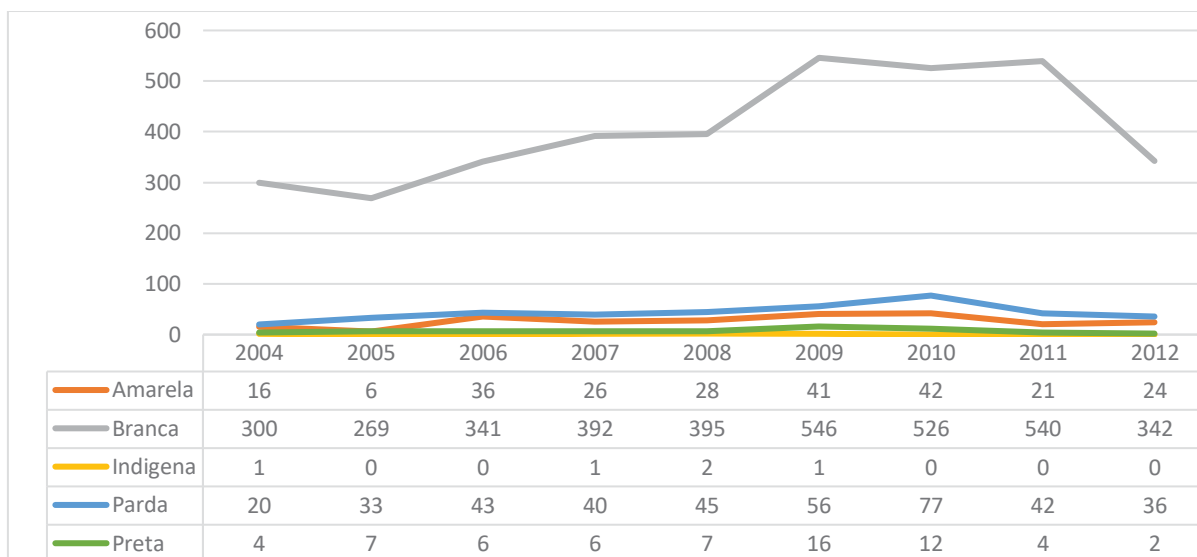
5.2.1 A Universidade Federal do Paraná e as Engenharias

Conforme apresentado anteriormente, a UFPR inicia suas políticas afirmativas raciais a partir de 2004. Os dados dos cursos de Engenharia dos diversos Campus da UFPR foram agregados. A partir do critério estabelecido anteriormente, em relação a seleção dos cursos que seriam pesquisados, foram selecionados os seguintes: Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Engenharia Elétrica (Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações), Engenharia Elétrica com Ênfase em Sistemas Eletrônicos Embarcados, Engenharia Mecânica e Engenharia Química. Os cursos de Engenharia foram compilados, em 5 blocos, que tem uma linha comum, para facilitar os gráficos, além de serem somados números de todos os Campi. Ao final ficou organizado da seguinte forma: Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Os Campi da UFPR são: Curitiba, Jandaia do Sul, Matinhos, Palotina, Pontal do Paraná e Toledo.

Para entender um pouco o contexto geral das políticas afirmativas nas engenharias antes da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, apresenta-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E ANO DE INGRESSO ANTES DE 2012



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

De acordo com o gráfico, a partir da classificação racial do IBGE, temos amarelo (referindo-se a orientais, como japoneses, chineses, coreanos), branca, indígenas (aldeados ou não), pretos e pardos.

No gráfico 2, os dados da UFPR apontam que de 2004 a 2011, há um número elevado de pessoas autodeclaradas brancas, aumentando gradativamente até 2011. Em 2004, temos 6,8% de brancos (as), 0,4% de pardas (os) e a 0,09% de pretos (as) pretas. Indígena 0,02%, correspondente a apenas uma pessoa.

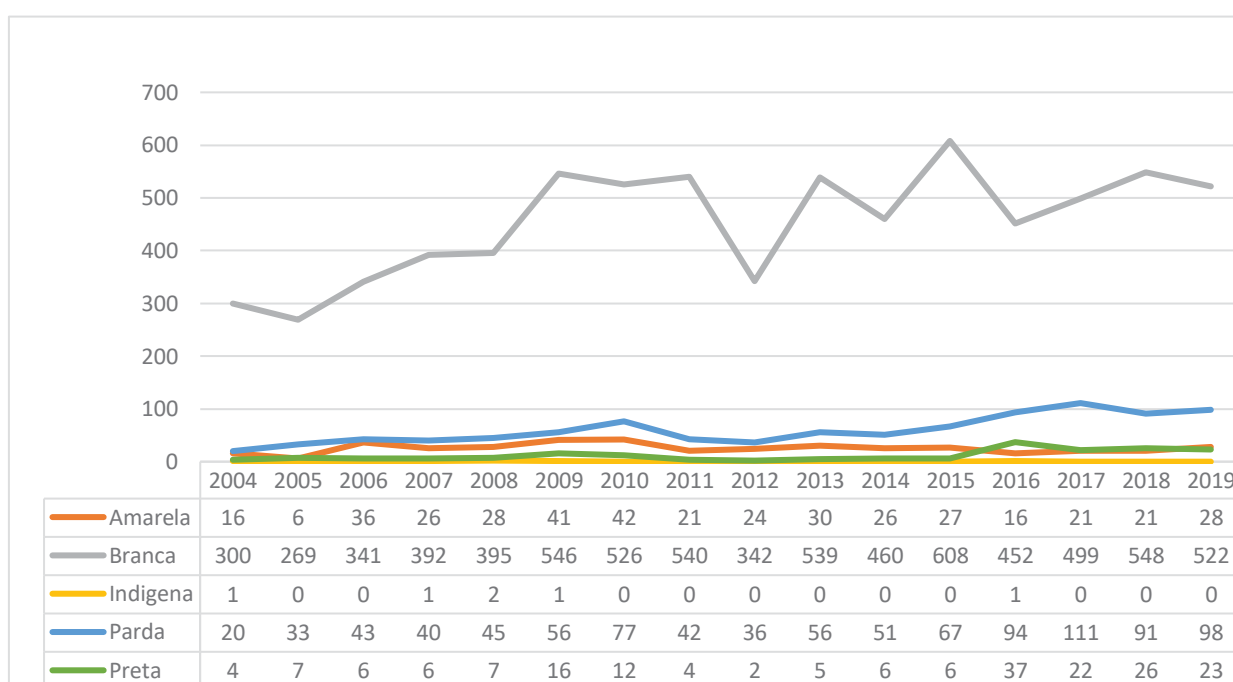
A Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023 altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho. No imaginário popular, afirma-se que preocupar-se com raça/cor das pessoas teria um caráter racista. Esta visão leva as pessoas a não se autodeclararem muitas vezes em pesquisas oficiais ou nas instituições, visto que temos uma cultura de “boa aparência” voltada a hegemonia branca, principalmente em relação a um colonialismo de saber que impera nas universidades.

Então é importante uma lei que se proponha a apontar os “amefricanos” (utilizado por Lélia Gonzalez se referindo a “todos nós”, para atingir uma consciência de nós mesmos como descendentes de africanos) deste país. O valor metodológico da palavra “amefricanos” tem o intuito de resgatar uma “unidade específica” forjada

no interior de diferentes sociedades e será utilizada na análise, se referindo a pretos e pardos em conjunto.

Pela Lei nº 14.553, é necessário que os registros administrativos da administração pública ou privada contenham dados referentes ao critério de autotransclassificação de segmento étnico e racial de americanos, mas esta lei é válida para 2023 e nos dados da UTFPR, não estava em vigor, por isso possuem muitos dados raciais sem informação.

GRÁFICO 3 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E ANO DE INGRESSO



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

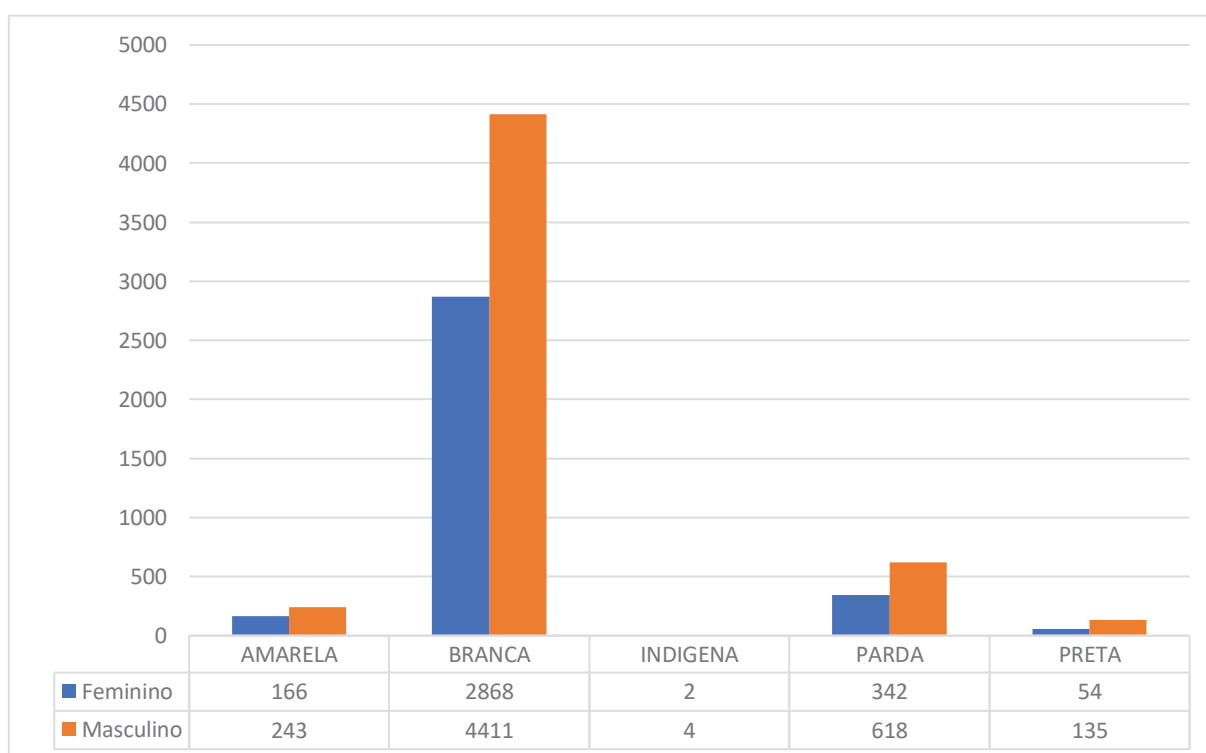
O gráfico 3 apresenta o ano de ingresso com o quesito raça/cor até 2019, sendo possível observar o aumento de americanos após a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. De forma geral, em 2015, observa-se um aumento de pretos, que tem uma diminuição em 2017 e se mantém em um número equilibrado. Os pardos também ampliam em 2016 como os pretos. Em relação a população branca, existe uma diminuição do índice no período de 2015 para 2016, que acompanha o aumento de pretos e pardos.

A Universidade Federal do Paraná realizou uma mudança gradativa da política de cotas existente para a Lei nº 12.711 e no vestibular 2015/2016, a PROGRAD aprovou a aplicação das cotas na primeira fase, o que ampliou o ingresso de cotistas raciais. Mesmo com a Lei de Cotas, a diferença em relação a primeira fase era

pequena e sobravam vagas de cotistas, mas avalia-se que quando houve aprovação da utilização da Lei das Cotas na primeira fase este número aumentou muito, conforme comprova o gráfico. Apesar disso, brancos ainda mantém um número mais elevado que pretos e pardos em conjunto: em 2015, havia 608 brancos e brancas para 73 amefricanos (as). Em 2016, havia 452 brancos e brancas para 131 amefricanos (as).

O gráfico 4 apresenta as anafêmeas e anamachos amefricanos, referente ao total das engenharias, de 2004 a 2019. A seguir, a referência ao feminino e masculino será utilizado a partir da categoria “anafêmeas” e “anamachos” (e lembrando, a referência é a pessoas negras, de forma geral, será utilizada a categoria amefricanidade, ou seja, negros amefricanos, para não descaracterizar as pessoas a partir dos dados).

GRÁFICO 4 – CRUZAMENTO GÊNERO E RAÇA/COR



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

Observando as cores no gráfico, os autodeclarados da raça amarela tem um número mais equilibrado de anafêmeas e anamachos que os demais, embora o número de anamachos seja maior. Em relação aos brancos, os anamachos se encontram em um número maior que todas as demais categorias, inclusive

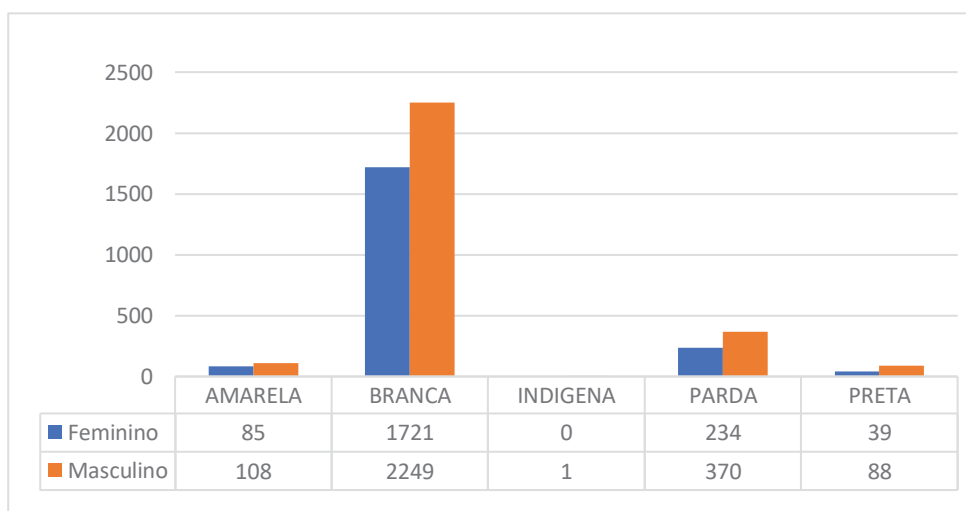
amefricanos de forma geral e em seguida, anafêmeas brancas também estão em maior número que as demais anafêmeas.

Em relação, porém aos anamachos pretos e pardos somados que chegam a um número de 753, estes ainda ficam muito abaixo do número de anafêmeas brancas (2868) que ingressaram nas engenharias na Universidade Federal do Paraná. Anamachos pretos estão em menor número em relação a todas as outras raças e as anafêmeas pretas. O número de anafêmeas pretas é 54 e pardas é 342, ou seja, quase 6 vezes mais.

Estes dados apontam a questão histórica das anafêmeas pretas, que são mais discriminadas na lógica racista brasileira. Como considera Lugones (2020), o status das anafêmeas brancas no capitalismo eurocêntrico é inferior as anafêmeas indígenas nas sociedades pré-coloniais e das anafêmeas iorubás. Porém, quando se trata de mulheres amefricanas em sociedades Ocidentais, elas nem tem status porque são vistas como não humanas. Esta formação racista nas sociedades Ocidentais leva as anafêmeas negras a acessarem menos os cursos universitários, principalmente na área de exatas. Quando se pensa que os anamachos acessam mais as áreas exatas, os anamachos negros acessam menos que as anafêmeas brancas.

Na tabela 5, os dados elencados são de raça/cor e sexo após 2012, referente ao total das Engenharias, quando as políticas afirmativas são ampliadas com a Lei 12.711:

GRÁFICO 5 – CRUZAMENTO GÊNERO E RAÇA/COR DEPOIS DE 2012

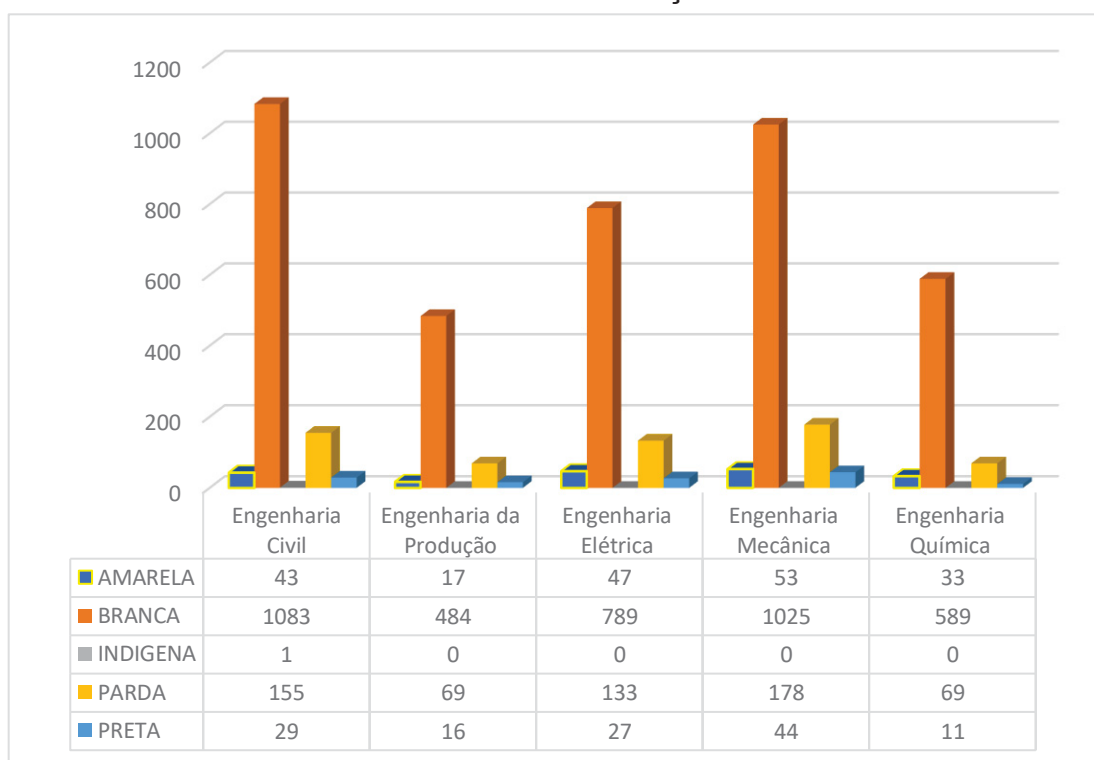


Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

No gráfico 5, permanece tanto o número mais elevado de anafêmeas e anamachos brancas e brancos. Apesar de anamachos pretos continuarem sendo menos do dobro dos anamachos brancos, eles quase dobraram depois de 2012, com a Lei de Cotas. As tendências anteriores permaneceram: o número de anafêmeas brancas muito superior a anamachos amefricanos. Houve uma diminuição de estudantes indígenas nesta categoria de políticas afirmativas.

O gráfico 6 realiza um cruzamento de cor, raça e curso, como os anteriores, considerando as engenharias:

GRÁFICO 6 – CRUZAMENTO RAÇA/COR E CURSO

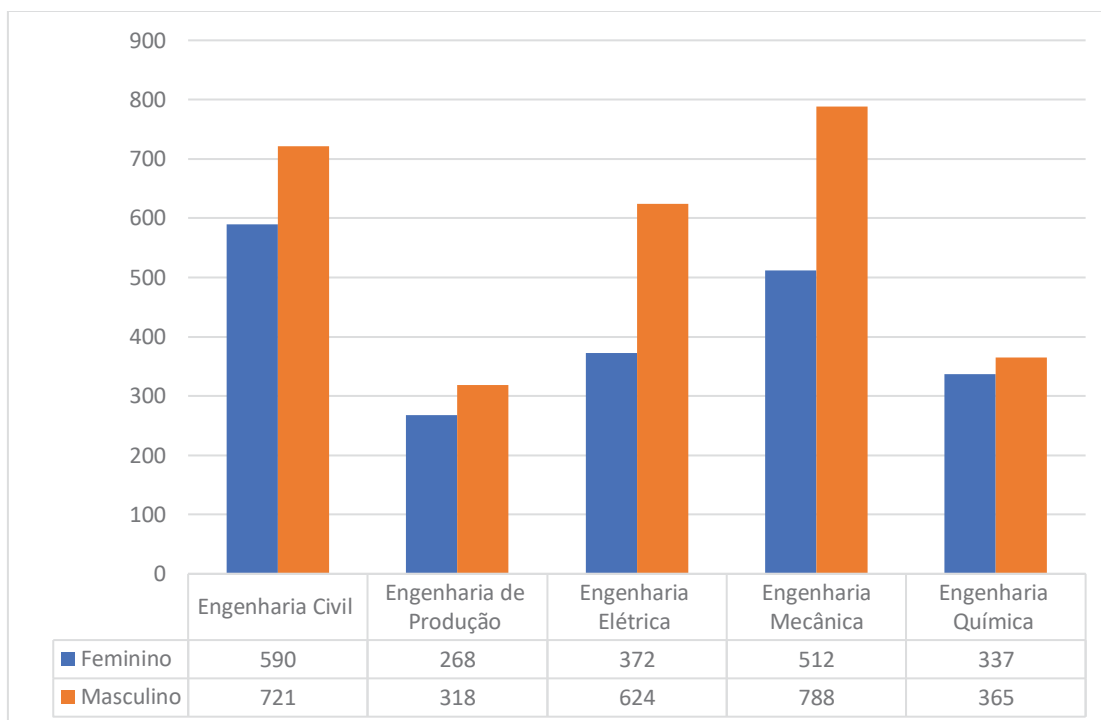


Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

Observa-se que em todas as engenharias, anamachos e a anafêmeas brancos e brancas estão em um número muito mais elevado. Neste gráfico, destaca-se a raça por cursos. Tem mais estudantes pretos e depois pardos em engenharia mecânica, depois a civil e a elétrica, mas a grande maioria é de estudantes brancos. Na visualização, pode-se perceber como os blocos de cor laranja ficam muito acima de outras raças.

O gráfico 7 apresenta um recorte de gênero, das engenharias, dos dados anteriores:

GRÁFICO 7 – CRUZAMENTO GÊNERO E CURSO

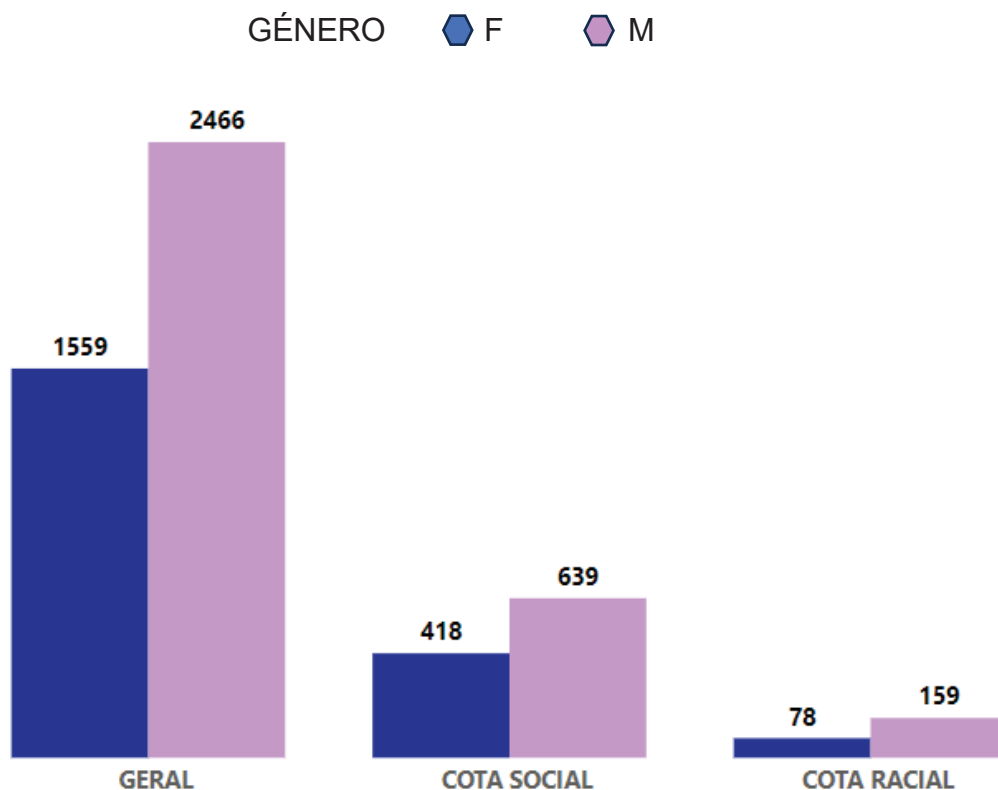


Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

Estes dados são com cruzamento de gênero, após 2012. Observa-se que as anafêmeas, de forma geral, tem um aumento nos números nos cursos, mas ainda se mantém em um número muito menor que os anamachos. O número de anafêmeas mais contrastante com anamachos de acordo com o gráfico são nas engenharias elétrica e mecânica e mais distribuído entre os gêneros é engenharia química. As engenharias mecânicas, depois a civil e a elétrica, que de acordo com o gráfico anterior possuem mais estudantes pardos e pardas, se caracterizam neste gráfico pelo maior índice de anamachos.

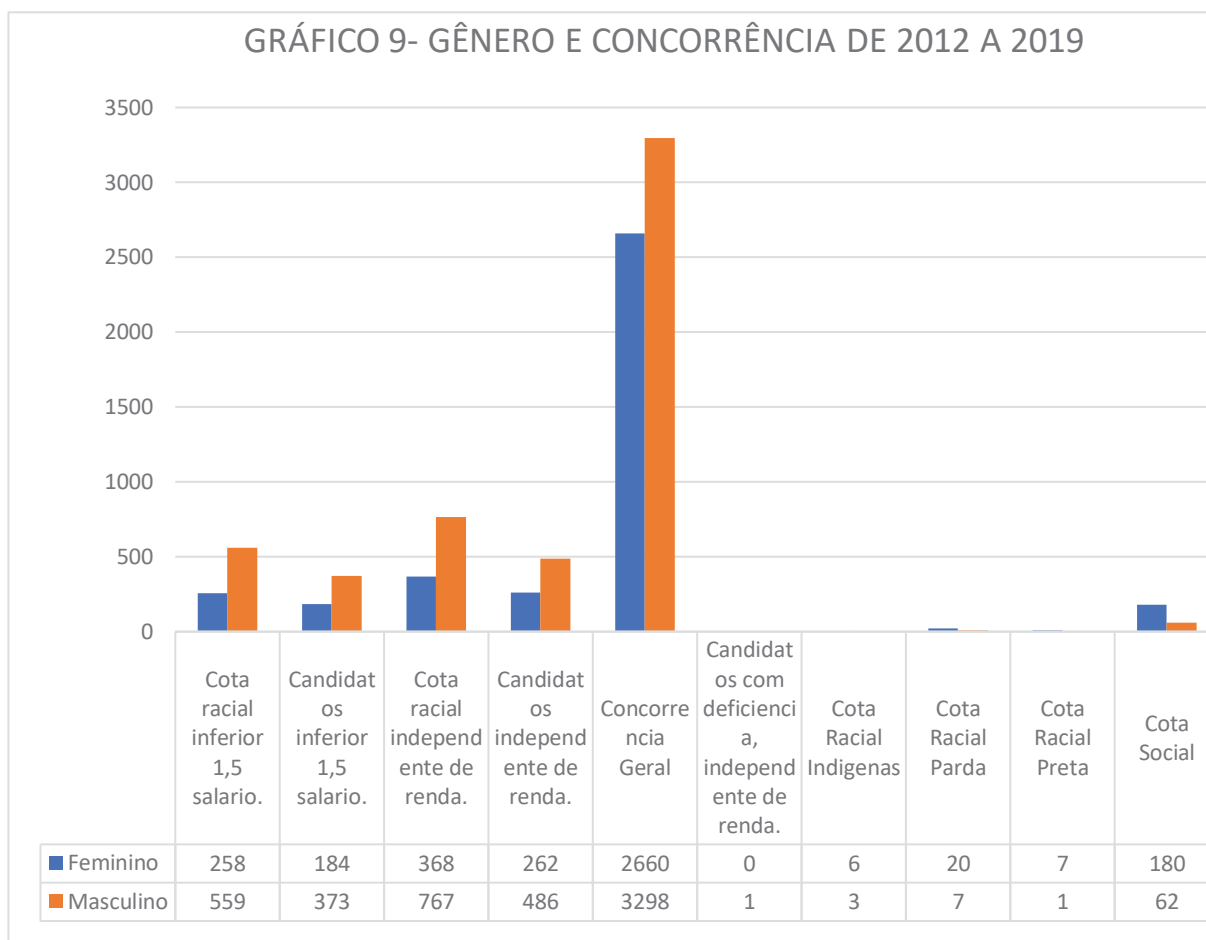
No gráfico 8 e 9, será analisada a relação entre gênero e concorrência diretamente relacionados aos dados de cotistas. A UFPR iniciou suas cotas raciais em 2004, com impacto nas turmas de 2005.

GRÁFICO 8 - GÊNERO E CONCORRÊNCIA DE 2004 A 2011



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

O gráfico 8 mostra o período inicial das políticas afirmativas raciais na UFPR, antes da Lei nº 12.711/2012. O número de anamachos brancos é muito superior ao número de anafêmeas brancas. Em relação a concorrência geral os anamachos brancos são 46,3% e as anafêmeas brancas 29,3%. Nas cotas sociais, relativas a estudantes advindos de escola pública, 8% são de anafêmeas e 12% de anamachos. Em relação as cotas raciais, o número de anamachos é de 3% e de anafêmeas de 1,5%. Percebe-se que o número de cotas sociais é maior que as raciais, mas em relação a concorrência geral, o número de vagas reservadas é muito menor.



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UFPR

Em relação ao gráfico 9, as cotas raciais de indígenas, parda e preta e a cota social ainda se mantém para mudança gradativa em relação a Lei nº 12.711/2012. Em 2017, a lei é alterada para o ingresso de pessoas com deficiência no mesmo critério das demais, sendo o número exíguo como observado nos dados, um anamacho com deficiência sem recorte racial ou de renda. A cota racial preta e parda somadas é muito menor que as demais cotas raciais, mostrando como a lei ampliou a reserva de vagas.

É importante destacar que a cota social anterior a 2012 é diferente do que se entende por cota social depois de 2012. Cria-se a metade de reserva de vagas (além de escola pública) com renda inferior a 1,5 salário-mínimo.

A concorrência geral (relativa a anamachos e anafêmeas brancos e brancas) ainda é superior. Todas as cotas têm um número maior de anamachos, destacando a de “independentes de renda”, que tem um número mais elevado que as demais. Os resultados que a professora Claudia Moreira destacou no estudo que se priorizou mais

a questão social que a racial fica evidente nos dados, inclusive nas cotas sociais que eram distribuídas antes da lei 12.711. Porém, neste caso, o público de anafêneas é menor em todas as categorias de cotistas e na concorrência geral. Mas as diferenças ficam maior entre cotistas que na concorrência geral. Por exemplo, na concorrência geral são 3298 anamachos para 2660 anafêneas, na cota racial independente de renda são 482 anamachos para 262 anafêneas, ou seja, quase o dobro. No caso de candidatos com renda inferior a 1,5 salário-mínimo é o dobro: anamachos (373) e anafêneas (184). Na renda inferior a 1,5 salário-mínimo as anafêneas e anamachos estão em número maior que a categoria anterior com recorte de renda, mas o número de anamachos é bem superior também (559) para 258 anafêneas. A cota social anterior a Lei nº 12.711 também é superior a preta, parda e indígena juntas.

Para Patricia Hill Collins, teórica feminista negra estadunidense, “a epistemologia constitui a teoria geral do conhecimento”, investiga padrões de avaliação, o porquê. Mas a epistemologia se constrói a partir das relações de poder, do que é considerado confiável ou não. (COLLINS, 2020, p.140). Os padrões encontrados nos dados em relação a UFPR é a maioria de anamachos, brancos de forma geral em relação as anafêneas. O número de anafêneas brancas vem aumentando, inclusive ultrapassa o número de anamachos negros.

Collins (2020) reforça os processos políticos que influenciam a validação do conhecimento nos Estados Unidos da América, enquanto representante de um estado hegemônico de poder, pontuando dois critérios: uma formulação apresentada como verdade é submetida a um conjunto de especialistas com experiências sedimentadas com as opressões interseccionais do grupo a que pertence; um acadêmico que produza conhecimento precisará convencer uma comunidade acadêmica, controlada por uma elite branca. Em segundo lugar, a comunidade de especialistas para manter credibilidade em um grupo mais amplo, raramente questiona crenças predominantes na cultura. (COLLINS, 2020, p.143).

Uma das premissas em uma sociedade eurocêntrica é o raciocínio matemático das exatas pertencer ao gênero masculino. A autora ressalta que os “especialistas” podem buscar romper o feminismo negro, uma vez que a visão eurocêntrica ainda “defendem, sem hesitar, imagens controladoras de mulheres negras, retratando-as como “mães pretas”, matriarcas e hipertextuais, permitindo que tais noções de senso comum permeiem seus escritos”. (COLLINS, 2020, p.143)

A participação minoritária de anafêmeas e ainda mais restrita de anafêmeas negras, mostram que a comunidade científica formada nas engenharias ainda é predominantemente branca, masculina e heterossexual.

5.2.2 De Escolas de Aprendizes Artífices a Universidade Tecnológica Federal do Paraná

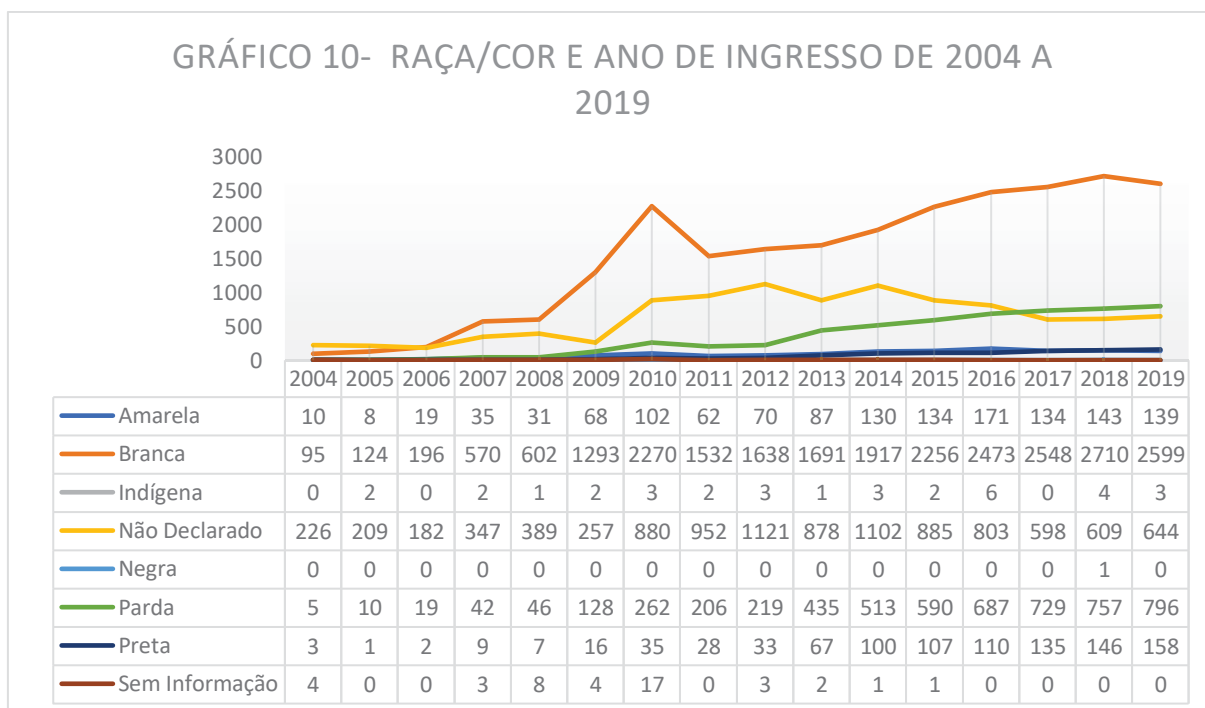
A Universidade Tecnológica Federal do Paraná iniciou suas Políticas Afirmativas Raciais após a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Como a UTFPR iniciou após uma proposta de CEFET, sempre foi uma Universidade vista como referência principalmente nas engenharias. O número de engenharias é muito maior, como será observado. As engenharias selecionadas foram: Engenharia de Software, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia da Computação, Engenharia de Materiais, Engenharia da Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Industrial de Automação, Engenharia Industrial Elétrica de Automação, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Eletromecânica, Engenharia de Produção Agroindustrial, Engenharia de Produção Civil Engenharia de Produção Eletromecânica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia Química, Engenharia Têxtil, Engenharia Industrial Mecânica.

A UTFPR possui 13 campi no interior, uma das maiores universidades multicampi, o que torna o número de cursos de engenharia muito maior que a UFPR. Os Campi são: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo. As engenharias como a Têxtil por exemplo, atendem as necessidades da cidade no interior onde este curso está inserido.

Na pesquisa, optou-se por manter todas as engenharias (dentro dos critérios pontuados no início da análise) para ter um panorama maior de estudantes, visto que os dados trabalhados referentes a raça racial foram os declarados e muitos não responderam, o que exigiu um arcabouço maior de declarações. Os cursos foram compilados para facilitar a análise. Em outras palavras, com uma amostra maior de cursos, haverá uma amostra mais representativa do questionário da declaração racial realizado dos (as) estudantes.

Há um grande número de não declarados raciais nos dados da UTFPR. O total geral de estudantes de Engenharia de 2004 a 2021 é de 48.855. O total de não declarados neste período é de 12942. Não declarados corresponde a 26,5% do total e sem informação a 0,08% do total. Considerando de 2012 a 2021, período em que pretos, pardos e indígenas se autodeclararam obrigatoriamente para ter acesso as cotas, o total geral é de 37.529 e de não declarados é 9.500. Não declarados corresponde a 25,3% do total e sem informação a 0,01% do total. Como os cotistas não são divididos nos dados de cotistas por pretos, pardos e indígenas, concluiu--se que o número de não declarados na sua maioria sejam brancos e amarelos, o que o percentual de 25,3% após 2012 ainda manteria uma amostra grande de autodeclarados pretos e pardos.

Antes da Lei nº12.711, havia uma autodeclaração não obrigatória nos registros institucionais, pois quem não queria informar deixava o item do questionário institucional em branco, como podemos constatar no gráfico 10:



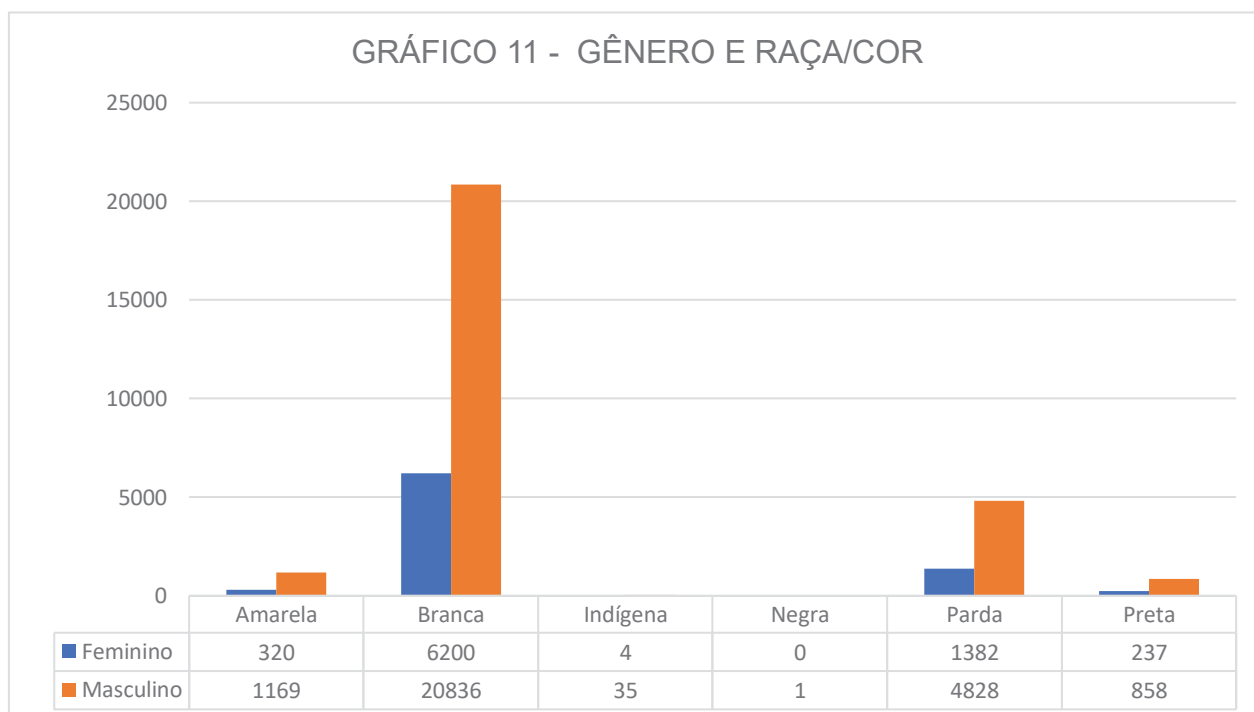
Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

No gráfico 10, a informação racial advém do questionário de estudantes, que tem a opção de não declarar sua raça/cor. Assim, podemos observar que os não declarados tem um percentual grande. Este percentual aumenta em 2011 e depois da Lei nº 12.711, porque a autodeclaração para cotistas e não cotistas é obrigatória.

Apesar de vários (as) estudantes não declarados, o número de pardos é muito maior que o de pretos e muito menor que o de brancos, conforme a UFPR. Depois de 2011, aumenta os números de não declarados, mas também aumenta a autodeclaração de pretos(as) e pardos (as).

São interessantes duas terminologias encontradas no sistema da UTFPR: além de pretos e pardos, existe a categoria negros, com poucas respostas, mas que pelo IBGE negros (as) abrangem pretos (as) e pardos (as). Outra é grupo étnico para se referir as cotas, mas a Lei de Cotas se refere a traços fenóticos, não etnia, porque analisa a cor da pele.

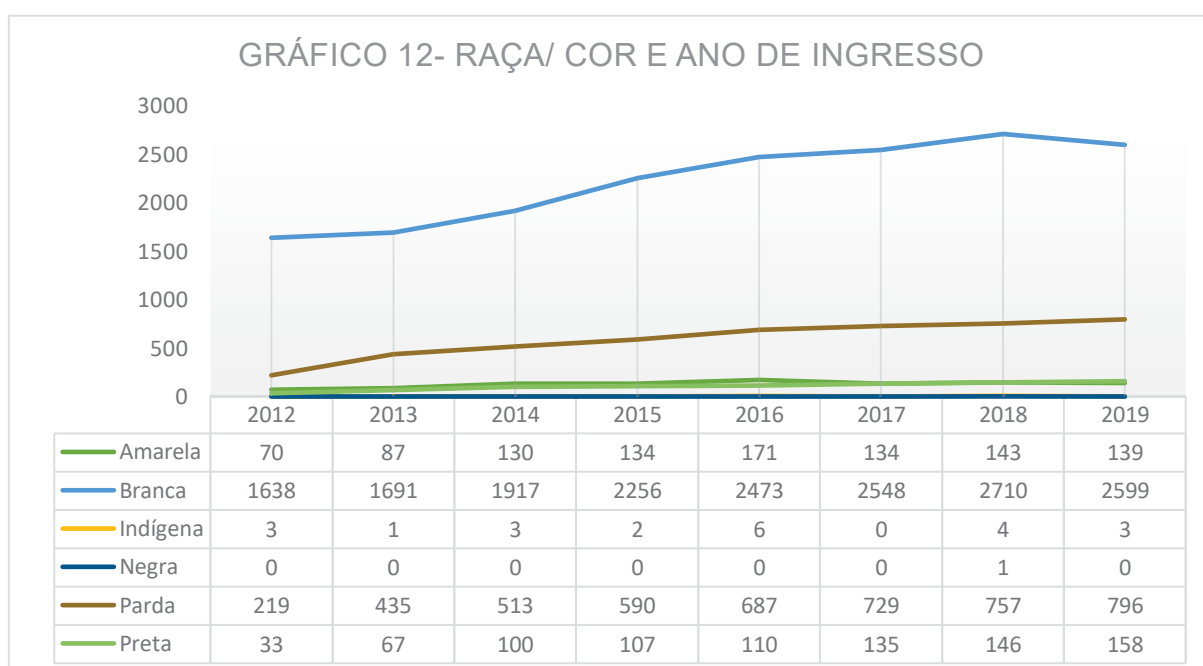
Estes dados foram utilizados e considerados mais confiáveis mesmo como uma amostra do total, (por ter vários não declarados) porque divide as categorias preto e pardo (quando se refere a cotistas de forma geral, os dados são de PPI (preto, pardo, indígena) e não há uma divisão entre eles, apenas pode-se saber o gênero. Mesmo que os indígenas estejam juntos na referência a PPI, quando contados como cotistas, há um número muito pequeno na Universidade que não justifica selecioná-los do todo, conforme será analisado no gráfico 11:



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

No gráfico 11, ao considerar gênero com raça e cor, observa-se que os anamachos brancos tem maioria absoluta, como é possível observar no gráfico com a cor laranja. Sua diferença com as anafêmeas brancas é quase seis vezes maior (de 20.836 para 6200).

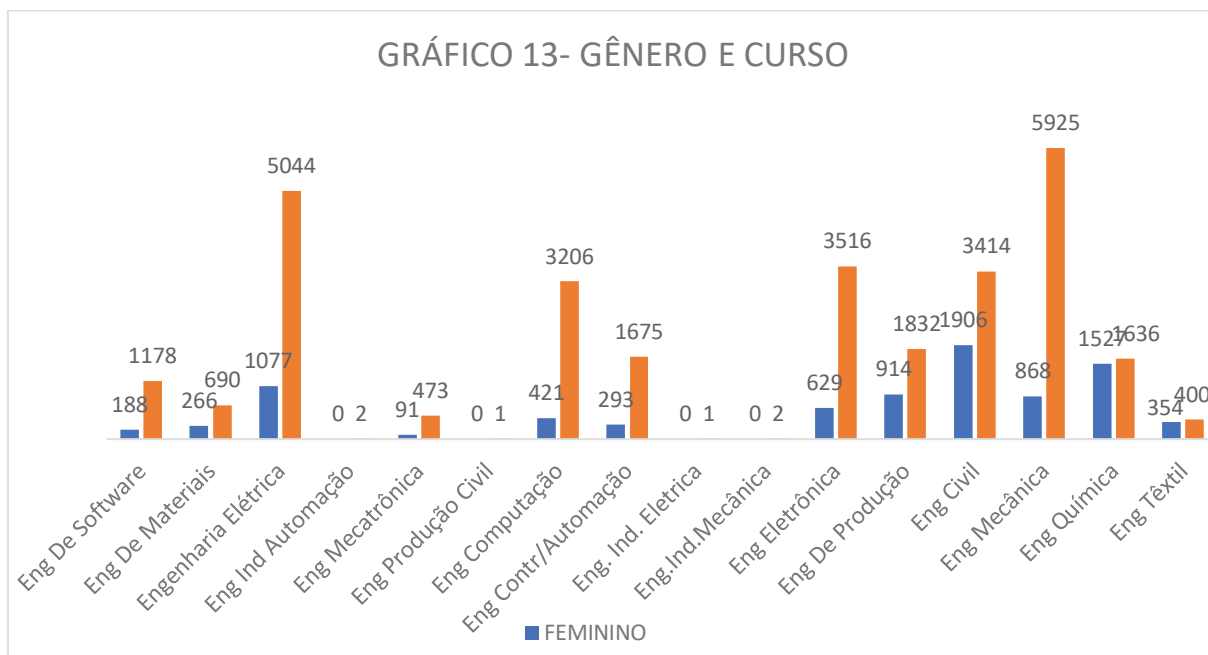
Quanto as anafêmeas (azul porque nesta pesquisa, “meninas podem vestir azul”) observa-se um número muito menor tanto em relação as brancas como pretas e pardas. Mas, ao observar-se os anamachos pretos e pardos, embora também em número inferior as anafêmeas brancas, eles se aproximam mais delas no gráfico. Tanto os anamachos pretos como os pardos marcam uma diferença grande em relação as anafêmeas de sua raça/cor. Os pretos são uma diferença de 858 para 237 e pardos 4828 para 858, no caso de anamachos e anafêmeas pardos e pardas uma diferença de três vezes maior. Em relação ao recorte racial nos anos de ingresso, podemos observar os seguintes dados:



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

No gráfico 12, observa-se que anafêmeas e anamachos brancas (os) são maioria e gradativamente vão aumentando nas engenharias, de 1638 em 2012 para 2599 em 2019. Pretas(os) e pardas (os) também gradativamente vão aumentando, os (as) pardos (as) de 219 para 796 e pretos (as) de 33 para 158, mas mesmo somando pretos (as) e pardo(as) e um negro (a), a diferença para brancos (a) é o

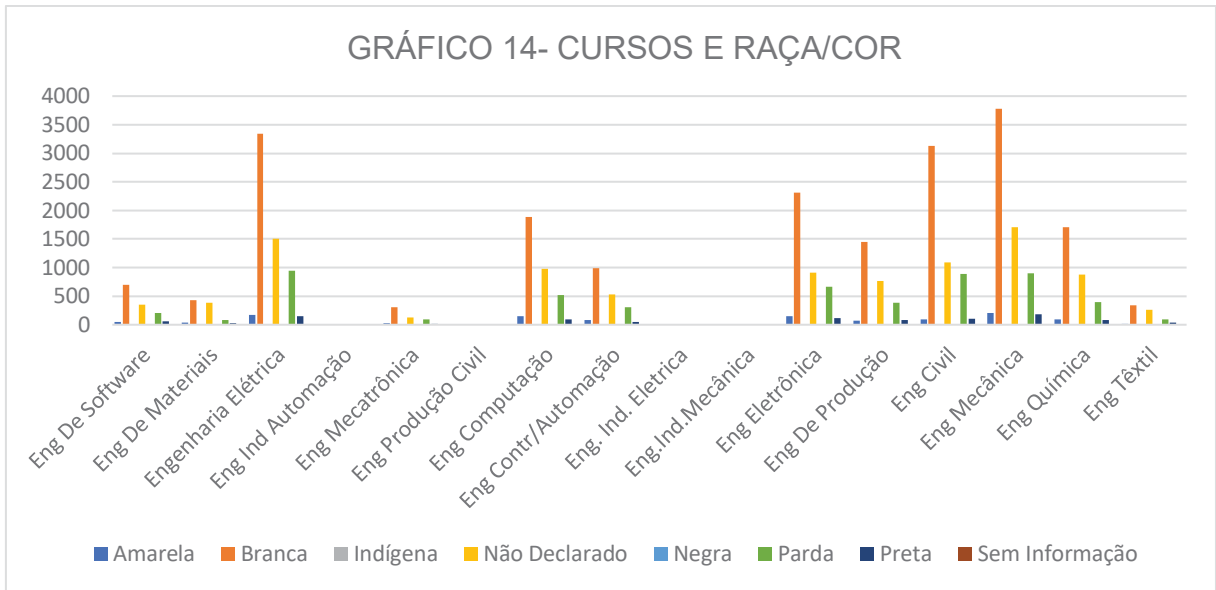
dobro. No gráfico, observa-se que a faixa marrom de pardos sofre um aumento gradativo, de pretos aumenta um pouco e se mantém equilibrado, abaixo das demais e a faixa azul referente a brancos(as) se mantém muito acima das demais, também com um grande aumento e uma queda pequena de 2018 para 2019, mas que não se aproxima das demais raças. Em 2019 o número de brancos(as) tem 273% a mais que pretos (as) e pardos (as).



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

Em relação aos cursos, no gráfico 13, o maior número de anafêmeas é no curso de engenharia civil, seguida de engenharia química e engenharia elétrica. Porém, a diferença entre anamachos e anafêmeas é muito maior, principalmente nos cursos de engenharia elétrica, engenharia eletrônica, engenharia mecânica e engenharia da computação. Na UTFPR o ingresso relativo a gênero é bem desproporcional, mas muito maior em determinados cursos.

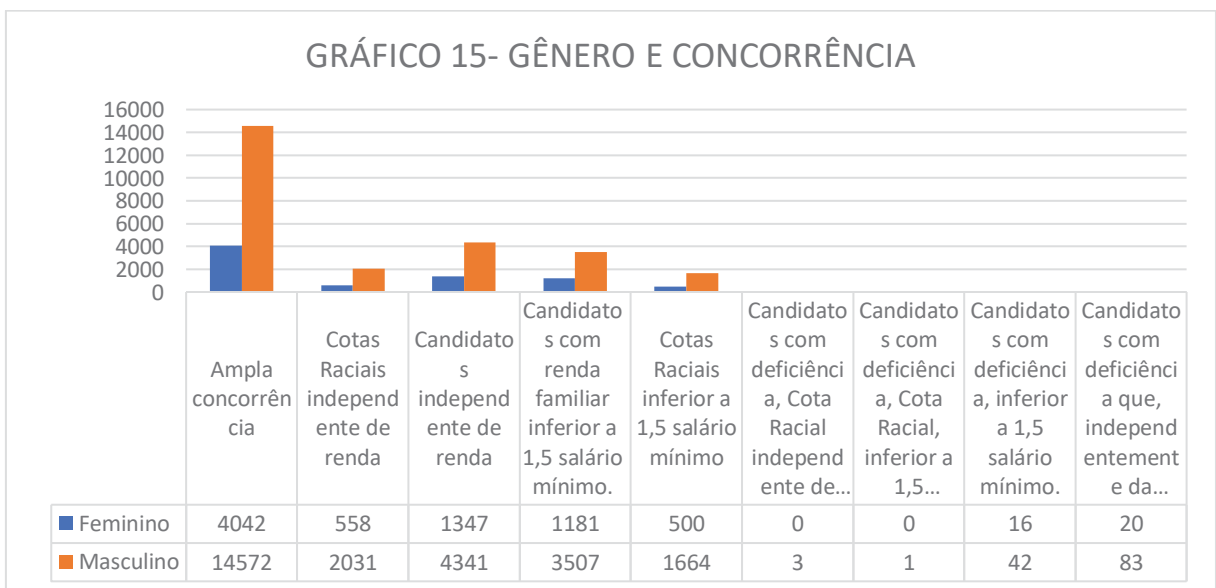
Já em relação a raça/cor relacionando com os cursos, no gráfico 14 a seguir, observa-se uma predominância de anamachos e anafêmeas brancos (a) muito maior em relação a outras raças.



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

No gráfico 14, o curso que apresenta maior número de pardos (as) é Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica. De acordo com a tendência dos números anteriores, pretos são em menor número, mas sua presença é mais perceptível na Engenharia Civil, Elétrica, Eletrônica e Mecânica, considerando negros também. Por outro lado, onde predomina o maior número de brancos(as) é na Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica.

O gráfico 15, faz referência a concorrência, ou seja, as formas de ingresso:



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

Em relação ao gráfico 15, a UTFPR tem uma categoria de sem política de cotas e cotista (primeiros no gráfico de cima para baixo) que se refere a um período anterior a Lei nº 12.711, considerado sem política, mas com metade das vagas reservadas para quem era advindo de escola pública, sem corte racial ou de renda. Muitos desses (as) estudantes eram ex alunos (as) dos cursos técnicos da própria UTFPR, que eram originários da proposta de Escola Técnica do CEFET. Os cursos técnicos começaram a diminuir até acabar, pois com a proposta de Universidade, não havia estrutura para manter.

As demais categorias são criadas após 2012 com a Lei de Cotas citada anteriormente são as seguintes, no edital de 2023:

- I. Categoria a0 - candidatos ampla concorrência: candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- II. Categoria I1 – candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- III. Categoria I2 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- IV. Categoria I5 – candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- V. Categoria I6 – candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- VI. Categoria I9 – candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- VII. Categoria I13 – candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.(UTFPR, edital 31,2023)

Pode-se observar que a ampla concorrência (considerada como anafêmeas e anamachos brancos e brancas) tem um número maior em relação a todas as demais categorias, sendo que os anamachos estão em número muito superior. Todas as categorias de cotistas tem um número maior de anamachos, mas menor que anafêmeas brancas.

Cotistas independente de renda sem recorte racial encontram-se em números maiores, tanto em relação aos anamachos como as anafêmeas. Candidatos (as) com deficiência encontram-se em números bem exíguos.

A presença das mulheres negras ainda é exígua nas engenharias. Por outro lado, ainda há um grande percentual destas mulheres no trabalho doméstico. Kofes

(2001) afirma que com a presença da escravidão, o trabalho manual passa a ter um significado aviltante e quem fica encarregada após a abolição de realizar este trabalho é a população negra:

No Brasil de hoje é ainda usual expressões indicam esta representação por exemplo serviço de negro tem dupla conotação de serviço mal feito de serviço desqualificado. Outras qualificações associações também frequentes são entre cozinheira e negra empregada doméstica e negra ser da cozinha com negritude escravidão (KOFES, 2001,p.136).

Embora a autora problematize a ambiguidade no critério de escolha de trabalhadoras domésticas apresentada pela vinda dos imigrantes europeus, (quando se preferem brancas estrangeiras), a concentração no trabalho doméstico é feminina e há um deslocamento de escravas domésticas para trabalhadoras domésticas.

Os índices de participação das mulheres negras no trabalho doméstico mostram uma influência grande do contexto histórico, de trabalho precarizado e desvalorizado. A ciência é uma construção social que não é neutra e reflete os padrões eurocêntricos e patriarcais que fundam a sociedade. De acordo com Rago (1998)

...as feministas apontam que os conceitos que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem que remete ao modelo de homem branco heterossexual sexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste padrão referencial. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, e o mundo privado é considerado de menor importância diante da esfera pública no imaginário ocidental (RAGO,1998,p.3)

Este modelo de homem é aquele que tem acesso as ciências e tecnologia. Se, de acordo com a autora, o mundo privado é considerado de “menor importância”, este é visto como o espaço das mulheres, associadas ao trabalho doméstico e as mulheres negras, em específico, ainda tem um número expressivo no trabalho doméstico remunerado e precarizado.

5.2.3 Análise UFPR-UTFPR e seus dados em comum

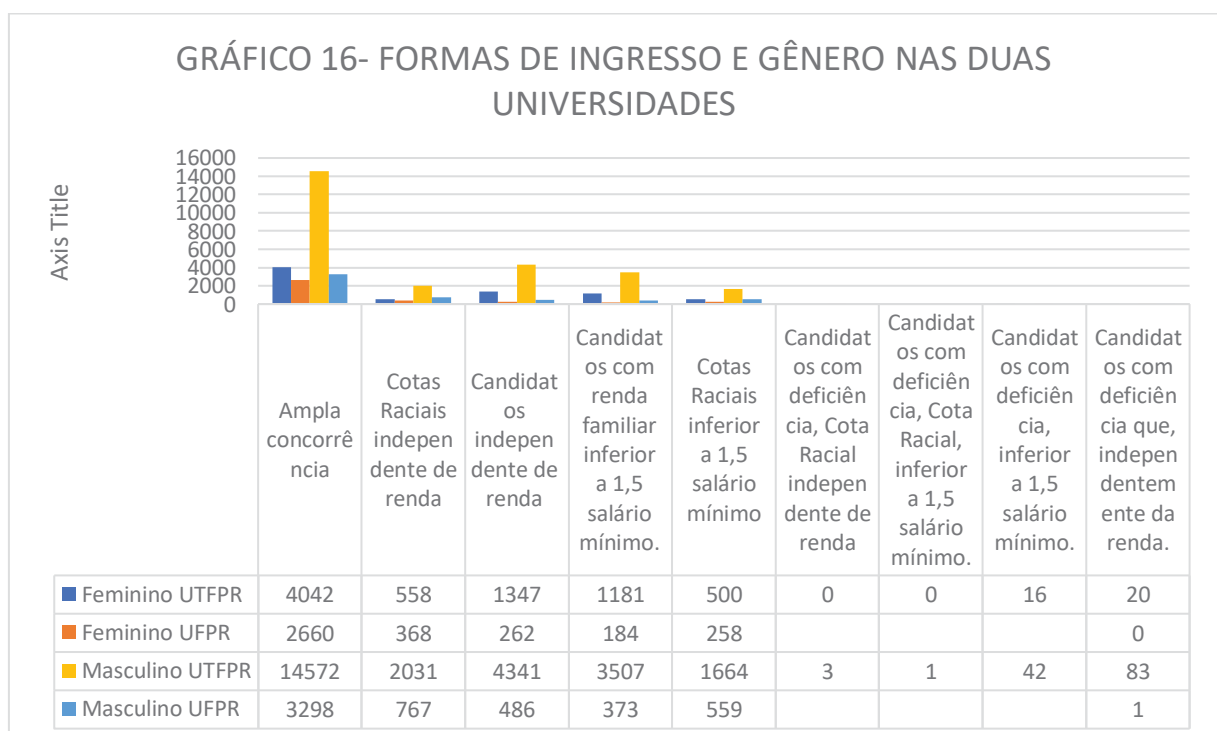
Para Sérgio Schneider e Cláudia Job Schmitt (1998) a comparação é muito utilizada nas ciências humanas e implica em uma série de passos que se articulam de formas diferenciadas em diferentes orientações metodológicas e teóricas. Este

método se caracteriza por um momento analógico, que busca semelhanças entre os fenômenos e constrativos, onde são trabalhadas as diferenças dos casos estudados (SCHNEIDER E SCHMITT,1998, p. 33).

Entre os passos veiculados pelo(a) autores (as) estão: a seleção de duas ou mais séries de fenômenos comparáveis, a definição dos elementos a serem comparáveis e a generalização. Neste item, o problema metodológico consiste em descobrir elementos comuns, típicos nos diferentes casos ou singulares, que não podem se repetir. (SCHNEIDER E SCHMITT,1998, p. 33).

A análise, nesta pesquisa, iniciou com os elementos constrativos, a partir de histórico e processos distintos das universidades e os dados em separado de cada política afirmativa, em seu processo de criação próprio. Neste momento, será realizada uma análise do momento analógico, ou seja, a comparação de dados em comum e a seleção de elementos que podem ser definidores das diferenças entre as universidades.

Para organizar o gráfico 16, foi necessário selecionar a Política Afirmativa que as duas Universidades tinham em comum (Lei 12.711), associando ao que foi apresentado anteriormente, tanto na análise cognitiva como na análise do gráfico, conforme apresentado a seguir:



Organizado pela autora a partir dos dados do sistema acadêmico da UTFPR

No gráfico 16, os números da UTFPR ficaram mais elevados devido ao número de Engenharias ser maior. A cor amarela é de anamachos brancos da UTFPR e da cor azul escura, anamachos brancos da UFPR. Ambos os anamachos estão em número mais elevado em relação as anafêneas. O gráfico com os números mais elevados é o da ampla concorrência, das duas universidades. Candidatos independentes de renda, de escola pública estão em número maior, entre os (as) cotistas em relação as duas universidades. Porém, as anafêneas cotistas desta categoria estão em número mais equitativos com os anamachos na UFPR, embora estejam em menor número. Na UTFPR, os anamachos desta categoria estão em número superior as anafêneas, quase três vezes a mais.

Candidatos (as) de escola pública com renda inferior a 1,5 salário-mínimo está em segundo lugar no número de aprovados (as). Anamachos tem ingresso maior que anafêneas também nesta categoria, sendo que na UTFPR há um número mais elevado de anamachos, em relação a anafêneas, considerando a proporção de ingressantes nas duas universidades.

Considerando os dados relativos à raça, iniciaremos com os dados da UFPR. Conforme visto anteriormente, há uma cota racial de 20% sem obrigatoriedade de recorte de escola pública, que foi sendo mudada percentualmente em 2012. A Lei 12.711, de 2012 que 50% das cotas sejam destinadas a estudantes de escola pública. Destas, metade deverá ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Destas, as vagas serão preenchidas por pretos, pardos e pessoas com deficiência de acordo com o último Censo do IBGE relativo a unidade da Federação onde está a política afirmativa. Assim, existe recorte racial com renda inferior a 1,5 salário-mínimo e outro sem o recorte de renda.

A UTFPR não tem divisão de dados entre pretos, pardos e indígenas. Como o percentual de indígenas é muito pequeno em relação ao total, ele não foi separado. O dado cotista no final corresponde ao percentual de cotistas de escola pública que existia anteriormente (50% de estudantes de escola pública independente de raça/cor) que foi gradativamente mudando com a Lei nº 12.711/2012

De 37529 estudantes de engenharia na UTFPR após 2012, 22,8% são de mulheres e 77,2% são de homens. Destes, 2,8% são mulheres cotistas raciais e o percentual de 10,8% são de mulheres da ampla concorrência. Mesmo com um número pequeno de mulheres, é muito pequeno o número das cotistas raciais.

Na UTFPR, há registro de 37.529 estudantes de Engenharia após 2012, muito mais que a UFPR. Porém, a porcentagem masculina é 20% maior na UTFPR em relação a UFPR, que tem uma porcentagem masculina de 57,5% e a UTFPR tem 77,7% de homens a mais nas Engenharias

Ao comparar as duas universidades, é visível que a UTFPR tem um número menor de anafêneas que acessam as engenharias, proporcionalmente considerando o número maior dos cursos nesta área na Universidade. Considerando a análise histórica das duas universidades, a UTFPR foi criada inicialmente para atender pessoas vulneráveis, ou na Modernidade, para formar mão de obra técnica. Neste processo, há uma clara hierarquia entre a formação de anamachos e anafêneas. Inclusive, os registros existentes de anafêneas nas engenharias são muito posteriores ao registro da UFPR, que já inicia como Universidade.

As mulheres com formação universitária no período em que as mulheres se formam na UFPR vem de uma realidade de famílias de elite, mas já são voltadas para a formação universitária, não para o trabalho técnico. A UFPR desde a sua formação, já possui um sentido universitário de pesquisa e extensão além da formação profissional. Mesmo apresentando um número menor de mulheres nos processos formativos das engenharias, hoje este número tem ampliado mais que na UTFPR.

Em relação ao número de cotistas raciais, estes proporcionalmente estão em números maiores na UFPR, talvez por ter sido pioneira junto com outras universidades na implementação das políticas afirmativas. Desde a implementação das políticas afirmativas, já foi aprovada a necessidade de se realizar as bancas de heteroidentificação, para que a política fosse efetiva e atendesse a pretos e pardos. Mesmo que estas bancas tenham sido canceladas depois da Lei 12.711 por três processos seletivos, há uma mobilização de atores sociais da Universidade no sentido de avaliar e modificar esta decisão.

A UTFPR não possui bancas de heteroidentificação e tem justificado sua inexistência pelo não exigência clara na lei nº 12.711, que utiliza o termo autodeclaração. Apenas as bancas de heteroidentificação de concurso público são realizadas porque são estabelecidas como obrigatórias a partir da Lei 12.990 de 2014, com a portaria normativa nº 4, de 2018. Esta portaria estabelece passo a passo como pode ser realizada a banca de heteroidentificação.

Mesmo com a legislação da política afirmativa, há uma produção de discursos diferenciados nas duas universidades, de acordo com o processo de cada uma. As

respostas emitidas pelo Estado, contribuem para modificar valores dominantes na sociedade, de acordo com a análise cognitiva das políticas públicas. Mas estas respostas e estes resultados são diferenciados, conforme constatado nas duas realidades universitárias.

Uma Universidade como a UTFPR, que tem uma visão técnica e legalista, cumpre as normas à medida que a lei assim determina. Percebe-se que os técnicos mais voltados para as áreas humanas ganham espaço na UTFPR a partir do Reuni, depois que esta se torna Universidade. A UFPR já sofre uma pressão, a partir dos Movimentos Sociais e dos (as) estudantes envolvidos nos cursos de Humanas, trazendo a proposta das políticas afirmativas em 2004, apesar de não haver uma lei específica de políticas afirmativas e ainda não ter a discussão da Constitucionalidade da Política pelo Supremo Tribunal Federal.

Mesmo vivendo numa sociedade racialmente estratificada; como bem diz Lélia Gonzalez, "as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante" (GONZALEZ, 2020, p.43), as respostas a exclusão de negros são diferenciadas nas universidades.

Gonzalez (2020) afirma que o racismo é uma articulação ideológica e conjunto de práticas que denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho. (GONZALEZ, 2020, p.187) Essa divisão que a autora afirma ser compartilhada por todas as "formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais brasileiras" tem grande impacto nas profissões. Nas engenharias, anafêmeas negras enfrentam uma dupla barreira, tanto enquanto negras, assim como mulheres, o que não torna mulher negra uma categoria universal.

As políticas afirmativas, porém, na área de educação, são vistas como alternativas de redução das desigualdades de raça e de gênero visto que promove o acesso da população negra as universidades, Dados de 2016, divulgados pelo IBGE apontam a diferença de escolarização de homens e mulheres, brancas (os) e negras(os):

A diferença entre homens e mulheres começa na infância e se aprofunda ao longo da vida escolar. Em 2016, as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida (proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária) de 73,5% para o ensino médio, contra 63,2% dos homens.

Isso significa que 36,8% dos homens estavam em situação de atraso escolar. Na desagregação por cor ou raça, 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar em relação ao ensino médio, ante 19,9% das mulheres brancas. Comparando-se gênero e cor ou raça, o atraso escolar das mulheres brancas estava mais distante do registrado entre os homens pretos ou pardos (42,7%).

Estes dados mostram as diferenças de acesso entre anamachos e anafêmeas e percebe-se que esta diferença também ainda é mais marcante ao se pensar no quesito raça e volta-se ao conceito de colonialidade de gênero de Lugones, que os dados da pesquisa nas universidades apontam para uma ampliação da participação de anafêmeas negras, ainda muito exígua. O marcador mulher negra, compreendendo que os dados ainda mostram situações de subemprego, com um grande contingente em empregos domésticos.

Mesmo com o discurso que o Brasil não tinha legislações restritivas aos negros, percebe-se que no quesito educação estas restrições estavam presentes na legislação brasileira. Em relação à educação na Colônia e no Império, não era permitido o acesso da população negra às instituições escolares. E, mesmo depois de ser “permitido por lei”, essa população continuou encontrando dificuldade de acesso à educação, seja pelas condições objetivas de vida ou pelo preconceito. A falta de acesso à educação favoreceu para que a inserção de brancas e negras nas atividades profissionais ocorresse de maneira desigual.

Abdias Nascimento (1978) denuncia a exploração econômica ressaltando a exploração da mulher negra, pois ela é considerada como um ser para o trabalho desvalorizado e percebida como se este fosse seu papel social. De acordo com o autor:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta na discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta de aptidão deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação- no emprego, na escola- e trancado as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são slogans que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1978, p.85).

Davis aponta esta situação no período de pós escravidão, similar a brasileira quando se pensa na realidade estadunidense:

Durante o período de pós escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como de suas irmãs que eram meeiras ou a das empregadas encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelos inócuos “serviçais domésticas” (DAVIS, 2016, p.98).

Esta realidade é mostrada por dados do IPEA (2018):

Se 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas, portanto, respondem por 63% do total de trabalhadores(as) domésticos(as). Ou seja, do ponto de vista do discurso, as mulheres negras “podem estar onde quiserem”; na prática, porém, a realidade as direciona, de maneira desproporcional, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração que lhe são característicos. Do total de ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% das mulheres negras exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas (PINHEIRO, 2019, p.12).

É inegável que com a implantação das ações afirmativas nas universidades públicas, há um gradativo aumento de estudantes pretos, pardos e indígenas nas graduações, de forma geral. Dados do IBGE mostram que em 2018, estudantes pretos e pardos passam a compor maioria nas instituições de ensino superior de ensino público do país (50,3%). Este estudo, porém, considera que seguem sub-representados pois constituem 55,8% da população

Na América Latina, a professora Anny Ocoró (2019) afirma que nos nascentes estados nacionais, o mito da identidade nacional branco mestiça e da democracia racial contribuíram para negar a história negra, que tem delineado que o papel desta população não é nas universidades ou nos cursos das áreas técnicas e tecnológicas, com maior prestígio na sociedade, como mostram os dados das engenharias e da formação da população negra, com menor porcentagem mesmo após as políticas afirmativas.

Finalmente, Curiel (2020) a partir do desengajamento de Stuart Hall, propõe o abandono da colonialidade do saber, do ser e do poder, que vai trazer várias questões para os saberes que produzimos: o reconhecimento e a legitimação de outros saberes colonizados, com pontos de vistas produzidas a partir de experiências vividas,

desvendando discursos que definem grupos como “outros e “outras” e problematizar as condições de produção de conhecimento, que foi o esforço deste trabalho. E além da forma como o conhecimento é produzido, também as premissas racistas e homofóbicas que ainda tem reflexo com quem efetivamente acessa ou não as engenharias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi fruto de um processo que não abrangeu apenas a escrita em si, mas sua elaboração foi forjada nas disciplinas no dia a dia do doutorado, em tanta ocasião, que fica difícil enumerar. A ciência não é neutra como tentam nos fazer acreditar e levanta questões relacionadas a história dxs pesquisadxres. Desde o início, como uma mulher negra, esta tese tratou de ir além da participação das mulheres nas áreas exatas, mas pensar como as mulheres negras estão inseridas nestes espaços e de que forma estas relações com os atores sociais nas universidades vão se constituindo.

Este estudo parte de uma visão de gênero constituída pelas pensadoras decoloniais, especificamente por Maria Lugones, uma grande genialidade que faleceu na época da pandemia. Seu conceito de colonialidade de gênero foi fundamental para ir além da visão que sempre estabelece a subalternidade de mulheres negras, indígenas, lésbicas, compreendendo que mulher colonizada é uma categoria vazia porque não existe uma mulher universal. Principalmente quando ela mostra pelo seu conceito de “dimorfismo biológico” que mulheres indígenas e africanas eram consideradas não humanas. Suas histórias e religiões foram apagadas no processo de escravização, não conhecemos hoje os sobrenomes e origens das nossas antepassadas africanas, mas sua opressão é vista como similar a das mulheres brancas europeias.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi “Analisar os efeitos das políticas afirmativas (Lei de Cotas) nos recortes de raça e gênero nos cursos de engenharia de duas universidades federais do Paraná”. As duas universidades apresentam histórias diferentes e são criadas a partir de perspectivas diferentes: A UFPR a partir de um projeto de universidade, para criar mão de obra mais qualificada para a industrialização, a UTFPR para qualificar uma mão de obra mais técnica, no sentido de executar trabalhos que lhe eram determinados e sair da pobreza, ou seja, integrar pessoas pobres ao trabalho braçal num contexto de industrialização no Brasil. Na UTFPR, fica evidente que essa integração se dá por papéis muito claros em relação ao gênero nas atividades: mulheres no bordado e economia doméstica e homens na mecânica, marcenaria.

Esta história, ao longo do tempo vai determinando como as engenharias vão se constituindo. Existe nos dados da UFPR a formação da primeira mulher negra e

podemos conhecer sua trajetória. Na UTFPR não há dados que apontem as características das mulheres que se formam ao longo do tempo, mas há menos mulheres nas engenharias que na UFPR.

Há resistência nas duas universidades em relação as políticas afirmativas inicialmente, mas a UFPR é uma das pioneiras a implementar em 2004, com todos os seus processos. A UTFPR só vai implementar as políticas afirmativas raciais com a lei, em 2012, mas tem uma grande resistência em realizar as bancas de heteroidentificação até o momento atual, apesar das pressões do Ministério Público e por funcionários que observam que a autodeclaração não é efetiva para a inclusão de pessoas negras. As bancas de heteroidentificação são realizadas para o serviço público porque obrigatórias. Por outro lado, as políticas voltadas a pessoas vulneráveis já existem como políticas afirmativas anteriormente, consideradas como serviço público e a universidade, enquanto CEFET, cobrava uma taxa e utilizava seus recursos para prover ajuda a estudantes com dificuldades financeiras. Uma ação histórica na instituição o atendimento as necessidades materiais.

Em relação ao capítulo 2, foi apresentado o panorama histórico e da revisão Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, pontuando a luta do Movimento negro como protagonista das conquistas e legais conquistadas na Constituição Federal de 1988 e a visão do racismo científico, combatido por Movimentos que estudam as relações étnico raciais nas décadas de 40 e 50, mas colocam o caráter da classe como central para resolver o racismo no Brasil.

Alguns pensadores como Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg, Abdias Nascimento realizam uma crítica a essa visão colocando o racismo como central na condição de negros e negras no Brasil e que os mestiços, evocados como resultado das relações raciais cordiais no Brasil, são frutos do estupro da mulher negra. Lélia Gonzalez inclusive mostra que a militância de esquerda muitas vezes apresenta posições machistas e racistas e que a mulher negra ainda é fruto de uma visão colonial que a coloca numa posição de subalternidade, inclusive em relação a mulher branca. Esta teórica afirma que nas nossas sociedades de racismo por denegação a força cultural se apresenta como a melhor força de resistência, mas também vozes solitárias se erguem, como a voz do psiquiatra Frantz Fanon que produz análises magistrais sobre as relações socioeconômicas e psicológicas entre colonizador/colonizado e de Abdias Nascimento, muitas vezes não reconhecido por muitos de seus irmãos negros e ignorado pela intelectualidade “branca” do país. Ela ressalta que ambos foram

reconhecidos e valorizados internacionalmente. Lendo essas reflexões, imaginei se ela mesma imaginaria que no momento atual seria reconhecida e valorizada por Angela Davis, teórica estadunidense de grande renome.

No mesmo capítulo, destaca-se Abdias Nascimento pela tentativa de criar as políticas afirmativas de uma forma muito mais efetiva que a política atual, porque já pontuando a necessidade de políticas afirmativas no ensino público e privado de todos os níveis, inclusive na pós graduação, emprego no setor público e privado, remuneração igual em trabalho equivalente, estudo de história e cultura afro brasileira, num período em que se considerava que não havia racismo no país. Este panorama histórico embasou o cenário de criação das políticas afirmativas, com argumentos contrários que destacavam a inexistência de racismo e a meritocracia. Na revisão sistemática, constatou-se que mesmo com o reconhecimento do racismo no Brasil e com as leis que hoje estão em vigência reservando vagas para pretos (as) e pardos (as), o discurso das relações cordiais e da meritocracia persistem.

É apresentado o panorama do governo no Brasil na gestão de 2019 a 2022. Nestes anos assume uma gestão de extrema direita, tendo como líder o ex-presidente Jair Bolsonaro. Este período causou crises de insegurança nas universidades públicas federais, com mudança constante de ministros da educação, corte de verbas na Universidades, inclusive um grande corte de bolsas na Pós-graduação e por fim, uma pandemia que iniciou em 2020 e durou até quase o fim do governo com isolamento e propagação de notícias falsas em relação ao vírus e a situação. Além disso, o discurso de ódio contra mulheres e população LGBTQIA+, e também voltado a negros e negras, e a liberação da compra de armamento se disseminou pelo país, fazendo estes grupos temerem pela própria vida.

O Congresso teve uma grande adesão de políticos (as) conservadores (as) de extrema direita, e o discurso relativo ao racismo que se propagava nas redes sociais era de irmandade. Conforme elaborado no capítulo 2, havia um reconhecimento do racismo, mas que negros não precisavam de cotas e deveriam ter mérito. Além disso, a luta contra o racismo se transformou em um movimento “esquerdista” do PT que os “negros de direita” não seriam acolhidos. Criou-se essa categoria a partir do político Hélio Lopes, negro retinto que estava sempre junto de Bolsonaro e era um “irmão”, que segundo a fala racista do ex-presidente, era um irmão que “demorou a nascer e ficou mais escurinho”. Hélio Lopes utilizava o apelido Hélio Bolsonaro em tempos de eleição e em 2018 foi o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro. Essa visão

de negro de direita foi utilizada inclusive com a assunção de Sergio Camargo na Fundação Cultural Palmares, que teria como intuito a promoção da cultura afrobrasileira. Este período foi importante de ser apontado no trabalho com reflexões sobre sua influência no pensamento no Brasil.

A luta antirracista realizado anteriormente por ícones negras e negros não avançou para outras conquistas neste período. Ao contrário, na época da eleição, com os debates antagônicos, uma vereadora negra foi morta no Rio de Janeiro, Marielle Franco junto com seu motorista Anderson Gomes. As investigações do assassinato não avançaram no período deste governo assim como as ações na área da Educação e das relações étnico raciais. A importância destes fatos é compreender o período de revisão da Lei nº 12.711. Mas a história acontece e à medida que este trabalho vai sendo escrito, investigações apontam uma tentativa real de golpe e várias pessoas ligadas ao ex presidente vem sendo presas. Hoje, ele e a primeira dama Michele Bolsonaro respondem por vendas de joias, presentes que pertenciam ao patrimônio da União, além de outras situações que vem surpreendendo (ou não) as pessoas no país no dia a dia.

Em relação a revisão sistemática, os textos selecionados com recortes de gênero e raça, no geral, problematizam o ingresso e permanência de homens e mulheres negras nas universidades, apontam para os depoimentos de denúncias de estudantes cotistas e a vivência universitária entre pessoas racistas e homofóbicas, o que aumentou vertiginosamente no governo atual. Além de mais publicações no período relativo a revisão da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, de entrada e permanência de estudantes cotistas homens e mulheres em diversos cursos como Pedagogia e Medicina, as(os) autorxs pesquisados problematizavam a vivencia de cotistas nas universidades, principalmente mulheres negras, lésbicas, travestis...O que fundamenta a vivência dessas mulheres é o conceito de colonialidade de gênero de Maria Lugones, que mostra que o próprio conceito de gênero foi colonizado para uma categoria europeia de mulher.

No capítulo 3 é apresentada a presença da teoria feminista decolonial, para fundamentar não apenas uma visão de mulher, mas também uma visão de ciência. No capítulo 4, a partir da história de Enedina Alves Marques, uma engenheira negra, que se formou na Universidade Federal do Paraná, foi apresentada a discussão de ciência, tecnologia e gênero relacionada a presença de mulheres negras na academia assim como o processo histórico de formação das universidades. As pesquisas

realizadas anteriormente pontuam um recorte de gênero, mas não problematizam as questões raciais na sua maioria. A história das universidades no Brasil, mostra que elas têm uma forte influência de uma visão positivista de Augusto Comte nas áreas de exatas, além da presença de militares na discussão da Constituição já no período da República. As universidades são criadas a partir da visão positivista, a UFPR pensada como Universidade para atender as demandas da industrialização e a UTFPR como Escola de Aprendizes e Ensino Politécnico, buscando atender uma mão de obra a partir da formação de mão de obra. Já existe na República uma defesa de que as chamadas “ideologias de esquerda” que seriam críticas ao próprio governo fossem retiradas das escolas. A educação moral e cívica, nessa época é uma forma de inserir nos currículos escolares um patriotismo suscitado por oposição as ideias que pudessem combater o status quo.

No capítulo 5, foram apresentados os gráficos com dados das duas universidades e uma comparação entre eles. Constatou-se que a UTFPR, como Universidade Tecnológica, especializou-se nas engenharias, com um número superior a UFPR e tem uma relação de qualificação muito forte neste quesito, com uma diversidade de cursos. Porém, suas políticas foram mais voltadas as questões de classe com bolsas de escola pública sem recorte de renda. Existe um grupo de gênero atuante na Universidade, no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, mas seus debates não são institucionais e de forma geral, muitos estudantes não acessam. As questões raciais não têm um setor específico para tratá-las na UTFPR, mas vem sendo organizados grupos pontuais para discutir bancas de heteroidentificação.

A análise realizada foi pensada para ir além de questões formais de pesquisa, sem uma reflexão sobre as variáveis. Foi pensado utilizar “anamachos” e “anafêmeas” de Oyèrónkẹ Oyěwùmí, porque ela utiliza essas categorias se referindo a anatomia do corpo, sem posições binárias. A anatomia do corpo determina posições sociais, mas a sociedade Ocidental cria oposições e características engessadas em relação a identidade de gênero:” mulher é sentimento, homem é raciocínio” e assim por diante. Utilizar conceitos de uma pesquisadora africana na tese motivou muito a construção da análise.

O termo “amefricanos” de Lélia Gonzalez ilustra bem a população negra brasileira Latino Americana, com raízes africanas. Mas a autora utiliza este termo no sentido de valorizar um grande grupo que sofreu um grande processo de

colonialidade, do saber, do ser, do poder, de gênero. O exemplo disso é o resultado desta pesquisa.

A partir da análise cognitiva, foi possível perceber que, quando existe um sentimento coletivo em relação a proposta da política pública, no caso, de justiça social, existe uma luta de atores sociais. Mas este processo de construção se relaciona com limites e possibilidades impostos pela história institucional e as pessoas envolvidas. Ambas as universidades trazem produtos de seus processos históricos, embora a proposta da Lei seja igual para todas as universidades.

Em relação aos resultados quantitativos, o número de homens nas engenharias é ainda superior ao de mulheres nas duas universidades, embora contando de forma equitativa a UTFPR tenha um número muito maior de homens em relação a UFPR.

A UTFPR tem uma história tão antiga quanto a UFPR, mas inicia seu legado como uma instituição de formação de meninos, até se tornar uma Escola Técnica. formação superior e os professores de formação superior. na sua história inclusive acontece uma hierarquia entre professores com mais formação e mestres de oficina. Fica evidente a dicotomia trabalho manual X trabalho intelectual, quando estes profissionais ficam separados. Neste processo, já são determinados os cursos para meninas e para meninos, com uma evidente relação do feminino com a arte, trabalho doméstico e manual e do masculino com o trabalho braçal e intelectual. Como a Instituição se origina para “ocupar” meninos e meninas, esta visão de “classe” de apoio as necessidades são muito fortes e as questões de gênero já vem sendo mais discutidas na universidade.

Em ambas as universidades, a categoria cota de escola pública independente de renda tem mais estudantes que as raciais, e mesmo entre as raciais, a racial independente de renda também está em número maior. Constatei, a partir da pesquisa cognitiva que o fato de a UFPR iniciar como universidade foi primordial para que as questões étnico raciais fossem problematizadas e ela pudesse se tornar uma das pioneiras na implementação das políticas afirmativas. Houve embates na sua criação, na própria instituição, muitos atores sociais se colocavam contra as políticas afirmativas, mas a participação do Movimento Negro junto a interlocutores dentro da Universidade foi fundamental.

Durante alguns anos, as bancas de heteroidentificação foram retiradas dos processos e os próprios técnicos administrativos se organizaram no sentido de reivindicar a organização destas, observando que muitas das autodeclarações não

promoviam os direitos as pessoas negras. Alguns cursos da UFPR como Medicina possuem um caráter mais elitista ainda tem vários embates com o ingresso de pessoas negras. Quando a universidade reavalia seu processo e começa a aprovar estudantes cotistas na primeira fase do vestibular, há uma ampliação da ocupação de vagas.

As questões raciais só começam a ser pensadas na organização da política afirmativa racial na UTFPR com a Lei nº 12.711. Era necessário cumprir cumpri-la e atender “autodeclarados” pretos e pardos, mas não há uma estrutura que de provisão das políticas raciais como um todo.

Como nenhum espaço é destituído de resistência, a UTFPR tem grupos que procuram pensar a temática muito recentemente. Foi necessário organizar bancas de heteroidentificação por determinação da Lei nos concursos públicos.

Estas histórias produzem os dados em relação as políticas afirmativas. A UTFPR possui um NEAB com poucas professoras (é quase inexistente o número de professores negros e negras na Instituição) que acaba promovendo eventos para discutir o tema e efetivamente não muda as relações. O NEAB da UFPR possui um grupo de pesquisa atuante, relacionado com o Programa de Pós-graduação em Educação, tem a Superintendência que encaminha e orienta inclusive em relação as denúncias, sendo estas estruturas já criadas para dar suporte e subsídios as políticas adotadas pela Universidade.

Em relação ao tema da tese: “A ENGENHARIA É PARA MULHERES NEGRAS?”, embora lugar de mulheres negras seja onde elas quiserem, os dados mostram que ainda não estão majoritariamente nas universidades, principalmente nas Engenharias. Gradativamente mulheres negras tem ingressado nas universidades, mas alguns estudos apontam aumento, por exemplo no curso de Pedagogia. Nas Engenharias, tem aumentado o número de mulheres, mas há uma predominância de homens brancos ainda. As mulheres brancas têm um número muito maior que homens negros e principalmente mulheres negras.

Conclui-se que é necessário realizar pesquisas nos cursos de maior ou menos prestígio e nos cursos considerados de domínio masculino, como as engenharias, para promover políticas não apenas de ingresso de mulheres negras, como de permanência, para assim, conforme Lélia Gonzalez, podemos estar trabalhando com o lugar da memória e não do encobrimento dos fatos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALTERITAS. **Mesa Redonda: Ações Afirmativas no contexto latino-americano**, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q6cqVue9DK4>>. Acesso em: 17 ago. 2023

ANDIFES. **Governo Federal faz novo corte na educação e inviabiliza funcionamento das universidades**. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/governo-federal-faz-novo-corte-na-educacao-e-inviabiliza-funcionamento-das-universidades>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **INTERRITÓRIOS**, v. 4, n. 6, p. 75-91, 2018.

AUAD, D., & Cordeiro, A. (2018). A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior. *EccoS – Revista Científica*, 0(45), 191-207. doi:<https://doi.org/10.5585/eccos.n45.7959>

AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A interseccionalidade nas Políticas de Ação Afirmativa como medida de democratização da educação superior. *Eccos Revista Científica*, n. 45, p. 191-207, 2018.

AVENDAÑO, Eli. El racismo también es nuestro. <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/hechos-y-derechos/article/view/14775/15804>

AVENTURAS NA HISTORIA. **Enedina Alves Marques: A primeira engenheira negra do Brasil**. 2023.1 fotografia, color. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/enedina-alves-marques-primeira-engenheira-negra-do-brasil.phtml>. Acesso em: 02 novembro 2023.

ARAUJO, Débora Cristina de; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Contribuições dos estudos críticos sobre relações étnico-raciais ao campo da Educação. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 317-333, 2020.

BARBOSA, M. **Bolsonaro diz que Hélio Lopes é negro porque “demorou para nascer”**. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-diz-que-helio-lopes-e-negro-porque-demorou-para-nascer/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BASILIO, A. **Como a perseguição e censura bolsonaristas culminaram na demissão de um professor em Curitiba**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/como-a-perseguiacao-e-censura-bolsonaristas-culminaram-na-demissao-de-um-professor-em-curitiba/?utm_medium=relacionadas_right&utm_source=cartacapital.com.br>. Acesso em: 4 nov. 2022.

BITTENCOURT, Anne et al. A primeira da família: vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 3, p. 7-29, 2019.

BRANDÃO, Fonseca Carlos. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Lei n.º 10.678 de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022

BRASIL. [Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023](#). Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho .Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Lei/L14553.htm. Acesso em 14/08/2023

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso em: 10 de abril de 2022

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm Acesso em 10 de abril de 2022.

BRITO, M. **A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez**. Disponível em: <<https://nossacausa.com/atualidade-do-pensamento-de-lelia-gonzalez/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Editora UFPR, 2002. 112 p.

CAMARGO, I.; FALCÃO, M. **PRF descumpre ordem do TSE e para pelo menos 610 ônibus de eleitores em blitz; Moraes intima diretor-geral**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contr-a-onibus-de->

eleitores.ghml>.

CAMARGO, M. **Historico**. Disponível em:
<<https://www.UFPR.br/portaUFPR/historico-2/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, p. 124-152, 2022.

Carvalho, L. A. (2016). Reflexos do feminismo negro: análise de um evento acadêmico na Universidade Estadual de Maringá. **Revista Espaço Acadêmico**, 16(185), 01-11. Recuperado de
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33562>

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. Engenheiras no CEFET-PR?. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 1, n. 2, p. 37-44, 2005.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Enedina Marques**: mulher negra, pioneira na engenharia brasileira. Série: meninas, moças e mulheres que inspiram. Curitiba: Inverso, 2021.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Angela Maria Freire de Lima. Percorrendo labirintos: trajetórias e desafios de estudantes de engenharias e licenciaturas. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 168-200, 2017.

CERVI, Emerson Urizzi. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n.11, p 63-88, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200003&lng=en&nrm=iso>; <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200003>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia Feminista Negra**. In: COSTA, TORRES, GROSFOGUEL, R (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CONGRESSO EM FOCO. **Deputada de 25 anos, Tabata Amaral enquadra ministro da Educação. Veja o vídeo que viralizou**. Disponível em:
<<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/deputada-de-25-anos-tabata-amaral-enquadra-ministro-da-educacao-veja-o-video-que-viralizou>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CORCETTI, Elisabete; PETINELLI-SOUZA, Susane. **Ações afirmativas no ensino superior brasileiro**. Ex aequo, n. 44, p. 79-92, 2021

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e82622, 2021.

COSTA, Marisa Vorraber. **Uma agenda para novos pesquisadores**. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. Tradução Larissa Latif. In: BAPTISTA, MARIA MANUEL. *Gênero e Performance. Textos essenciais*, v. 2, Gracio Editor: 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

CRUZ, B. F.; LIMA, M. L. C.; CARNEIRO, L. R. C.. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 38, p. e22207, 2022.

CUNHA, Luis Antonio. *Universidade temporã: o ensino superior da colônia a era de Vargas*. 3ed., São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

DA SILVA, Ana Paula Procópio; DA SILVA ALMEIDA, Magali; GONÇALVES, Renata. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 18, n. 46, 2020.

DA SILVA, Rodrigo Ozelame at el. O sistema colonial/moderno e a natureza: **Reflexões priminares**. *Videre*, v.13, n.26, p.138-169, jun/abr, 2021

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE ASSIS, Yérsia Souza. Relações sociais e sentidos de justiça social após a adoção da política de cotas na Universidade Federal de Sergipe. *Revista TOMO*, 2014.

DE AZEVEDO, Victória Santos; MATTOS, Ana Carolina Einsfeld. MULHERES E RAÇA: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 5, 2019.

DEISTER, J. **“Pintou um clima”**: por que fala de Bolsonaro reforça casos de exploração sexual de meninas. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/19/pintou-um-clima-por-que-fala-de-bolsonaro-reforca-casos-de-exploracao-sexual-de-meninas>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

DE OLIVEIRA DIAS, Luciana; DE CASTRO, Ana Luísa Machado. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, p. 535-561, 2020.

DE SOUSA, Giulliano Gloria; VIEGAS, Victória Rodrigues. **EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: perfil sociorracial dos estudantes do IFMG campus Governador Valadares. REVES-Revista Relações Sociais**, v. 1, n. 4, p. 0608-0622, 2018.

DIÁRIO POPULAR. **Carlos Decotelli é o novo ministro da Educação**. Disponível em:
<https://diariopopular.com.br/geral/carlos_decotelli_e_o_novo_ministro_da_educacao.276044>. Acesso em: 24 out. 2023.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil**. Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DO NASCIMENTO ABREU, Elisangela Nunes; LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. **Laplage em revista**, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018.

DO ROSARIO SILVA, Gabriela; DE SOUZA AMARAL, Shirlena Campos. A política de cotas étnico-raciais em perspectiva da inclusão social e da afirmação da identidade negra: análises das primeiras experiências com discentes cotistas negros do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF) a partir do ENEM/SISU. **Revista Vértices**, v. 25, n. 1, p. e25117149-e25117149, 2023.

DOS SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombo modos e significados**. INCT: Brasília, 2015

DRAIBE, Sônia Miriam. **Metodologia de análise comparativa de programas sociais**. 1991.

DURAT, Kleber Rodrigo. Resiliência como resistência: a trajetória dos estudantes negros cotistas da UTFPR na região sudoeste do Paraná. 2021. Tese. Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social/ UEL- Londrina/PR, 2021
ENG, Karen. Restaurando a Biblioteca mais antiga do mundo. Tradução de Elisabeth A. Dudziak (do original em inglês de Karen Eng “**Restoring the world’s oldest library**”, TED, Mar 1, 2016). Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/?p=4856> Acesso em: 15/03/2023

ESTADO DE MINAS. **Bolsonaro elogia coronel condenado por tortura: “Lutou por democracia”**. Disponível em:
<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/27/interna_politica,1355776/bolsonaro-elogia-coronel-condenado-por-tortura-lutou-por-democracia.shtml>.

FALCÃO, M. **Mendonça rejeita pedidos de investigação de Bolsonaro por fala sobre meninas venezuelanas**. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/25/mendonca-rejeita-pedidos-de-investigacao-de-bolsonaro-por-fala-sobre-meninas-venezuelanas.ghtml>>.

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIRO. O Mercado de Trabalho e a Formação dos Engenheiros no Brasil. **SENGE-PR**, 2019.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 85-99, 2013.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 104, p. 476-498, 2019.

FREDERICO, Celso. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 237-254, 2016.

FREITAS, Altieri Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/colonialidade/universidade, Horizontes utópicos e desafios teóricos. **Realis**, v. 8, n. 2, p. 145-171, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desigualdade, mobilidade e a meritocracia à brasileira**: anatomia de uma falácia. Fundação João Pinheiro e Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2018.

G1. **Policiais rodoviários federais acusados de envolvimento na morte de Genivaldo Santos são presos em SE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/10/14/policiais-envolvidos-na-morte-de-genivaldo-santos-sao-presos-em-sergipe.ghtml>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

G1. **Declarações do Ministro da Educação causam polêmica e provocam reações no Congresso**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/05/declaracoes-do-ministro-da-educacao-causam-polemica-e-provocam-reacoes-no-congresso.ghtml>>. Acesso em: 2 nov. 2023

G1. **Ministro da Educação é demitido após gestão marcada por controvérsias e recuos**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

GARCIA, COSTA, JESUS, RIBEIRO. **Uma avaliação do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília**. 2015.

GAZETA DO POVO. **Governo promete pente-fino em questões do Enem que abordem ideologia de gênero**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-promete-pente-fino-em-questoes-do-enem-que-abordem-ideologia-de-genero-15rvumgt835zke855bzwnn1t5/>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais**. Autêntica, 2017.

GOMES, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração Da Educação*, 27(1). <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>

GOMES, Nilma Lino et al. Ações afirmativas na UFMG: entrevista com Nilma Lino Gomes. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 12, p. 1-23, 2022.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones. **VIII SEMINÁRIO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**, 2018.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones. **VIII SEMINÁRIO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**, 2018.

GONZALES, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GRINER, Almog; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SAMPAIO, Raquel Menezes Bezerra. La política afirmativa "Argumento de Inclusión" como una forma de acceso a la universidad pública: el caso de la Universidad Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1291-1317, 2015.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Jane

GUERRA, Y.; ALCANTARA, A. **Quem foi Enedina Marques, a primeira engenheira preta do Brasil**. Disponível em: <<https://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2020/11/quem-foi-enedina-marques-primeira-engenheira-preta-do-brasil.html>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

HASENBALG, Carlos. Relações entre brancos e negros no Brasil.in GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HERNANDES, Elis et al . Using GQM and TAM to evaluate StArt - a tool that supports Systematic Review. **CLEleJ**, Montevideo , v. 15, n. 1, p. 3, abr. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-50002012000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2023.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. Metodologia de pesquisa. **Porto Alegre: Penso**, 2013. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5043>

JUNIOR, N. et al. **O Guardião da Constituição Segundo Carl Schmitt**. [s.l: s.n.].

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LAGO, Cláudia; THAMANI, Manuela. Dá para esperar? Eu acho que sim. Entrevista com Nilma Lino Gomes. **Comunicação & Educação**, v. 27, n. 2, p. 199-212, 2022.

LEITE, José Carlos Corrêa. **UTFPR: uma história de 100 anos**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

LEMONS, ISABELE BATISTA DE. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, 2017.

LIMA, Silvia Maria A. **Políticas afirmativas e educação superior: um estudo sobre estudantes negros (as) egressos (as) da política de cotas na UFPR**. Tese PPGE-UFPR. Curitiba/PR, 2022

LITERAFRO. **Lélia Gonzalez**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lesia-gonzalez>>. Acesso em: 10 maio. 2023.

LITERAFRO. **Sueli Carneiro**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

LOANGO O.A. Entre la emancipación y la descolonización: tensiones luchas y aprendizajes de los/as investigadores/as negros/as en la educación superior. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v. 15, n.32, abr./jun.2019 UESB.

LOANGO, A O.. El racismo estructural y la expansión de las fronteras del autoritarismo en América Latina. Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Crítica e Sociedade**. Dossiê: Racismo na contemporaneidade - Desafios para o século XXI. V. 10, n1, 2020

LÓPEZ, Laura Cecilia. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 40-65, 2013.

LOWY, Ilana. **Ciências e Gênero**. In: Laborie, F. & Hirata H. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

LUGONES, MARIA. **Colonialidade e Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

LUZ, Nanci Stancki da; GITHAY, Leda. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. **Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho**. Curitiba: UTFPR: 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, v. 2, p. 27-53, 2018.

MARÇAL, José Antonio. **Políticas afirmativas para negros nas universidades federais entre 2002 e 2012**: processos e sentidos na UNB, UFPR e UFBA. 2016.258f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação. Curitiba.2016.

MARTINUZZO, José Antonio et al. Terrorismo, ciberterritórios, fake news e o fenômeno das massas" instrumentárias". **Liinc em Revista**, v. 19, n. 1, p. e6238-e6238, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6238/5956> Acesso em 19/06/2023

MATOS, C. **Grandes polêmicas e validade curta: os cinco ministros da Educação de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/grandes-polemicas-e-validade-curta-os-cinco-ministros-da-educacao-de-bolsonaro>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos et al. Limites da lei de cotas nas universidades públicas federais. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, p. 1-20, 2016.

MEDEIROS, Jussara Marques de. **A política de cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MEDEIROS, Jussara Marques de; LUZ, Nanci Stancki da. Mulheres Negras: da democracia racial ao reconhecimento das desigualdades. **Entrelaçando gênero e diversidade: múltiplos olhares**. Curitiba: UTFPR, 2016

MIRANDA, Shirley Aparecida; REGIS, Katia; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; orgs. Educação das relações étnico-raciais: **O estado da arte**. – Curitiba/PR: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. Políticas de Ações Afirmativas na UFPR: Impactos sobre a Graduação (2013-2017). **Relatório de Estágio Pós doutoral em Educação**. Curitiba, 2018.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; DA SILVA, Paulo Vinicius Baptista. Ações afirmativas na UFPR: impactos da Lei n. 12.711/2012 em dois cursos. **Laplace em Revista**, v. 5, n. 3, p. 110-127, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 1978

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. Selo Negro Edições, 2003.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5224, 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

NOVELINO, R. **Mário Frias faz comentário racista sobre ativista negro: “Precisa de um bom banho”**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/15/mario-frias-diz-que-ativista-negro-deveria-tomar-banho-jones-manoel-o-acusa-de-racismo.ghtml>>.

OLIVEIRA, J. **Weintraub deixa Ministério da Educação, mas antes revoga cotas para negros e indígenas na pós-graduação**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O que não tem nome não existe! Feminismo negro e o percurso histórico do conceito de interseccionalidade** In: OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos. Orgs. Educação e Interseccionalidades. Curitiba, NEAB-UFPR, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 167-180, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**, p. 69, 2018.

OYÊWÚMI, Oyèrónké. **Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFUGUEL, R (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

OYÊWÚMI, Oyèrónké. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

PAIXÃO, Marcelo. 500 Anos de Solidão. **Estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2013.

PATRIOLINO, L. **“Pintou um clima”:** Mendonça rejeita pedidos de investigação contra Bolsonaro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5046785-pintou-um-clima-mendonca-rejeita-pedidos-de-investigacao-contrabolsonaro.html#google_vignette>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO: Tendências Contemporâneas**, São Paulo: Cortez:2008

PÉRES SEDENO, E. **A modo de introducción: las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología**". In: PERES SEDENO, E. *Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnologia - estudios de casos*. Madri: OEI, 2001

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**, Rico, Elisabeth Melo (org), 5 ed, São Paulo: Cortez, 2007

PINHEIRO, BÁRBARA Carine Soares. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. 1ªed, São Paulo: Livraria da Física, 2021

PINHEIRO, Luana et al. **Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. 2019.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

PIRES, André; DA SILVA WARGAS, Bruna Mara. Acesso ao ensino superior brasileiro: perfil dos ingressantes do programa de inclusão da Unicamp. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 158-182, 2019.

PYL, B. **Oyèrónké Oyěwùmí: tecituras filosóficas e a decolonialidade**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/oyeronke-oyewumi-tecituras-filosoficas-comprometidas-com-a-decolonialidade/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 71-87, 2016.

QUELUZ, Gilson Leandro. Escola de aprendizes e artífices do Paraná (1909-1930). **Revista Tecnologia & Humanismo**, v. 24, n. 39, p. 39-112, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**, p. 73-118, 2009.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. Selo Negro, 2010

RIBEIRO, Bruno Nzinga; DE LIMA MESQUITA, Tayná Victória; DE LIMA, Stephanie Pereira. **A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas. Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 31, n. 2, p. e203122-e203122, 2022.

ROCHA, A. M. **Oyèrónkẹ Oyěwùmí: tecituras filosóficas e a decolonialidade**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/oyeronke-oyewumi-tecituradas-filosoficas-comprometidas-com-a-decolonialidade/>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. Justicia cultural y políticas públicas: de las acciones afirmativas a las políticas interculturales (una propuesta normativa para el caso de los grupos étnicos). **Vniversitas**, n. 127, p. 91-125, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **cadernos pagu**, p. 419-437, 2008.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia, Porto Alegre**, v. 9, n. 1, p. 49-87, 1998.
SCHWARCZ, Lilian Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, F. **O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências**. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>>.

SILVA, Maria Laura Alves de Melo et al. Influência de políticas de ação afirmativa no perfil sociodemográfico de estudantes de Medicina de universidade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 3, p. 36-48, 2018.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. MARÇAL, José Antônio. TRIGO, Rosa Amália Espejo. **Políticas de ações afirmativas no Brasil: Educação e Políticas Públicas**. In KOMINEK, Andrea Maila VOSS e VANALI, Ana Crhistina (Orgs). **Roteiros temáticos da Diáspora: Caminhos para o enfrentamento do Racismo no Brasil**. Porto Alegre, RS, Editora Fi, 2018

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Regis, Katia. Miranda, Shirley Aparecida de. Organizadores. **Educação das relações étnico-raciais [recurso eletrônico]: O estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 151-191, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BRASIL, Entre. África: construindo conhecimento e militância. **Belo Horizonte: Mazza Edições**, p. 102-125, 2011.

SIPAD. **O que é a SIPAD-UFPR?** Disponível em:
<<http://www.sipad.UFPR.br/portal/>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SIPAD. **NEAB: Quem Somos?** Disponível em:
<<http://www.sipad.UFPR.br/portal/neab/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TELLES, Edward E. O significado da raça na sociedade brasileira. 2012. Disponível em:
http://telles.faculty.soc.ucsb.edu/uploads/8/7/5/2/87525260/livro_o_significado_da_raça_na_sociedade_brasileira.pdf Acesso em 22/11/2020
Tradução Larissa Latif.In:BAPTISTA, MARIA MANUEL. Gênero e Performance. **Textos essenciais**, v. 2,Gracio Editor: 2019

TENENTE, L. **Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas.** Disponível em:
<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

TV SENADO. **Sueli Carneiro: de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros deste país?** Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/que-brasil-e-este/2022/09/sueli-carneiro-de-que-barro-somos-feitos-para-permitir-a-situacao-dos-negros-deste-pais>>.

UFPR. **COTAS: Universidade reforça posicionamento sobre lei federal.** Disponível em: <<https://UFPR.br/cotas-universidade-reforca-posicionamento-sobre-lei-federal/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UFPR. **RESOLUÇÃO Nº 37/04-COUNI.**, 10 maio 2004. Disponível em:
<http://www.soc.UFPR.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_11052004-112.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023

UFPR. **RESOLUÇÃO Nº 29/15 – CEPE.** Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), para fins de inscrição nos processos seletivos e registros internos de discentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e dá outras providências. Disponível em:
[http://www.ppge.UFPR.br/cepe2915%20\(1\).pdf](http://www.ppge.UFPR.br/cepe2915%20(1).pdf) Acesso em: 10 de abril de 2022.

UTFPR. Deliberação COUNI nº 12, de 14 de setembro de 2007. Disponível em:
<<https://nuvem.UTFPR.edu.br/index.php/s/nTkShukQ87bwM4s>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

UTFPR; MEC. **EDITAL 31/2023 - PROGRAD.** , 14 jun. 2023. Disponível em:
<https://sei.UTFPR.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=public>

acao_visualizar&id_documento=3811838&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 15 ago. 2023

UTFPR. Instrução Normativa Conjunta n° 001/15 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Dispõe sobre os procedimentos para o uso do nome social por pessoas transgêneras do corpo discente nas dependências da UTFPR. Disponível em: <http://portal.UTFPR.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/instrucoes-normativas-conjuntas/instrucao-normativa-conjunta-001-2017-prograd-proppg-prorec/instrucao-normativa-conjunta-01-15-prograd-proppg-prorec-de-06-04-2015> Acesso em: 10 de abril de 2022.

UTFPR. Instrução Normativa Conjunta 001/2017 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Dispõe sobre procedimentos para o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero por pessoas travestis e transexuais do corpo discente, nas dependências da UTFPR e revoga a Instrução Normativa Conjunta n. 001/15 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Disponível em: <http://www.UTFPR.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/instrucoes-normativas-conjuntas/instrucao-normativa-conjunta-001-2017-prograd-proppg-prorec/instrucao-normativa-conj001-17-prograd-proppg-prorec.pdf> Acesso em : 10 de abril de 2022.

VALÉRIO, A. C. DE O. et al.. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, p. e3007, 2021.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais**. Editora Jandaíra, 2022.

VERAS, Myrian Veras. Planejamento Social–Intencionalidade e Instrumentação. 2002.

VIEIRA, Cleber Santos e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Lei de Cotas: vigência, avaliação e revisão**, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2022/02/10/lei-de-cotas-vigencia-avaliacao-e-revisao/> Acesso em 12 de dezembro de 2022

WELLER, Wivian; DE HOLANDA, Maria Auxiliadora Gonçalves. Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 8, n. 13, p. 57-80, 2014

da: Ações Afirmativas no contexto latino-americano, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q6cqVue9DK4>>. Acesso em: 17 ago. 2023

ANDIFES. Governo Federal faz novo corte na educação e inviabiliza funcionamento das universidades. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/governo-federal-faz-novo-corte-na-educacao-e-inviabiliza-funcionamento-das-universidades>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **INTERRITÓRIOS**, v. 4, n. 6, p. 75-91, 2018.

AUAD, D., & Cordeiro, A. (2018). A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior. *EccoS – Revista Científica*, 0(45), 191-207. doi:<https://doi.org/10.5585/eccos.n45.7959>

AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A interseccionalidade nas Políticas de Ação Afirmativa como medida de democratização da educação superior. *Eccos Revista Científica*, n. 45, p. 191-207, 2018.

AVENDAÑO, Eli. El racismo también es nuestro.
<https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/hechos-y-derechos/article/view/14775/15804>

AVENTURAS NA HISTORIA. Enedina Alves Marques: A primeira engenheira negra do Brasil. 2023.1 fotografia, color. Disponível em:
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/enedina-alves-marques-primeira-engenheira-negra-do-brasil.phtml>. Acesso em: 02 novembro 2023.

ARAUJO, Débora Cristina de; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Contribuições dos estudos críticos sobre relações étnico-raciais ao campo da Educação. *Revista Teias*, v. 21, n. 62, p. 317-333, 2020.

BARBOSA, M. Bolsonaro diz que Hélio Lopes é negro porque “demorou para nascer”. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-diz-que-helio-lobes-e-negro-porque-demorou-para-nascer/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.
BASILIO, A. Como a perseguição e censura bolsonaristas culminaram na demissão de um professor em Curitiba. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/como-a-perseguido-e-censura-bolsonaristas-culminaram-na-demissao-de-um-professor-em-curitiba/?utm_medium=relacionadas_right&utm_source=cartacapital.com.br>. Acesso em: 4 nov. 2022.

BITTENCOURT, Anne et al. A primeira da família: vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 5, n. 3, p. 7-29, 2019.

BRANDÃO, Fonseca Carlos. *As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?* Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Lei n.º 10.678 de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 10 abr. 2022

BRASIL. Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023. Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar

procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho .Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14553.htm. Acesso em 14/08/2023

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso em: 10 de abril de 2022

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm Acesso em 10 de abril de 2022.

BRITO, M. A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez. Disponível em: <<https://nossacausa.com/atualidade-do-pensamento-de-lelia-gonzalez/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção. Editora UFPR, 2002. 112 p.

CAMARGO, I.; FALCÃO, M. PRF descumpre ordem do TSE e para pelo menos 610 ônibus de eleitores em blitz; Moraes intima diretor-geral. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contr-a-onibus-de-eleitores.ghtml>>.

CAMARGO, M. Historico. Disponível em: <<https://www.UFPR.br/portalUFPR/historico-2/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. Revista Brasileira de Sociologia, v. 10, n. 26, p. 124-152, 2022.

Carvalho, L. A. (2016). Reflexos do feminismo negro: análise de um evento acadêmico na Universidade Estadual de Maringá. Revista Espaço Acadêmico, 16(185), 01-11. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33562>

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. Engenheiras no CEFET-PR?. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 1, n. 2, p. 37-44, 2005.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. Enedina Marques: mulher negra, pioneira na engenharia brasileira. Série: meninas, moças e mulheres que inspiram. Curitiba: Inverso, 2021.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Angela Maria Freire de Lima. Percorrendo labirintos: trajetórias e desafios de estudantes de engenharias e licenciaturas. *Cadernos de pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 168-200, 2017.

CERVI, Emerson Urizzi. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.11, p 63-88, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200003&lng=en&nrm=iso>; <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200003>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: COSTA, TORRES, GROSFOGUEL, R (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Deputada de 25 anos, Tabata Amaral enquadra ministro da Educação. Veja o vídeo que viralizou. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/deputada-de-25-anos-tabata-amaral-enquadra-ministro-da-educacao-veja-o-video-que-viralizou>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

CORCETTI, Elisabete; PETINELLI-SOUZA, Susane. Ações afirmativas no ensino superior brasileiro. *Ex aequo*, n. 44, p. 79-92, 2021

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. e82622, 2021.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para novos pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. Tradução Larissa Latif. In: BAPTISTA, MARIA MANUEL. *Gênero e Performance. Textos essenciais*, v. 2, Gracio Editor: 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

CRUZ, B. F.; LIMA, M. L. C.; CARNEIRO, L. R. C.. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 38, p. e22207, 2022.

CUNHA, Luis Antonio. *Universidade temporã: o ensino superior da colônia a era de Vargas*. 3ed., São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologías feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

DA SILVA, Ana Paula Procópio; DA SILVA ALMEIDA, Magali; GONÇALVES, Renata. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 18, n. 46, 2020.

DA SILVA, Rodrigo Ozelame et al. O sistema colonial/moderno e a natureza: Reflexões primárias. *Videre*, v.13, n.26, p.138-169, jun/abr, 2021

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

DE ASSIS, Yérsia Souza. Relações sociais e sentidos de justiça social após a adoção da política de cotas na Universidade Federal de Sergipe. *Revista TOMO*, 2014.

DE AZEVEDO, Victória Santos; MATTOS, Ana Carolina Einsfeld. MULHERES E RAÇA: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 5, 2019.

DEISTER, J. “Pintou um clima”: por que fala de Bolsonaro reforça casos de exploração sexual de meninas. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/19/pintou-um-clima-por-que-fala-de-bolsonaro-reforca-casos-de-exploracao-sexual-de-meninas>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

DE OLIVEIRA DIAS, Luciana; DE CASTRO, Ana Luísa Machado. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 9, n. 17, p. 535-561, 2020.

DE SOUSA, Giulliano Gloria; VIEGAS, Victória Rodrigues. EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: perfil sociorracial dos estudantes do IFMG campus Governador Valadares. *REVES-Revista Relações Sociais*, v. 1, n. 4, p. 0608-0622, 2018.

DIÁRIO POPULAR. Carlos Decotelli é o novo ministro da Educação. Disponível em: <https://diariopopular.com.br/geral/carlos_decotelli_e_o_novo_ministro_da_educacao.276044>. Acesso em: 24 out. 2023.

DIEESE. Trabalho Doméstico no Brasil. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DO NASCIMENTO ABREU, Elisângela Nunes; LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. *Laplage em revista*, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018.

DO ROSARIO SILVA, Gabriela; DE SOUZA AMARAL, Shirlena Campos. A política de cotas étnico-raciais em perspectiva da inclusão social e da afirmação da identidade negra: análises das primeiras experiências com discentes cotistas negros do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF) a partir do ENEM/SISU. *Revista Vértices*, v. 25, n. 1, p. e25117149-e25117149, 2023.

DOS SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, quilombo modos e significados*. INCT: Brasília, 2015

DRAIBE, Sônia Miriam. Metodologia de análise comparativa de programas sociais. 1991.

DURAT, Kleber Rodrigo. Resiliência como resistência: a trajetória dos estudantes negros cotistas da UTFPR na região sudoeste do Paraná. 2021. Tese. Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social/ UEL- . Londrina/PR, 2021

ENG, Karen. Restaurando a Biblioteca mais antiga do mundo. Tradução de Elisabeth A. Dudziak (do original em inglês de Karen Eng “Restoring the world’s oldest library”, TED, Mar 1, 2016). Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/?p=4856> Acesso em: 15/03/2023

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro elogia coronel condenado por tortura: “Lutou por democracia”. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/27/interna_politica,1355776/bolsonaro-elogia-coronel-condenado-por-tortura-lutou-por-democracia.shtml>.

FALCÃO, M. Mendonça rejeita pedidos de investigação de Bolsonaro por fala sobre meninas venezuelanas. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/25/mendonca-rejeita-pedidos-de-investigacao-de-bolsonaro-por-fala-sobre-meninas-venezuelanas.ghtml>>.

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIRO. O Mercado de Trabalho e a Formação dos Engenheiros no Brasil. SENGE-PR, 2019.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 48, p. 85-99, 2013.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 104, p. 476-498, 2019.

FREDERICO, Celso. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. Estudos Avançados, v. 30, n. 87, p. 237-254, 2016.

FREITAS, Altire Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do grupo Modernidade/colonialidade/universidade, Horizontes utópicos e desafios teóricos. Realis, v. 8, n. 2, p. 145-171, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Desigualdade, mobilidade e a meritocracia à brasileira: anatomia de uma falácia. Fundação João Pinheiro e Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, 2018.

G1. Policiais rodoviários federais acusados de envolvimento na morte de Genivaldo Santos são presos em SE. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/10/14/policiais-envolvidos-na-morte-de-genivaldo-santos-sao-presos-em-sergipe.ghtml>>. Acesso em: 6 nov. 2022.

G1. Declarações do Ministro da Educação causam polêmica e provocam reações no Congresso. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/05/declaracoes-do-ministro-da->

educacao-causam-polemica-e-provocam-reacoes-no-congresso.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2023

G1. Ministro da Educação é demitido após gestão marcada por controvérsias e recuos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

GARCIA, COSTA, JESUS, RIBEIRO. Uma avaliação do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília. 2015.

GAZETA DO POVO. Governo promete pente-fino em questões do Enem que abordem ideologia de gênero. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-promete-pente-fino-em-questoes-do-enem-que-abordem-ideologia-de-genero-15rvumgt835zke855bzwnn1t5/>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais. Autêntica, 2017.

GOMES, N. L. (2011). Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração Da Educação, 27(1). <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>

GOMES, Nilma Lino et al. Ações afirmativas na UFMG: entrevista com Nilma Lino Gomes. Revista Docência do Ensino Superior, v. 12, p. 1-23, 2022.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones. VIII SEMINÁRIO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2018.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de Maria Lugones. VIII SEMINÁRIO GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2018.

GONZALES, Lelia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GRINER, Almog; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; SAMPAIO, Raquel Menezes Bezerra. La política afirmativa" Argumento de Inclusión" como una forma de acceso a la universidad pública: el caso de la Universidad Federal do Rio Grande do Norte. Revista de Administración Pública, v. 49, n. 5, p. 1291-1317, 2015.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro

GUERRA, Y.; ALCANTARA, A. Quem foi Enedina Marques, a primeira engenheira preta do Brasil. Disponível em: <<https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2020/11/quem-foi-enedina-marques-primeira-engenheira-preta-do-brasil.html>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

HASENBALG, Carlos. Relações entre brancos e negros no Brasil. In GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HERNANDES, Elis et al. Using GQM and TAM to evaluate StArt - a tool that supports Systematic Review. CLEej, Montevideo, v. 15, n. 1, p. 3, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-5002012000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2023.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5043>

JUNIOR, N. et al. O Guardião da Constituição Segundo Carl Schmitt. [s.l.: s.n.].

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LAGO, Cláudia; THAMANI, Manuela. Dá para esperar? Eu acho que sim. Entrevista com Nilma Lino Gomes. Comunicação & Educação, v. 27, n. 2, p. 199-212, 2022.

LEITE, José Carlos Corrêa. UTFPR: uma história de 100 anos. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

LEMO, ISABELE BATISTA DE. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. Revista Brasileira de Educação, v. 22, 2017.

LIMA, Silvia Maria A. Políticas afirmativas e educação superior: um estudo sobre estudantes negros (as) egressos (as) da política de cotas na UFPR. Tese PPGE-UFPR. Curitiba/PR, 2022

LITERAFRO. Lélia Gonzalez. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>>. Acesso em: 10 maio. 2023.

LITERAFRO. Sueli Carneiro. Disponível em:
<<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

LOANGO O.A. Entre la emancipación y la descolonización: tensiones luchas y aprendizajes de los/as investigadores/as negros/as en la educación superior. Revista Práxis Educacional, Bahia, v. 15, n.32, abr./jun.2019 UESB.

LOANGO, A O.. El racismo estructural y la expansión de las fronteras del autoritarismo en América Latina. Universidade Federal de Uberlândia. Revista Crítica e Sociedade. Dossiê: Racismo na contemporaneidade - Desafios para o século XXI. V. 10, n1, 2020

LÓPEZ, Laura Cecilia. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 40-65, 2013.

LOWY, Ilana. Ciências e Gênero . In: Laborie, F. & Hirata H. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

LUGONES, MARIA. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 935-952, 2014.

LUZ, Nanci Stancki da; GITHAY, Leda. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho. Curitiba: UTFPR: 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, v. 2, p. 27-53, 2018.

MARÇAL, José Antonio. Políticas afirmativas para negros nas universidades federais entre 2002 e 2012: processos e sentidos na UNB, UFPR e UFBA. 2016.258f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação. Curitiba.2016.

MARTINUZZO, José Antonio et al. Terrorismo, ciberterritórios, fake news e o fenômeno das massas" instrumentárias". Liinc em Revista, v. 19, n. 1, p. e6238-e6238, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6238/5956> Acesso em 19/06/2023

MATOS, C. Grandes polêmicas e validade curta: os cinco ministros da Educação de Bolsonaro. Disponível em:
<<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/grandes-polemicas-e-validade-curta-os-cinco-ministros-da-educacao-de-bolsonaro>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos et al. Limites da lei de cotas nas universidades públicas federais. *Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, p. 1-20, 2016.

MEDEIROS, Jussara Marques de. A política de cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MEDEIROS, Jussara Marques de; LUZ, Nanci Stancki da. *Mulheres Negras: da democracia racial ao reconhecimento das desigualdades. Entrelaçando gênero e diversidade: múltiplos olhares*. Curitiba: UTFPR, 2016

MIRANDA, Shirley Aparecida; REGIS, Katia; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; orgs. *Educação das relações étnico-raciais: O estado da arte*. – Curitiba/PR: NEAB- UFPR e ABPN, 2018.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. *Políticas de Ações Afirmativas na UFPR: Impactos sobre a Graduação (2013-2017)*. Relatório de Estágio Pós doutoral em Educação. Curitiba, 2018.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; DA SILVA, Paulo Vinicius Baptista. *Ações afirmativas na UFPR: impactos da Lei n. 12.711/2012 em dois cursos*. *Laplage em Revista*, v. 5, n. 3, p. 110-127, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 1978

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. Selo Negro Edições, 2003.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. *Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 104, p. e5224, 2023.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. *Tempo social*, v. 19, p. 287-308, 2007.

NOVELINO, R. Mário Frias faz comentário racista sobre ativista negro: “Precisa de um bom banho”. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/15/mario-frias-diz-que-ativista-negro-deveria-tomar-banho-jones-manoel-o-acusa-de-racismo.ghtml>>.

OLIVEIRA, J. Weintraub deixa Ministério da Educação, mas antes revoga cotas para negros e indígenas na pós-graduação. Disponível em:
<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O que não tem nome não existe! Feminismo negro e o percurso histórico do conceito de interseccionalidade In: OLIVEIRA, Ligia Zigiotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos. Orgs. Educação e Interseccionalidades. Curitiba, NEAB-UFPR, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 28, p. 167-180, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação, p. 69, 2018.

OLYÉWÚMI, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

OLYÉWÚMI, Oyèrónké. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (ORG). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

PAIXÃO, Marcelo. 500 Anos de Solidão. Estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2013.

PATRIOLINO, L. "Pintou um clima": Mendonça rejeita pedidos de investigação contra Bolsonaro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5046785-pintou-um-clima-mendonca-rejeita-pedidos-de-investigacao-contrabolsonaro.html#google_vignette>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO: Tendências Contemporâneas, São Paulo: Cortez: 2008

PÉRES SEDENO, E. A modo de introducción: las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología". In: PERES SEDENO, E. Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología - estudios de casos. Madri: OEI, 2001

PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate, Rico, Elisabeth Melo (org), 5 ed, São Paulo: Cortez, 2007

PINHEIRO, BÁRBARA Carine Soares. História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras. 1ª ed, São Paulo: Livraria da Física, 2021

PINHEIRO, Luana et al. Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. 2019.

PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

PIRES, André; DA SILVA WARGAS, Bruna Mara. Acesso ao ensino superior brasileiro: perfil dos ingressantes do programa de inclusão da Unicamp. Revista Espaço Pedagógico, v. 26, n. 1, p. 158-182, 2019.

PYL, B. Oyèrónké Oyěwùmí: tecituras filosóficas e a decolonialidade. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/oyeronke-oyewumi-tecituradas-filosoficas-comprometidas-com-a-decolonialidade/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, p. 71-87, 2016.

QUELUZ, Gilson Leandro. Escola de aprendizes e artífices do Paraná (1909-1930). Revista Tecnologia & Humanismo, v. 24, n. 39, p. 39-112, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul, p. 73-118, 2009.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. Selo Negro, 2010

RIBEIRO, Bruno Nzinga; DE LIMA MESQUITA, Tayná Victória; DE LIMA, Stephanie Pereira. A Unicamp precisa falar sobre cotas: sujeitos, movimentos e disputas. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 31, n. 2, p. e203122-e203122, 2022.

ROCHA, A. M. Oyèrónké Oyěwùmí: tecituras filosóficas e a decolonialidade. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/oyeronke-oyewumi-tecituradas-filosoficas-comprometidas-com-a-decolonialidade/>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. Justicia cultural y políticas públicas: de las acciones afirmativas a las políticas interculturales (una propuesta normativa para el caso de los grupos étnicos). Universitas, n. 127, p. 91-125, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. Revista diálogo educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. cadernos pagu, p. 419-437, 2008.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, p. 83-89, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 49-87, 1998.
SCHWARCZ, Lilian Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, F. O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%AAncias>>.

SILVA, Maria Laura Alves de Melo et al. Influência de políticas de ação afirmativa no perfil sociodemográfico de estudantes de Medicina de universidade brasileira. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 42, n. 3, p. 36-48, 2018.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. Educação & Sociedade, v. 42, p. e254841, 2021.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. MARÇAL, José Antônio. TRIGO, Rosa Amália Espejo. Políticas de ações afirmativas no Brasil: Educação e Políticas Públicas. In KOMINEK, Andrea Maila VOSS e VANALI, Ana Crhistina (Orgs). Roteiros temáticos da Diáspora: Caminhos para o enfrentamento do Racismo no Brasil. Porto Alegre, RS, Editora Fi, 2018

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Regis, Katia. Miranda, Shirley Aparecida de. Organizadores. Educação das relações étnico-raciais [recurso eletrônico]: O estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. Educar em Revista, v. 34, n. 69, p. 151-191, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BRASIL, Entre. África: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 102-125, 2011.

SIPAD. O que é a SIPAD-UFPR? Disponível em: <<http://www.sipad.UFPR.br/portal/>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SIPAD. NEAB: Quem Somos? Disponível em: <<http://www.sipad.UFPR.br/portal/neab/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TELLES, Edward E. O significado da raça na sociedade brasileira. 2012. Disponível em: http://telles.faculty.soc.ucsb.edu/uploads/8/7/5/2/87525260/livro_o_significado_da_ra_ca_na_sociedade_brasileira.pdf Acesso em 22/11/2020
Tradução Larissa Latif. In: BAPTISTA, MARIA MANUEL. Gênero e Performance. Textos essenciais, v. 2, Gracio Editor: 2019

TENENTE, L. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

TV SENADO. Sueli Carneiro: de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros deste país? Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/que-brasil-e-este/2022/09/sueli-carneiro-de-que-barro-somos-feitos-para-permitir-a-situacao-dos-negros-deste-pais>>.

UFPR. COTAS: Universidade reforça posicionamento sobre lei federal. Disponível em: <<https://UFPR.br/cotas-universidade-reforca-posicionamento-sobre-lei-federal/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UFPR. RESOLUÇÃO No 37/04-COUNI., 10 maio 2004. Disponível em: <http://www.soc.UFPR.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_11052004-112.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023

UFPR. RESOLUÇÃO N° 29/15 – CEPE. Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros), para fins de inscrição nos processos seletivos e registros internos de discentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e dá outras providências. Disponível em: [http://www.ppge.UFPR.br/cepe2915%20\(1\).pdf](http://www.ppge.UFPR.br/cepe2915%20(1).pdf) Acesso em: 10 de abril de 2022.

UTFPR. Deliberação COUNI n° 12, de 14 de setembro de 2007. Disponível em: <<https://nuvem.UTFPR.edu.br/index.php/s/nTkShukQ87bwM4s>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

UTFPR; MEC. EDITAL 31/2023 - PROGRAD. , 14 jun. 2023. Disponível em: <https://sei.UTFPR.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=3811838&id_orgao_publicacao=0>. Acesso em: 15 ago. 2023

UTFPR. Instrução Normativa Conjunta n° 001/15 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Dispõe sobre os procedimentos para o uso do nome social por pessoas transgêneras do corpo discente nas dependências da UTFPR. Disponível em: <http://portal.UTFPR.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/instrucoes-normativas-conjuntas/instrucao-normativa-conjunta-001-2017-prograd-proppg-prorec/instrucao-normativa-conjunta-01-15-prograd-proppg-prorec-de-06-04-2015> Acesso em: 10 de abril de 2022.

UTFPR. Instrução Normativa Conjunta 001/2017 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Dispõe sobre procedimentos para o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero por pessoas travestis e transexuais do corpo discente, nas dependências da UTFPR e revoga a Instrução Normativa Conjunta n. 001/15 – PROGRAD/PROPPG/PROREC. Disponível em: <http://www.UTFPR.edu.br/documentos/graduacao-e-educacao-profissional/prograd/instrucoes-normativas-conjuntas/instrucao-normativa-conjunta-001-2017-prograd-proppg-prorec/instrucao-normativaconj001-17-prograd-proppg-prorec.pdf> Acesso em : 10 de abril de 2022.

VALÉRIO, A. C. DE O. et al.. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, p. e3007, 2021.

VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas raciais. Editora Jandaíra, 2022.

VERAS, Myrian Veras. Planejamento Social–Intencionalidade e Instrumentação. 2002

VIEIRA, Cleber Santos e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Lei de Cotas: vigência, avaliação e revisão, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2022/02/10/lei-de-cotas-vigencia-avaliacao-e-revisao/> Acesso em 12 de dezembro de 2022

WELLER, Wivian; DE HOLANDA, Maria Auxiliadora Gonçalves. Trajetórias de vida de jovens negras da Universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas. Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 8, n. 13, p. 57-80, 2014